

Raparigas no sistema de justiça juvenil: *Resultados de um estudo sobre a importância de uma intervenção responsiva ao género*

Relatório Final do Projeto *Desvio Juvenil Feminino: padrões, necessidades e intervenção*



MAIÊUTICA
Cooperativa de Ensino Superior, C.R.L.

FICHA TÉCNICA

ISMAI - Instituto Universitário da Maia

UICCC.ISMAI - Unidade de Investigação em Criminologia e Ciências do Comportamento

DGRSP - Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Coordenação Científica

Vera Duarte, ISMAI e CICS.NOVA. Pólo UMinho

Colaboração na Investigação

Ana Guerreiro

Ana Paixão

Luísa Vieites Rodrigues

Mafalda Barros

Sara Correia

Título

Raparigas no sistema de justiça juvenil: resultados de um estudo sobre a importância de uma intervenção responsiva ao género

Edição: UICCC.ISMAI - Unidade de Investigação em Criminologia e Ciências do Comportamento

Local e data: Maia, dezembro 2016

Índice

Agradecimentos	
Apresentação e notas de enquadramento	6
I - Enquadramento teórico	
1.1. O que (não) sabemos sobre intervenção com raparigas no sistema de justiça juvenil.	10
1.2. Intervenção tutelar educativa em Portugal: o género interessa?	20
II – Metodologia: investigar para diagnosticar o problema	
2.1. Objetivos	27
2.2. Métodos, técnicas e participantes.	27
2.3. Procedimentos nos grupos focais: recolha e análise dos dados.	29
III - Apresentação dos principais resultados: vozes a partir de dentro	
3.1. Feminilidade e desvio: expressões da delinquência feminina a três vozes.	36
3.1.1. Ser rapariga hoje	37
3.1.2. Motivos para o desvio	42
3.1.3. Comportamentos desviantes e delinquentes	45
3.1.4. Controlo informal e formal	49
3.2. Necessidades e áreas críticas de intervenção com raparigas delinquentes	52
3.2.1. Do que dizem necessitar ao que os/as profissionais dizem que elas necessitam	52
3.2.2. Áreas críticas de intervenção	55
3.3. Será a intervenção em Centro educativo orientada segundo o género?	62
IV – ‘Para onde ir a partir de onde se está?’: conclusões e implicações a partir dos dados	
4.1. Síntese das principais conclusões	70
4.2. Implicações para a prática	74
Referência Bibliográficas	81
ANEXOS	
Anexo 1 – Guião de entrevista aos/às informantes privilegiados	II
Anexo 2 - Ata adicional ao protocolo entre o ISMAI e a DGRSP	IV
Anexo 3 – Grelha de Análise dos Processos Tutelares Educativos	VIII
Anexo 4 – Guião de <i>Focus Group</i>	XI
Anexo 5 – Consentimento Informado	XVI

“Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades” (Santos, 2003: 56)

Agradecimentos

No momento em que se finaliza este projeto é importante agradecer a todos/as que tornaram possível a sua concretização.

À DGRSP – Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, que prontamente abraçou este projeto e concedeu as autorizações necessárias para que a recolha de dados pudesse ter lugar. Destaco o entusiasmo e a confiança depositada pelo Dr. João Córias, que mediou o protocolo estabelecido entre a UICCC.ISMAI e a DGRSP. Agradeço aos diretores dos centros educativos, onde se realizou este estudo, e a todo o staff, a cordialidade com que receberam a equipa de investigação, a disponibilidade manifestada e o acesso aos quotidianos institucionais.

Um agradecimento especial às jovens e aos/as profissionais que participaram neste estudo. As suas partilhas ajudaram a compreender melhor a importância que uma intervenção baseada no género pode ter no sistema de justiça juvenil português.

Por fim, agradeço às pessoas que colaboraram diretamente nesta investigação. À Ana Paixão e à Luísa Vieites Rodrigues que iniciaram comigo este projeto e fizeram a recolha de dados no terreno. Uma palavra especial de agradecimento à Luísa pela sua dedicação ao projeto e por ter levado os seus resultados preliminares a congressos nacionais e internacionais. À Mafalda Barros por ter feito a sua dissertação de mestrado no âmbito deste projeto. À Sara Correia o apoio na desgravação das entrevistas dos/as informantes privilegiados/as. À Ana Guerreiro, agradeço o apoio inestimável e incansável nesta fase final do projeto.

Apresentação e notas de enquadramento

... sobre o projeto

Este relatório pretende apresentar os resultados finais do projeto *Desvio Juvenil Feminino: padrões, necessidades e intervenção*, promovido no âmbito de uma parceria entre a UICCC. ISMAI – Unidade de Investigação em Criminologia e Ciências do Comportamento e a DGRSP – Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

Este projeto foi desenhado com três principais propósitos: diminuir a propalada carência de estudos sobre o tema em Portugal, enquadrar um desafio de investigação, e responder a uma necessidade política de intervenção. Relativamente ao primeiro propósito, o fenómeno da delinquência juvenil feminina, especialmente em Portugal, é uma temática aberta, numa multiplicidade de frentes. São escassos os estudos que permitam examinar a relação entre a evolução do comportamento delinvente das raparigas e o desenvolvimento da sua adaptação pessoal e social; aprofundar os diferentes contextos em que emerge o comportamento transgressivo e delinvente cometido por raparigas; e questionar os processos de judicialização, de “tratamento” das raparigas por parte da justiça e da adequação das estratégias de intervenção destinadas a jovens raparigas sob a alçada da justiça juvenil. O segundo propósito - um desafio de investigação – é alinhado pelo estudo realizado por Duarte (2012), sobre discursos e percursos na delinquência juvenil feminina em Portugal, que nas reflexões futuras apela para a necessidades de se começar a desenvolver uma agenda de investigação e intervenção com respeito a este grupo e a esta problemática. Sugere também que se repensem as categorias de violência e delinquência femininas, para que deixem de ser conceitos vazios colonizados por definições de delinquência masculina, para que se considere a heterogeneidade do fenómeno uma vez os motivos da transgressão são diversificados e as jovens (re) posicionam-se face a eles; e que a intervenção (políticas, práticas, instrumentos...) seja responsiva ao género. Este desafio que é colocado a partir de uma investigação transforma-se numa necessidade politicamente enquadrada quando o Relatório da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Centros Educativos (2012) diz: “no que diz respeito às raparigas deparamo-nos com uma situação insustentável (...) defrontam-se com um espaço e uma organização desenhados para rapazes. Nada existe, para além dos pequenos remendos

que contam com a boa vontade do pessoal dos centros, que confira a necessária diferenciação naquilo que são as particularidades de género, quer na logística, quer no apoio psicológico, quer nas atividades, quer nas pequenas necessidades diárias” (p. 13).

Com base nestes propósitos e no carácter exploratório do estudo, a proposta de investigação foi desenhada com o objetivo geral de compreender a importância de uma intervenção baseada no género no sistema de justiça juvenil português. Para tal, pretendeu-se compreender os atuais contextos em que a delinquência feminina ganha expressão e quais são as práticas, as necessidades e as áreas críticas na intervenção com raparigas que estão no sistema de justiça juvenil. Desta forma, pretende-se reunir condições para propor princípios básicos para a construção e /ou adaptação de um programa específico para raparigas, informado pela interseção entre as melhores práticas internacionais e as informações obtidas no terreno. Neste escopo, a investigação alicerçou-se em duas principais frentes: 1. uma revisão aprofundada da literatura; e 2. dar voz às experiências e aos relatos do/as atores/as do sistema, através de entrevistas a informantes privilegiados e grupos focais com raparigas em cumprimento de medida tutelar de internamento em Centro Educativo e com os/as profissionais de reinserção social que com elas trabalham.

... sobre a temática

O interesse teórico sobre o envolvimento das raparigas¹ na delinquência é recente. Surge, predominantemente, no decorrer da década de 80 quando as estatísticas dos diferentes países ocidentais mostram que elas estão mais visíveis, quer no sistema de justiça juvenil (Campbell, 1981; Chesney-Lind e Shelden, 1992; Steffensmeier e Allan, 1996; Burman *et al.*, 2001; Zahn *et al.*, 2008; Luke, 2008), quer no campo representacional, produzido maioritariamente pela comunicação social, que tem passado imagens de delinquentes femininas tão ameaçadoras quanto os seus homólogos masculinos (Gelsthorpe e Sharp, 2006; Chesney-Lind e Jones, 2010; Duarte, 2012; Duarte e Cunha, 2014).

¹ Neste artigo usa-se o termo “rapariga” para falar de crianças e jovens do sexo feminino, com idades abaixo dos 18 anos. Isto explica-se principalmente por razões analíticas. A maior parte da literatura internacional sobre raparigas no sistema de justiça juvenil refere-se a adolescentes e jovens com menos de 18 anos (segundo Gelsthorp e Sharpe (2006), normalmente entre os 10 e os 17 anos), fazendo convergir a idade da responsabilidade criminal com a idade da maioridade civil. No caso português, quando falamos em raparigas no sistema de justiça juvenil, referimo-nos a adolescentes entre os 12 e os 16 anos, que tenham praticado um ilícito considerado pela lei como crime. Entre os 16 e os 21, usa-se o termo de “jovens mulheres” pelo facto de já serem julgadas como adultas, ainda que enquadradas num regime especial.

Este aumento de visibilidade tem tido consequências a dois níveis diferentes que se interligam entre si. Por um lado, tem contribuído para mudanças nas percepções públicas e profissionais sobre o comportamento juvenil, e particularmente o das raparigas (Sharpe e Gelsthorpe, 2009). (Re)produz-se o discurso da “rapariga má” e “violenta” e da sociedade permissiva, incentivam-se políticas de “tolerância zero” que apelam a um endurecimento da lei (Fonseca, 2015) e dá-se visibilidade a comportamentos que antes eram objeto de resolução informal, agravadas e agravando as categorias teóricas a que esses comportamentos estão associados. Como referem Worrall e Gelsthorpe (2009), talvez o que esteja a mudar não seja tanto o comportamento das raparigas, mas sim as atitudes da sociedade, em geral, e do sistema de proteção e de justiça juvenil, em particular. Por outro lado, este aumento da visibilidade das raparigas na cena da delinquência, fez emergir uma literatura mais sensível ao género - também conhecida como literatura *gender-responsive* - maioritariamente de influência feminista, cujos estudos têm vindo a apontar idiosincrasias desenvolvimentais no modo como as raparigas são socializadas de forma diferente dos rapazes (Chesney-Lind e Shelden, 1992; Holsinger, 2000), que as raparigas têm diferentes percursos na delinquência e no sistema de justiça (juvenil), quando comparadas com os rapazes na mesma situação (Burman *et al.*, 2001; Steffensmeier *et al.*, 2005; Belknap e Holsinger, 2006; Zahn, 2009; Holsinger *et al.*, 2010; Wong *et al.*, 2010; Duarte, 2012); têm discutido as respostas paternalistas e sexistas do sistema de justiça juvenil (Chesney-Lind, 1997; Belknap e Holsinger, 2006; Moore e Padavic, 2010); e demonstrado que a intervenção assentava, na generalidade, em procedimentos baseados no conhecimento produzido com amostras masculinas (Alder e Worrall, 2004; Chesney-Lind *et al.*, 2008; Salisbury *et al.*, 2009), sem questionar a forma como as desigualdades de género podem moldar a participação e a resposta à intervenção (Goodkind, 2005; Foley, 2008). Como sublinham Garcia e Lane (2013), se os padrões de detenção das raparigas estariam a mudar, as respostas do sistema tinham mudado muito pouco.

As raparigas, enquanto grupo, têm sido tendencialmente classificadas como tendo “elevadas necessidades” e “baixo risco” (Watson e Edelman, 2012). Apresentam necessidades idiossincráticas, mas não representam uma ameaça significativa para a sociedade. Esta situação tem explicado a sua invisibilidade social e científica, e esclarecido os desafios que representam para um sistema de justiça juvenil mal preparado para responder eficazmente às diferenças de género na delinquência (Bloom e Covington, 2001; Chesney-Lind *et al.*, 2008). Apesar de todos os avanços feitos nesta matéria, quer ao nível da investigação quer na aplicação de programas específicos de género para raparigas

delinquentes –leia-se, aquelas que estão em contacto com o sistema de justiça juvenil pela prática de ilícitos qualificados pela lei como crime -, particularmente nos EUA (Foley, 2008; OJJDP; Zahn *et al.*, 2009), continua a não haver consenso na resposta à questão: será que as diferenças de género justificam a utilização de avaliações de risco, instrumentos e intervenções diferenciadas?

No sistema de justiça juvenil português, a discussão deste tema e a resposta a esta questão não tem tido muita expressão (Duarte e Vieites-Rodrigues, 2015; Duarte, 2016), apesar, por um lado, dos sinais de uma investigação em crescimento, que tem chamado a atenção para a necessidade de uma agenda de investigação e de intervenção com respeito a este grupo e a esta problemática (Fonseca, 2000; Matos, 2008; Duarte, 2012, 2015; Duarte e Carvalho, 2013; Duarte e Cunha, 2014; Gomes e Granja, 2015; Pedroso *et al.*, 2016); e, por outro, dos desafios políticos nacionais que se impõem (CFCE, 2012), enquadrados pelas recomendações internacionais sobre a necessidade de garantir um tratamento equitativo no sistema de justiça, como previsto nas “Regras de Beijing” (*United Nations Standard Minimum Rules for the Administration of Juvenile Justice*, rule 26.4) e nas “Regras de Bangkok” (*United Nations Rules for the Treatment of Women Prisoners and Non-custodial Measures for Women Offenders*), a que se junta a necessidade de uma intervenção que leve em consideração os princípios do *mainstreaming* de género, previsto pela Organização Mundial de Saúde (WHO, 2011).



I - Enquadramento teórico²

1.1. O que (não) sabemos sobre intervenção com raparigas no sistema de justiça juvenil?

Historicamente, os sistemas de justiça não têm providenciado programas e serviços que respondam às necessidades específicas das raparigas (Bloom e Convington, 2001), por duas grandes ordens de razão. Por um lado, porque a investigação desenvolvida sobre a delinquência feminina, tem discernido mais em termos de diferenças de género do que em perspectiva de idade (Gelsthorpe e Worrall, 2009; Zahn, 2009). Uma das consequências deste facto foi invisibilizar as raparigas, quer do ponto de vista estatístico, quer discursivo. Por outro lado, porque a visão androcêntrica nas explicações do crime e da delinquência têm sustentado a crença de que a delinquência feminina pode ser explicada e intervencionada da mesma forma que a delinquência masculina (Zahn, 2009), sem levar em consideração como o género pode enformar a participação e as respostas à intervenção (Goodkind, 2005; Foley, 2008).

Esta situação tem sido expressão da forma como a ideologia tem guiado a teoria (Holsinger, 2000), influenciado as práticas (modelos de intervenção e tratamento), e contribuído para a (in)visibilização de determinados grupos sociais (e.g. género, classe social,

² O enquadramento teórico exposto neste relatório foi produzido a partir de dois capítulos já publicados:

- Duarte, V. (2016). “E as raparigas? A importância do género na intervenção no Sistema de Justiça Juvenil. Preocupações teóricas, desafios práticos”. In Pedroso, J.; Casaleiro, P.; Branco, P. (Orgs). *Justiça Juvenil: a lei, os tribunais e a (in)visibilidade do crime no feminino*, [pp. 61-90]. Porto: Vida Económica

- Duarte, Vera; Rodrigues-Vieites, Luísa (2015), Intervenção com raparigas delinquentes: contributos para uma discussão focada no género. In Sílvia Gomes; Rafaela Granja (ed.), *Mulheres e Crime – perspetivas sobre intervenção, violência e reclusão*. Famalicão: Editora Húmus

raça/ etnia). Vejamos, por exemplo, como o positivismo e determinismo biológicos, preocupados com as diferenças herdadas, com a moralidade e a sexualidade da figura feminina, tiveram impacto no processamento judicial e na intervenção com mulheres ofensoras e raparigas em conflito com a lei. Partindo de uma conceção binária da figura feminina: feminilidades normativas (submissas, dóceis, relegadas para a esfera privada e dedicadas à maternidade) vs. feminilidades transgressivas (más, perturbadas, manipuladoras, sexualmente depravadas, masculinizadas) (Chesney-Lind e Shelden, 1992; Machado, 2007), desenvolveram-se perspetivas protecionistas e paternalistas sobre as necessidades femininas, e instigaram-se formas de intervenção baseadas em programas terapêuticos, ancorados na intervenção médica, psiquiátrica, psicológica e medicamentosa (Carlen, 2007).

Neste quadro, segundo Geslsthorpe e Worrall (2009), as raparigas foram sempre mais penalizadas e institucionalizadas por ilícitos menos graves (*status-offenses*) relacionados, maioritariamente, com “condutas impróprias” associadas a questões de moralidade sexual. Esta situação encontra argumentos ora na crença de que as raparigas precisam de ser mais protegidas, ora por uma maior intolerância quando as raparigas rompem com as expectativas de género (e.g. comportamento mais masculinizados como as ofensas corporais) ou são menos cooperantes no processo (Chesney-Lind, 1997; Belknap e Holsinger, 2006; Matos, 2008). A isto podemos juntar a crença de que trabalhar com as raparigas é mais difícil (Baines e Alder, 1996; Gelsthorpe e Worrall, 2009), por se considerar que elas são menos controláveis, menos obedientes e mais problemáticas, solidificando estereótipos de género e reificando as construções sociais dos papéis de género.

O combate a estas lógicas desigualitárias no processamento e tratamento da figura feminina no sistema de justiça desembocou em análises e intervenções baseadas numa neutralidade de género, que também não têm sido benéficas para as raparigas, como grupo (Gelsthorpe e Sharpe, 2006; Zahn, Day, Mihalic e Tichavski, 2009; Duarte e Vieites-Rodrigues, 2015). Segundo Worrall (2005: 77),

“As críticas feministas do ‘proteccionismo’ nos anos 80 tiveram como consequência movimentos como o *just deserts* para raparigas em relação ao qual houve grandes expectativas, mas que resultou uma maior criminalização e encarceração nos anos 90. [...] a [nova] agenda política [...] já não se baseia em questões de *just deserts*, prevenção e reabilitação, mas no princípio da avaliação do risco”.

Neste sentido, a história tem-nos mostrado que o tratamento judicial e a intervenção com raparigas no sistema de justiça juvenil têm sido o reflexo, por um lado, de mitos e ideias populares criadas em torno das expectativas sociais do comportamento feminino, e por outro, da tensão existente entre as ideologias da proteção e da justiça (Steffensmeier e Allan, 1996;

Chesney-Lind, 1997; Artz, 1998). Segundo Gelsthorpe e Worrall (2009), com o fundamento da "necessidade de proteção" ou do "perigo moral", as raparigas têm experimentado, mais do que os rapazes na mesma situação, as vantagens e desvantagens do protecionismo.

É neste contexto, que vários desafios teóricos, políticos e práticos impulsionam a emergência de investigação sobre a importância da intervenção sensível ao género no sistema de justiça juvenil. Pretende-se destacar três desses desafios: (1) o primeiro foi o reconhecimento de que há diferenças de género nas expressões da transgressão; (2) o segundo espelha a discussão existente entre as literaturas do *What Works e Gender-Responsive* e as implicações da teoria nas agendas políticas e de intervenção; (3) e o terceiro desafio, que surge na sequência dos dois anteriores, prende-se com a construção e desenvolvimento de um conjunto de ideias estruturadas do que significa oferecer respostas (políticas, serviços, programas e instrumentos) com foco de género no sistema de justiça juvenil e suas limitações.

Desafio 1

O reconhecimento de que há diferenças de género nas expressões da transgressão foi (e continua a ser) um dos grandes desafios na discussão sobre a necessidade de uma intervenção que seja sensível às questões do género. Partindo dos universos sociais femininos, a investigação sobre delinquência feminina revelou considerações importantes sobre as diferenças de género na delinquência, como as que encontramos nos trabalhos de Chesney-Lind e Shelden (1992), Hubbard e Pratt (2002), Belknap e Holsinger (2006) e *Girls Study Group* (Zahn, 2009; Zahn *et al.*, 2008, 2010). Estes autores mostram que muitas das correlações teóricas do crime - como relações familiares pobres, baixa supervisão parental, baixa autoestima, influência de pares delinquentes ou desvantagem económica - não variam em razão do género, mas que as reações a estes fatores de risco podem ser diferenciadas (Farrington e Painter, 2004; Sttefensmeier *et al.*, 2005; Wong *et al.*, 2010; Garcia e Lane, 2013). Se as raparigas em conflito com a lei podem partilhar muitos dos mesmos problemas que os rapazes na mesma condição, também é verdade que os seus percursos desenvolvimentais, as suas necessidades e caminhos para a delinquência são diferentes, por causa da natureza genderizada das suas vidas (Zahn, 2009).

As raparigas apresentam características idiossincráticas associadas às condições sociais que as afetam, tais como histórias de abuso sexual em maior proporção do que os rapazes e uma maior tendência a ser vítimas de distorções cognitivas (e.g. auto-culpabilização, baixa

autoestima), que tende a acentuar os seus problemas de saúde mental, incluindo depressão, ansiedade, tendências e ideação suicida e automutilação (Hubbard e Pratt, 2002; Zahn et al., 2010). São também mais afetadas pelas diferenças reprodutivo-sexuais, que as colocam em situações de maior vulnerabilidade para a prostituição, para a gravidez precoce e indesejada e para a maternidade (Belknap e Holsinger, 2006; Zahn et al., 2010). Apresentam, ainda, comportamentos cognitivos sociotrópicos que aumentam a necessidade de aceitação social, que se expressa no impacto que as relações familiares e escolares, os/as amigos/as e namorados/as têm em suas vidas. Este impacto é visível também nos usos da violência, que tendem a ser mais indiretos e relacionais, quando comparados com os rapazes.

Apesar destas conclusões reunirem algum consenso entre os investigadores (McCarthy et al., 1999; Belknap e Holsinger, 2006; Chesney-Lind e Jones, 2010; Zahn et al. 2008, 2010), Kruttschnitt (2013) sublinha como alguns destes fatores que foram pensados como sendo unicamente importantes na explicação da delinquência feminina, podem não lhe ser exclusivos. Isto porque os mecanismos que estão por detrás das diferenças de género na delinquência mantêm-se, segundo Zahn et al. (2010), ainda pouco claros, por três grandes ordens de razão (Duarte e Vieites-Rodrigues, 2015; Duarte e Carvalho, no prelo). Primeiro, porque os resultados da investigação neste tópico continuam ainda a apresentar inconsistências (Loeber *et al.*, 2012) e por não ser unânime que os principais fatores de risco da delinquência sejam genderizados. Talvez a forma como rapazes e raparigas respondem a esses fatores de risco seja genderizado, avançam Day *et al.* (2015). Em segundo, porque grande parte da literatura e dos estudos têm sido desenvolvidos nos Estados Unidos da América, o que pode não ser generalizável a outras geografias e culturas (Cunha, 2002; Assis e Constantino, 2001; Burman *et al.* 2001; Wong *et al.*, 2010; Duarte e Cunha, 2014). Em terceiro, porque os estudos tendem a não comparar as jovens delinquentes com as mulheres ofensoras e, por este motivo, são pouco claros os fatores de risco idiossincráticos que existem durante a transição da adolescência para a fase adulta (Loeber et al., 2012; Duarte, 2012).

Este desafio é enquadrado e exponenciado, também, por um novo debate sobre a adolescência feminina que vem mostrar que existem diferentes formas de feminilidade e que as raparigas têm assumido um papel mais presente e mais ativo na sociedade (Duits, 2008). A sua visibilidade é expressão de uma “nova ordem feminina” (Nayak e Kehily, 2008), que faz entrecruzar dois discursos contraditórios, mas que prevalecem em simultâneo: *girl power* vs. *girl at risk*. Um debate que remodela feminilidades normativas, articulando a adolescência ativa e a rapariga como sujeito, com um conjunto de preocupações morais e sociais sobre gravidez na adolescência, consumo de drogas, ou envolvimento no crime (Burman *et al.*,

2001; Duarte, 2012). Se as raparigas, hoje, conquistaram os espaços públicos e estão envolvidas, de forma mais rotinizada, nas práticas de violência do dia-a-dia, a percepção de que o comportamento das raparigas está mais violento pode ser visto como um indicador da prevalência de uma preocupação social com a moralidade feminina (Gelsthorpe e Sharp, 2006).

Desafio 2

Em torno da discussão sobre estas diferenças e/ou semelhanças nos fatores de risco para a delinquência se têm estruturado as tantas explicações teóricas sobre a relação entre género e delinquência. E é na compreensão de como estes quadros teóricos fazem dialogar a teoria com a prática e com as agendas políticas e de intervenção, que surge este segundo desafio.

A este respeito existem duas grandes literaturas - as teorias *Gender- Responsive* e do *What Works* - cujas agendas teóricas e políticas têm sido vistas como substancialmente diferentes nos seus princípios básicos e nas suas metodologias, com repercussões nas respostas e nas formas da intervenção com os/as jovens ofensores/as (ver Quadro 1).

Quadro 1: Diferenças entre as literaturas *Gender-Responsive* e *What Works*

Área	<i>Gender-Responsive</i>	<i>What Works</i>
Base teórica	Explicação societal (sexismo, racismo, classismo).	Explicação psicossocial.
Objetivos do programa	Empoderar, melhorar a qualidade de vida.	Reduzir a reincidência.
Definições de risco	O conceito de risco é aplicado às raparigas de forma inapropriada: 1. elas têm mais necessidades do que tendência para comportamentos de riscos; 2. os tipos de comportamento praticado são um risco maior para elas próprias do que para os outros.	Os níveis de risco devem ser identificados e usados como base para o desenho dos programas e dos serviços.
Técnicas de avaliação	Qualitativas através de histórias de vida que conduzam às experiências femininas e conduzam a uma intervenção individualizada.	Quantitativas, através de instrumentos objetivos que incluam correlações fortes na delinquência e classifiquem os ofensores com base no nível de risco e necessidade.
Necessidades criminogénicas	Os programas devem ser dirigidos a todas as necessidades, independentemente do grau de correlação com a delinquência. As raparigas têm necessidades diferentes dos rapazes.	Os programas devem priorizar as necessidades criminógenas (fatores de risco dinâmicos). Estas necessidades são consideradas similares para rapazes e raparigas.
Intervenção	Relacional e baseada em modelos de empoderamento. Terapia de grupo, baseada no apoio, e centradas no processo.	Modelos cognitivo-comportamentais, focados no problema. Terapia de grupo, estruturada, grupos psicoeducacionais.

Fonte: Adaptado de Hubbard e Matthews (2008:233). Retirado de Duarte e Vieites-Rodrigues (2015: 20)

A literatura do *What Works* emerge de estudos predominantemente quantitativos, de índole desenvolvimentista (Moffitt, 1993; Andrews e Bonta, 1994; Loeber e Farrington, 2001, 2012), no quadro da popularização do uso de práticas baseadas nas evidências no sistema de justiça juvenil (década 90), que surgiram para rebater o mito de que nada funcionava com os delinquentes juvenis (Lipsey *et al.* 2010; Azevedo e Duarte, 2014). Esta literatura vem identificar alguns princípios para uma intervenção eficaz, associada à predição e avaliação do risco de reincidência (pela utilização de instrumentos estruturados), e à avaliação dos programas de tratamento para a delinquência. A construção de um paradigma de avaliação do risco, que passou por várias fases (Pimentel, 2015b), desenvolveu-se através da construção de instrumentos estruturados, capazes de discriminar variáveis ou grupo de variáveis associados ao comportamento delincente, e tornou possível afirmar que tal comportamento é previsível de forma válida e precisa. Propõem-se modelos cognitivo-comportamentais de tratamento, argumentando a sua eficácia no facto de se focarem nas características cognitivas que estão presentes na população delincente, neutralizando a questão de género, e que evidenciam correlações fortes com a delinquência e com as necessidades criminógenas (Andrews e Bonta, 1994).

Estes pressupostos encontraram alguma resistência, particularmente, na literatura *Gender-Responsive*³ que reclama que a literatura do *What Works* com jovens delinquentes ignora que a sociedade é genderizada, ou seja, ignora a importância do género na delinquência (Holsinger *et al.*, 1999; Holsinger, 2000; Hubbart e Matthews, 2008). Afirma que as teorias *gender neutral*, ao concentrarem-se nos fatores de nível individual, culpam e patologizam as raparigas, em vez de reconhecer os papéis que a sociedade e o sistema de justiça juvenil jogam na delinquência feminina. Segundo Killias (2013, em Carvalho, 2015), esta agenda *What Works* tem justificado, por um lado, a proliferação de uma “indústria de tratamento de delinquentes juvenis”, a expensas de uma real política de prevenção primária, de visão ecológica, com uma forte componente no domínio da educação (Farrington, 2013;

³ No corpo desta literatura, três orientações teóricas assumem destaque (Foley, 2008; Wong *et al.* 2010): 1) a *teoria feminista dos percursos* que defende que são os eventos significativos durante infância, particularmente o trauma e a vitimização, que constituem os antecedentes do desenvolvimento de fatores de risco para a delinquência feminina; 2) a *teoria relacional/ cultural* que enfatiza que o crescimento ocorre nas e pelas conexões que as raparigas desenvolvem com os outros, num determinado contexto cultural. O dano pode ocorrer, assim, a partir de desconexões que ocorrem nos relacionamentos (nos níveis individual, familiar e sociocultural); e 3) a *teoria da interseccionalidade* que afirma que as diferenças pertencas sociais (género, idade, classe social, raça/ etnia, sexualidade) criam áreas de sobreposição de vantagem e desvantagem social, que devem ser lidas para se compreender a complexidade do fenómeno.

Carvalho, 2010); e, por outro, o pouco investimento em respostas que sejam sensíveis às questões do género (Carlen, 2007; Revoira, 2012).

Além disso, questiona, também, o uso de instrumentos e de programas de intervenção e tratamento com raparigas, que foram concebidos de e para universos masculinos (Goodkind, 2005; Covington e Bloom, 2006; Salisbury et al., 2009; Zahn 2009; Worrall e Gelsthorpe, 2009; Bell, 2013). Segundo Sharp e Gelsthorp (2009) e Alder e Worrall (2004) estes instrumentos arriscam uma avaliação desadequada dos níveis de risco e de necessidades criminógenas das raparigas, por duas grandes ordens de razão. Primeiro porque, se a agenda política e de intervenção na justiça juvenil se constrói em torno do princípio da avaliação do risco que identifica, classifica e gere os grupos com base nos níveis de perigosidade, há uma desvalorização do comportamento delinvente das raparigas, uma vez que elas não apresentam nem altos riscos na predição da violência, nem são perigosas, em termos do dano causado. Em segundo lugar, porque devemos estar atentos/as aos perigos de redefinir as necessidades das raparigas delinquentes como fatores preditores de risco.

Tem reunido algum consenso a ideia de que os instrumentos de avaliação do risco devem ser normalizados também nos pressupostos da delinquência feminina, utilizando, em complemento, outros instrumentos standardizados que meçam áreas-problema que a investigação tem demonstrado estarem mais presentes nas raparigas/mulheres (Bell, 2012). O que parece surgir ainda como obstáculo tem sido, por um lado, a insuficiente investigação longitudinal com as raparigas, e, por outro, o facto de o processo de validação de instrumentos de avaliação de risco, serem feitos principalmente através da expressividade estatística das amostras masculinas (Salisbury et al. 2009). A este respeito, o trabalho de Shepherd, Luebbers e Dollan (2013) é esclarecedor. Apresentando-nos uma visão geral da literatura disponível sobre três dos principais instrumentos de avaliação de risco juvenil (SAVRY, YLS/CMI, PCL: YV⁴) e a sua capacidade de prever, com precisão, a reincidência de raparigas/mulheres e grupos étnicos, concluem que a literatura sobre a avaliação de risco juvenil que inclua coortes de participantes femininas continua ainda escassa. Além disso, os resultados da aplicação destes instrumentos na predição do comportamento delinvente têm sido muito significativos em grupos/amostras semelhantes aos que estiveram na base da sua construção (leia-se amostras masculinas), mas o desafio está em perceber se a sua validade se estende a outros grupos/amostras (cf. Duarte e Vieites-Rodrigues, 2015).

⁴ SAVRY - Structured Assessment of Violence Risk in Youth; YLS/ CMI- Youth Level of Service/Case Management Inventory; e PCL:YV - Psychopathy Checklist: Youth Version

Longe de ser uma discussão ultrapassada - aliás Hubbard e Matthews (2008) demonstram muito bem como subsiste uma falta de investigação que analise a forma como estes programas com foco no género se interligam com a literatura do *What Works* - fazê-la parece indispensável, até para que se consiga responder à questão: o que funciona para quem e porquê? (Day *et al.*, 2015). A tentativa de resposta a esta questão, enquadra o terceiro desafio que é o de encontrar formas de responder às necessidades reais das raparigas, sem alimentar ideias estereotipadas sobre o seu comportamento (Goodkind, 2005) e/ ou sem criminalizar as suas necessidades (Gelsthorpe e Worrall, 2009).

Desafio 3

O aumento de visibilidade das raparigas no sistema de justiça juvenil e a constatação de que elas respondem de forma diferente dos rapazes aos programas de intervenção e tratamento a que estão sujeitas (OJJDP, Bloom e Covington, 1998, 2001; Holsinger, Belknap e Sutherland, 1999; Chesney-Lind, Morash e Stevens, 2008; Zahn *et al.*, 2009), levaram os profissionais, durante os anos 90, principalmente nos EUA, a procurarem respostas e estratégias eficazes baseadas no género. A ideia central era que as soluções mais promissoras não passavam por continuar a forçar as raparigas para um sistema projetado para rapazes. Mas o que seria mais adequado?

Se internacionalmente existe já um conjunto de ideias bem estruturadas do que significa oferecer respostas (políticas, serviços, programas e instrumentos) com foco de género no sistema de justiça juvenil (Bloom e Covington, 1998, 2001; Chesney-Lind, Morash e Stevens, 2008; Zahn *et al.* 2009; Salisbury *et al.* 2009), foi o resultado de várias conquistas, que aqui destacamos três:

Conquistas de visibilidade, ou seja, num primeiro momento, a preocupação foi tornar a figura feminina visível nos discursos do *sentencing*; depois seguiu-se a luta por criar espaço para mulheres ofensoras e raparigas delinquentes (por esta ordem) no âmbito das políticas de intervenção; e mais recentemente, a preocupação em resistir às respostas *gender neutral* na avaliação do risco (Gelsthorpe e Worrall, 2009).

Conquistas de reconhecimento público, como aconteceu em 1992, nos EUA, quando o Congresso dos Estados Unidos da Justiça Juvenil e Prevenção da Delinquência reconheceu a necessidade de prestar serviços orientados para atender as necessidades idiossincráticas das raparigas em conflito com a lei (Zahn, 2009; Ravoira, 2012). As recomendações iam no sentido de que as respostas devem ser dirigidas só para raparigas, sempre que possível; a

intervenção com raparigas devia ser feita em ambientes o menos restritivos possível; e que os programas deviam ser desenvolvidos perto das suas famílias, para ajudar a manter as relações familiares; deviam ser adequados ao desenvolvimento psico-social das raparigas, destacando-se a importância do papel relacional entre os/as profissionais e as jovens; e deviam estar preparados para lidar com a maternidade e a gravidez.

E, por fim, conquistas conceituais. *Gender-responsive*, *gender-specific*, ou *gender-sensitive*⁵ são as principais terminologias que a investigação tem apurado e que auxiliam a escalonar e a especificar os níveis de resposta e de intervenção. Alguns autores, contudo, como por exemplo Van Wormer (2012), utilizam estes termos de forma permutável, por considerar que qualquer um deles se refere a políticas e intervenções responsivas ao género.

Neste contexto, segundo Bloom e Covington (2001), as soluções mais promissoras passariam por criar um ambiente - pela seleção do espaço, pelo recrutamento e formação dos/as profissionais, pelo desenvolvimento de programas, conteúdos e materiais - que reflita uma compreensão situada da vida de raparigas (e rapazes), que responda aos seus pontos fortes e desafios. A investigação feita a este respeito (e.g. Belknap et al., 1997; Bloom e Covington, 2001; Bloom et al. 2003; Foley, 2008; Chesney-Lind et al., 2008; Salisbury et al., 2009; Zahn et al. 2009; Holsinger, et al., 1999, 2010; Ravoira et al., 2012; Garcia e Lane, 2013) tem vindo a mostrar que o desenvolvimento de programas específicos de género para raparigas delinquentes devem basear-se em modelos compreensivos, com práticas sensíveis às necessidades sociais, desenvolvimentais e psicológicas das raparigas (e.g. saúde reprodutiva e mental, maternidade na adolescência, competências parentais, necessidades vocacionais e formativas...), focadas na construção de relações saudáveis, no desenvolvimento de competências específicas (e.g. comunicação, *coping*, tomada de decisão), e que deem voz às raparigas⁶.

⁵ Recorrendo à *Gender Responsive Assessment Scale* (WHO, 2011), defende-se que existem cinco níveis rumo à igualdade de género, que começa pelas respostas que estão abaixo desse nível de igualdade, até às respostas que requerem estratégias de equalização das relações de poder entre homens e mulheres. Como resumem Duarte e Vieites-Rodrigues (2015: 23), as “duas primeiras (*gender-unequal* e *gender-blind*) estão abaixo desse objetivo de igualdade. No terceiro nível, encontramos as respostas *gender-sensitive* – sensíveis ao género –, que são vistas como um ponto de viragem, uma vez que indicam uma consciência e um maior desenvolvimento de ações corretivas. O quarto nível é o das respostas *gender-specific* – específicas do género –, que estão orientadas para as necessidades idiossincráticas de homens e mulheres e trabalham com/beneficiam grupos específicos para poder atingir certos objetivos políticos ou satisfazer determinadas necessidades. O quinto e último nível é o das respostas *gender-transformative*, que requerem estratégias de equalização das relações de poder entre homens e mulheres.”

⁶ Consultar Zahn *et al.* (2009) para aceder a quadros comparativos entre diferentes programas responsivos ao género.

Os programas que sejam específicos para as raparigas devem levar em consideração o conjunto de problemas psicológicos que muitas adolescentes enfrentam (e.g. distúrbios alimentares, depressão, abuso de substâncias, automutilação), como demonstram os trabalhos de Bloom et al. (2003). Devem reconhecer o papel crítico que as relações amorosas e a sexualidade têm na forma como as raparigas olham para si próprias e como veem as suas responsabilidades e papéis sociais de género. Segundo Bloom e Covington (1998), as raparigas têm de aprender sobre controlo de natalidade, práticas sexuais seguras, competências parentais, higiene e imagem do corpo/ autoimagem. Estes programas devem também levar em consideração necessidades orientadas para o futuro, ou seja, os programas devem usar técnicas que permitam às raparigas corrigir déficits educacionais e identificar aspirações de carreira. Grande parte dos programas formativos disponibilizados pelas agências de justiça estão orientados para vocações tradicionais de género (estética, cabeleireiro para raparigas e carpintaria, mecânica, jardinagem, para rapazes). Não desconsiderando a importância destas áreas vocacionais, é fundamental que as jovens tenham acesso a oportunidades de emprego reais e a trajetórias profissionais que saiam do pensamento estereotipado do que é o trabalho tradicional feminino (Bloom e Covington, 2001; Garcia e Lane, 2013). Acrescentam também a necessidade de formação especializada dos/as profissionais que intervêm com raparigas delinquentes (Belknap et al., 1997; Bloom et al., 2003).

Apesar de o discurso teórico ser favorável ao desenvolvimento deste tipo de respostas, que tem resultado num aumento do seu desenvolvimento e aplicação, como destacam os trabalhos feitos pelo OJJDP *Girls Study Group* (Zahn et al., 2008, Zahn, 2009) ou pelo *National Girls Institute* (Ravoira et al., 2012), a prática tem sido lenta no reconhecimento do papel que as diferenças de género têm no desenho, na implementação e na avaliação dessas respostas. Um indicador disso é a falta de investigação empírica sobre a eficácia destes programas (Zahn et al., 2009; Loeber et al., 2012, Day et al., 2015), que acontece particularmente com os programas de prevenção e intervenção dirigidos a raparigas delinquentes. A este respeito, Lipsey (2009), a partir de uma base de dados compreensiva de avaliação de programas na justiça juvenil, concluiu que 87% desses programas eram dirigidos para rapazes e apenas 4% para raparigas. Zahn et al. (2009), por sua vez, ao analisarem sessenta e dois (62) programas identificados como sendo desenhados para raparigas, mostram

que apenas dezoito (18) tinham sido sujeitos a avaliação, e destes, apenas nove (9) programas foram sujeitos a uma avaliação rigorosa da sua eficácia⁷.

A este indicador juntam-se outros, como a escassez de conhecimento sobre a extensão e o alcance destas mudanças no sistema de justiça juvenil, e perceber em que grau as raparigas continuam em programas desenhados para rapazes, sem o desenvolvimento de serviços delineados especialmente para elas (Holsinger *et al.*, 2010); confirmando, a ideia já sublinhada por Burman e Batchelor (2009), de que as raparigas em conflito com a lei viveriam na charneira entre as respostas políticas para a delinquência juvenil, ainda orientadas para os rapazes (ignorando o género), e as políticas em relação às mulheres ofensoras que ignoram a questão da idade.

Day *et al.* (2015) vão um pouco mais longe sublinhando que a crítica aos modelos *one-size-fits-all* não deve ser dirigida apenas para a realidade das raparigas no sistema (ainda que continue a ser a regra), mas também para as limitações teóricas que persistem na pesquisa particularmente no que respeita à aplicação destas respostas aos rapazes. Para que estes programas sejam verdadeiramente sensíveis às questões de género é necessário que eles levem em consideração as experiências, as expressões e os comportamentos idiossincráticos do género.

1.2. Intervenção tutelar educativa em Portugal: o género interessa?

A história da justiça juvenil tem sido a história da tensão entre as preocupações com a proteção e com a justiça (Gelsthorp e Worrall, 2009), e Portugal não foi exceção. O sistema de justiça juvenil português caracteriza-se em três grandes períodos (Carvalho, 2003, 2010; Fonseca, 2005). O primeiro, que vai de 1911 até à reforma de 1962, consubstancia-se na Lei de Proteção à Infância, um modelo de proteção assente num regime assistencialista, marcado por lógicas paternalista-repressiva, baseada num modelo que parte de uma conceção de degeneração-perigosidade dos menores. O segundo período, que se iniciou em 1962 com um novo diploma legal - a Organização Tutelar de Menores (OTM) - assentou numa perspetiva de tratamento da delinquência, acentuando a intervenção clínica do diagnóstico, e aprofundando o modelo de proteção vigente. A OTM reunia num só texto legal as normas respeitantes às crianças vítimas, com comportamentos delinquentes ou com outro tipo de

⁷ Leia-se, programas que utilizam desenhos de investigação aleatórios com controlo (*Randomized controlled research designs*), ou que pelo menos mediram resultados referentes a pré-testes e pós-testes.

problemas ligados à infância. Este modelo de proteção permaneceu enraizado no sistema de justiça juvenil, apesar das alterações introduzidas em 1978, pelo Decreto-Lei n.º 314/78, de 27 de outubro.

A ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança por Portugal, em 1990, a par com a normas internacionais da Organização das Nações Unidas⁸, levaram a uma profunda reflexão sobre o modelo de proteção vigente. Esta discussão deu origem ao terceiro período, em vigência até à atualidade, que é iniciado com a aprovação de duas novas leis, em 1999: a Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) - Lei n.º 149/99, de 1 de Setembro⁹, e a Lei Tutelar Educativa (LTE) - Lei n.º 166/99, de 14 de setembro¹⁰, que entraram em vigor no dia 1 de janeiro de 2001, e que vêm substituir, no essencial, as limitações e desvantagens da OTM¹¹.

Segundo Carvalho (2003; 2015), Portugal, a nível internacional, tem estado na vanguarda no que se refere à intervenção tutelar educativa, por vários motivos. Por um lado, porque desde 1925 a 2012 manteve a existência de um serviço de justiça juvenil autónomo¹². Por outro lado, porque difere da maioria dos sistemas de justiça juvenil de outros países da União Europeia, pelo facto de valorizar menos o ato praticado e dar mais importância à necessidade de o/a jovem ser “educado/a para o direito”. Neste contexto, tem-se constituído numa terceira via entre o modelo de proteção e o modelo penal, por ser um sistema que assenta na responsabilização e não na punição, orientada para uma mudança sustentada na interiorização de valores e normas socialmente aceites, apostando na reabilitação do/a jovem do ponto de vista educacional.

⁸ Particularmente, as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores (Regras de *Beijing*) de 1985; e em 1990, as Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da “delinquência juvenil” (Diretrizes de Riade); as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Medidas Não Privativas de Liberdade (Regras de Tóquio) e as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção de Menores Privados de Liberdade (Regras de Havana).

⁹ Alterada pela Lei n.º 142/2015, de 8 setembro.

¹⁰ Revista pela Lei 4/2005, de 15 de janeiro.

¹¹ A LPCJP destina-se a proteger as crianças e jovens (dos 0 aos 18 anos, excecionalmente até os 21 anos) de situações de risco e perigo e de percursos e comportamentos desviantes. Para cumprir este propósito aplica medidas de promoção e proteção no meio natural de vida da criança e jovem ou medidas de colocação (acolhimento familiar ou em instituição) (art. 35.º). O acolhimento em Instituição pode ser realizado em Centros de Acolhimento Temporário (para acolhimento de curta duração) ou Lares de Infância e Juventude (para acolhimentos de longa duração). A LTE aplica-se a jovens entre os 12 e os 16 anos, que tenham cometido factos qualificados pela lei como crime (art. 1º). O Objetivo da LTE é a educação do/a menor para o direito e a sua inserção na vida da comunidade (n.º 1 do art. 2º) e, para tal, aplica medidas na comunidade ou medidas de internamento em Centro Educativo (art. 4º).

¹² Algo que deixou de existir devido à fusão da Direção Geral de Reinserção Social (DGRS) com a Direção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP) numa nova entidade, a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP). Esta fusão dá-se no quadro do processo de reorganização dos Serviços do Ministério da Justiça e formalizada na atual lei orgânica do inistério da Justiça (Decreto-Lei n.º 123, de 29 de dezembro de 2011) e na lei que regula a sua estrutura orgânica (Decreto-Lei n.º 215, de 28 de setembro de 2011).

O(s) paradigma(s) de intervenção não deixam de ser, contudo, um espelho das opções e dos discursos políticos numa determinada época histórica. No que ao género diz respeito, a pouca literatura existente em Portugal sobre a evolução da intervenção tutelar educativa com raparigas, desde o início do século XX, vem confirmar não só a invisibilidade social e científica deste grupo, como também a relação que tem existido entre as expectativas sociais do comportamento feminino (ao longo do tempo) e o tratamento e intervenção com raparigas no sistema de justiça juvenil.

Não sendo possível aprofundar as mudanças e o impacto das mesmas na intervenção tutelar educativa com raparigas, é possível perceber, no mesmo sentido do que vigorou na intervenção com mulheres ofensoras nas prisões portuguesas (Cunha, 1994), que, até à revolução de 1974, o quadro de intervenção era baseado nos princípios da regeneração moral pela inculcação de dois valores essenciais: a domesticidade e a maternidade. Segundo descritivos da altura (Patacho, 1931), a grande finalidade das casas de correção e detenção¹³ femininas era:

“preparar cada internada com o máximo possível de conhecimento necessários ao bom desempenho do papel superior da mulher no lar (...). Não se podendo atingir o ideal de formar apenas e sempre boas mães de família e boas donas de casa, aproveita-se e desenvolvem-se aptidões naturais (...) e assim tentase habilitá-las como serviçais (cozinheiras, criadas de fora), como costureiras, como empregadas comerciais, como praticantes de oficinas em algumas industrias.” (Idem: 15-16)

Para as “exigências do ensino educativo doméstico, havia ainda instalação de oficinas de culinária aperfeiçoada, costura, engomados e lavandaria” (Idem: 9). Neste sentido, e como refere Cunha (1994), falando sobre as prisões femininas antes da década de 50, o tratamento penitenciário procurava inculcar nas reclusas competências domésticas e responsabilidades maternas, através de ocupações direcionadas para a esfera privada, de forma a (re)conduzi-las para os papéis tradicionalmente femininos, dos quais, supostamente, se tinham desviado. “Recorde-se que a dicotomização do feminino era reforçada pela ideologia oficial do Estado Novo, cuja consubstanciação simbólica do lar e da nação enfatizava a necessidade do vínculo da mulher ao lar e do desempenho dedicado dos papéis de esposa e mãe” (Idem: 24).

¹³ “Estabelecimentos de detenção, reforma e correção” foram os nomes dados, até 1962, às entidades vocacionadas para o internamento de crianças e jovens (na dependência da Administração e Inspeção-Geral dos Serviços Jurisdicionais e Tutelares de Menores, a partir de 1923; e da Direção-Geral dos Serviços Jurisdicionais de Menores, a partir de 1933). Em 1962 a entidade é reestruturada e passa a designar-se de Direção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores. Com ela surgem os “Institutos de Reeducação e medico-psicológicos, Lares de semi-internato, de semi-liberdade e de patronato”. Em 1982 é criado o Instituto de Reinserção Social (IRS) que faz nascer os “Colégios de Acolhimento, Educação e Formação” (CAEF) (Carvalho, 2003). No âmbito da mudança legislativa, da necessidade de separar jovens vítimas de jovens agressores/as e com a criação da Direção-Geral de Reinserção Social (DGRS), que durou até 2012, surgiram os “Centro Educativos”.

A intervenção separada e diferenciada, relativamente aos rapazes, refletia, neste sentido, os pressupostos construídos em torno da ‘natureza feminina’ e do comportamento desviante ‘tipicamente feminino’¹⁴, que nem as alterações legislativas de 1962 e de 1978, no sistema de justiça juvenil português, vieram alterar na sua essência. Construções que se basearam, segundo Matos (2008: 64), na “forte estereotipia na representação da mulher, através da biologização, patologização, sexualização e masculinização do seu comportamento transgressivo”, e que deram lugar a lógicas patologizadoras e corretivas da intervenção (Carlen, 2007).

As jovens eram descritas como “inveteradas no vício ou pelo menos nos maus hábitos” (Patacho, 1931: 6) e, por isso, deveriam sujeitar-se a uma intervenção progressiva, na base do “progresso moral” e do “bom caminho”, que era feito de forma faseada – o primeiro escalão era o das “entradas e difíceis”, de seguida “as melhoradas” e, por fim, “as apuradas” (idem: 15). Na década de 70, apesar de haver sinais de uma mudança discursiva que impunha o reforço da disciplina interna, da rigidez disciplinar, e do fortalecimento da autoridade do pessoal, causada por “um espírito anárquico [que] se instalara entre a população jovem, [...] em termos de agressividade altamente desrespeituosa que atingiu frequentemente situações-limite de violência e destruição” (Sepeda, 1972: 21), mantinham-se lógicas orientadas para a “assistência psiquiátrica” das menores difíceis:

“as menores, que entram nos Serviços portadoras de traumatismos psíquicos, conflitos afetivos, taras e aberrações, são devolvidas à sociedade afectadas das mesmas perturbações íntimas, dos mesmos germens de dissolução social, que não será pessimismo supor virão a gerar futuramente idênticas desordens morais” (Idem: 23).

Os dados relativos aos estabelecimentos prisionais femininos mostram que, após a revolução de 1974, o foco na feminilização, na domesticização e na medicalização da intervenção com mulheres ofensoras foi atenuado e excluído dos regulamentos oficiais, contudo, o modelo de reabilitação acaba por se manter infundido nas interações e práticas quotidianas nos presídios femininos (Cunha, 1994; Cunha e Granja, 2012).

Os motivos da intervenção refletem, também, estas perspetivas protecionistas e paternalistas em torno das necessidades femininas. Algo que não é muito diferente do que

¹⁴ Ideia patente nos Relatórios e Regulamentos das Casas de Correção e dos Institutos de Reeducação femininos. Cf. Patacho, Emília (1931), *Monografia do Reformatório de Lisboa (sexo feminino)*, Vila do Conde: Ministério da Justiça e dos Cultos, Serviços Jurisdicionais e Tutelares de Menores; Federação Nacional das Instituições de Proteção à Infância (1965), “Instituto de S. José. Secção materno-infantil, sua organização e funcionamento”. *Infância e Juventude*, 43, 27-28; Federação Nacional das Instituições de Proteção à Infância (1966), “Lar de Semiliberdade do Instituto de S. José”. *Infância e Juventude*, 48, 27-29. Sepeda, Arminda (1972), “Relatório das actividades do Instituto de Reeducação de S. Bernardino”. *Infância e Juventude*, 69, 21-23.

encontramos na literatura internacional, que tem mostrado que é a combinação entre a precocidade sexual, a libertinagem e o comportamento delincente que tem definido o grau de risco das raparigas (Cox, 2003). Aliás, segundo Gelsthorpe e Worrall (2009), a institucionalização de raparigas por motivos não criminais – mas por razão de ‘perigo moral’ ou ‘proteção’ – constitui(u)-se uma medida paternalista de salvaguarda da moralidade sexual.

Em Portugal, pelo menos até ao ano 2000, a presença das raparigas no sistema de justiça juvenil refletia uma preocupação com a sua sexualidade e com comportamentos considerados pouco apropriados para o género feminino, como fugas de casa, prostituição, vadiagem, entre outros. A este respeito, Augusto d’Oliveira, em 1929, falava das profissões perigosas para a moralidade infantil, e destacava que no caso das raparigas era a classe das criadas de serviço e costureiras de fábrica que expunham as raparigas à imoralidade, porque a hora tardia a que se recolhiam a casa as fazia estar mais vulneráveis para serem “acompanhadas pelos galanteadores de pior espécie” (...) [e] tudo isto interfere nas suas imaginações juvenis e impele muitas delas para o resvaladeiro da prostituição, para a mais degradante perda moral” (d’Oliveira, 1926: 62).

Eliana Gersão (Gersão, 1990) - a par dos resultados do Relatório do Observatório Permanente da Justiça “A justiça de menores: as crianças entre o risco e o crime”, que analisou evolução da movimentação processual tutelar nacional, num período temporal de 54 anos (1942 a 1996) (Santos et al., 1998) – mostra que a percentagem de raparigas sujeitas à jurisdição de menores era bastante significativa e tinha vindo a aumentar. Além disso, nos processos de raparigas, os casos de inadaptação (15,2%), vadiagem, prostituição ou libertinagem (23,5%), estavam mais representados do que nos rapazes. Como refere a autora, “numa análise de 70 processos, em regra era o comportamento sexual da rapariga que estava na base da intervenção judiciária” (Gersão, 1990: 50).

Esta análise encontra respaldo no trabalho de António Duarte-Fonseca sobre condutas desviantes de raparigas nos anos 90 (Fonseca, 2000). Um estudo que analisou os dados relativos a processos tutelares findos, durante a década de 90, e que pretendia caracterizar quem são e quantas são as menores sujeitas à intervenção dos tribunais, bem como compreender o volume dos motivos, as formas que reveste e a natureza da intervenção. Segundo o autor, e de acordo com as estatísticas publicadas para os anos de 1990 a 1999, foram julgadas 5863 raparigas (21,6% do total de menores julgados nesse período - 27 109): “Ainda assim, este número e esta percentagem são bastante superiores aos registados na década de 80. (...). A partir de 1994, esse número aumentou todos os anos na ordem das

dezenas, registando-se o maior acréscimo, quase na ordem das duas centenas, já em 1999...” (Fonseca, 2000: 13-14).

No que se refere aos motivos da intervenção jurisdicional, do total de menores julgadas durante a década de 90, 27,5% foi julgada pelo cometimento de infrações e 26,4% por inadaptação, para-delinquência e pré-delinquência - 41,9% por inadaptação à vida social normal, 39,4% por vadiagem e/ou libertinagem, 6,7% pela prática da prostituição (ainda que represente quase 77% do total de menores de ambos os sexos), 5% por mendicidade e 1,3% pelo abuso de bebidas alcoólicas (Idem: 19). Assim, para Fonseca (2000: 83), apesar de o fenómeno assumir características proporcionalmente semelhantes em ambos os sexos, o que verdadeiramente difere é o olhar e a reação social perante condutas da mesma natureza, quando cometidas por jovens de um ou do outro sexo, diferenças de que decorre uma discriminação negativa das raparigas.

Estes estudos, que retratam diferentes épocas históricas e refletem mudanças sociais, políticas, institucionais e legislativas ocorridas no contexto português, não deixam de mostrar continuidades na forma como se pensa a rapariga, e particularmente a rapariga delinvente no sistema de justiça juvenil. Muda-se a linguagem – de ‘imorais’ passam a ‘fora de controlo’ – mas mantém-se a preocupação com a salvaguarda da sua moralidade sexual, com a importância de um modelo de proteção para as raparigas; e com a imagem de que elas são mais vulnerabilidade, mais instáveis, mais influenciáveis, e mais difíceis do que os rapazes (Gelsthorpe e Sharp, 2006).

A partir de 2001, a intervenção com jovens delinquentes passa a assentar numa perspetiva desenvolvimentista da delinquência, ajustada ao nível de risco de reincidência e às necessidades criminógenas. Acompanhando o que têm sido as discussões mais atuais da literatura sobre o que melhor funciona com jovens delinquentes no sistema de justiça juvenil (Andrews e Bonta, 1994; Pimentel, 2011; Azevedo & Duarte, 2014) – literatura do *What Works* - o modelo de intervenção português concretiza-se na utilização de instrumentos de avaliação do risco, especificamente a YLS/CMI - *Youth Level of Service/Case Management Inventory* (Hoge e Andrews, 2002; Pimentel et al. 2015a), e no desenvolvimento de vários programas socio-educativos, terapêuticos e formativos¹⁵, durante o cumprimento das medidas tutelares educativas (DGRS, 2009; Cóias, 2015).

¹⁵ Atividades socioeducativas de carácter lúdico-desportivo e/ou de educação para a saúde; Programas terapêuticos e de satisfação das necessidades educativas associadas ao comportamento delinvente, como são exemplo os programas de treino de competências pessoais e sociais (GPS - “Gerar Percursos Sociais”); Psicoterapia individual e em grupo; Tutorias; Programas de formação escolar e profissional.

Associada ao discurso da igualdade de tratamento, a ideologia interventiva com jovens em cumprimento de medida tutelar educativa tem sido politicamente neutral, significando isso que a intervenção está orientada para as características cognitivas e para os fatores de risco e variáveis associadas ao comportamento delinvente, que se considera estarem presentes em todos/as os/as jovens em conflito com a lei. Será agindo sobre essas características que se contribui para a mudança do comportamento, reduzindo a reincidência. Esta intervenção não ignora a importância que as necessidades idiossincráticas podem ter numa perspectiva de responsividade e de prevenção da reincidência, que se reflete, particularmente, na intervenção em centro educativo, dada a necessidade de reajustamento dos espaços residenciais (em Portugal, à data, existem dois centros educativos com unidades residenciais femininas), a adequação das atividades formativas, e as respostas relacionadas com especificidades femininas, particularmente a gravidez e a maternidade.

Providenciar alguns serviços orientados para especificidades de género, não significa desenvolver uma intervenção *gender-responsive*. Segundo o último relatório da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Centros Educativos (CFCE, 2012), o modelo tutelar educativo tem sido aplicado numa perspectiva predominantemente masculina, a que não é alheia a sua génese histórica - nacional e internacional (Duarte e Vieites-Rodrigues, 2015) - não havendo a necessária diferenciação naquilo que são as particularidades de género (CFCE, 2012: 13).

Quer a homogeneização da intervenção, em nome da ideologia igualitária, quer a pretensa feminização do modelo educativo através de um afinamento da formação profissional (reduzida a cursos de manicure e cabeleireiro), não deixam de se edificar em torno, ora de uma intervenção ainda pouco sensível às idiossincrasias de género, ora da essencialização das diferenças de género e da reificação da construção social dessas diferenças (Goodkind, 2005).

A ausência de investigação nesta matéria, em Portugal, não permite fazer uma análise e avaliação apuradas sobre o trabalho que está a ser feito com as raparigas no sistema de justiça juvenil. Onde estamos e para onde precisamos de ir em matéria de respostas que sejam mais sensíveis ao género, é a questão que fica em aberto.



II – Metodologia: investigar para diagnosticar o problema

2.1. Objetivos

Assumindo que o principal propósito desta investigação é compreender a importância de uma intervenção baseada no género no sistema de justiça juvenil, assumiu-se como principais objetivos:

- Explorar os significados que as raparigas e os/as técnicos/as dos Centros Educativos atribuem à prática transgressiva feminina e ao trabalho que é desenvolvido com elas;
- Identificar e analisar as práticas, as necessidades e as áreas críticas de intervenção com raparigas delinquentes.

2.2. Métodos, técnicas e participantes

Para a realização deste estudo optou-se pela utilização de uma metodologia qualitativa, através da utilização de três principais técnicas de investigação: entrevistas semiestruturadas a informantes privilegiados/as; análise de conteúdo de processos tutelares educativos de raparigas em cumprimentos de medida tutelar educativa de internamento em Centro Educativo; e grupos focais com as raparigas e com os/as profissionais (técnicos/as de reinserção social) que trabalham em Centro Educativo (ver Quadro 2).

Quadro 2: Resumo dos métodos, participantes e número de participantes

Participantes	Métodos	Número total de participantes
Informantes Privilegiados/as	Entrevistas semi-estruturadas	5 entrevistado/as (1 magistrada, 2 técnicos/as da DGRSP), 1 Diretor de CE, 1 Investigadora)
		2 CE mistos (CE1 - Lisboa/ CE2 Porto)
	- Análise dos processos	
Raparigas nos CE	individuais	19 processos (CE1 -11/CE2 - 8)
	- Focus Group	19 raparigas (CE1 -11/CE2 - 8)
Staff dos CE	- Focus Group	12 Profissionais (CE1 – 8/ CE2 – 4)

O trabalho de campo foi realizado, intensivamente, entre dezembro de 2013 e fevereiro de 2014.

Foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas a informantes privilegiados/as (ver Anexo 1): um magistrado, dois/duas técnicos/as da DGRSP, um Diretor de um Centro Educativo, e um/a investigador/a (Quadro 3). As entrevistas foram gravadas e a informação recolhida foi transcrita e categorizada.

Quadro 3: Caracterização das entrevistas realizadas aos informantes privilegiados

ID	Data/ hora entrevista	Duração	Caracterização
IP1	20/01, às 10h30	1h10m.	Lisboa, mulher, magistrada
IP2	20/01, às 14h30	1h15m.	Lisboa, homem, técnico superior
IP3	20/02, às 16h00	1h11m.	Lisboa, homem, diretor
IP4	21/01, às 17h30	51 m.	Lisboa, mulher, técnico superior
IP5	28/01, às 12h00	50 m.	Porto, mulher, investigadora

Foram selecionados para esta investigação os dois Centros Educativos que, à data do estudo, tinham unidades residenciais femininas. Um na zona de Lisboa e o outro na zona do Porto, que serão identificados, ao longo deste relatório, de CE 1 e CE 2, respetivamente. Para ter acesso ao/às participantes dos dois Centros Educativos em questão foi pedida autorização

à DGRSP e realizado uma ata adicional ao protocolo de cooperação já existente entre o antigo IRS (hoje designado do DGRSP) e o ISMAI (ver Anexo 2).

Nos Centros Educativos, foram analisados 19 processos tutelares educativos (ver Anexo 3). Onze (11) no CE 1 e oito (8) no CE 2. Correspondendo ao número total de raparigas presentes no sistema, à data do estudo. Estes processos tiveram como principal propósito fazer uma breve caracterização sociodemográfica e judicial das jovens em cumprimento de medida de internamento. Foram, ainda, realizados dois grupos focais. Um com as raparigas internadas em Centro Educativo e o outro com os profissionais (técnicos superiores e técnicos profissionais de reinserção social) de Centro Educativo (ver Anexo 4). Estiveram envolvidos, no total, 19 raparigas e 12 profissionais.

Os procedimentos dos grupos focais serão desenvolvidos no ponto seguinte.

2.3. Procedimentos nos grupos focais: recolha e análise de dados

Para a realização dos grupos focais e para ter acesso aos/às participantes nos dois centros educativos, o estudo e o seu protocolo foram explicados aos diretores dos respetivos centros. Os consentimentos informados (ver Anexo 5) foram obtidos antes do início dos grupos focais, depois de terem sido explicados os objetivos e os passos para garantir e proteger a confidencialidade e o anonimato dos/as participantes. A participação foi sempre voluntária, ainda que previamente concertada com o/a diretor/a do centro para aferir, no caso das raparigas, da sua elegibilidade (e.g. não ter uma situação judicial que proibisse a participação, não estar com medidas disciplinares; não apresentar debilidades físicas ou mentais que condicionassem a participação); e no caso dos/as técnicos/as a sua disponibilidade (e.g. horários, turnos, férias, entre outras).

Foram conduzidos 4 grupos focais, com 2 sessões cada. A equipa de investigação falou com dezanove raparigas: 10 no CE 1 e 9 no CE 2; e com doze profissionais: 8 e 4, respetivamente (ver Quadro 4).

Quadro 4: Caracterização dos/as participantes dos grupos focais

GRUPOS FOCALIS	Raparigas		Profissionais	
	Sessão 1	Sessão 2	Sessão 1	Sessão 2
Centro Educativo 1 (CE1)	10		8	
Centro Educativo 2 (CE2)	9		4	
Caraterísticas demográficas dos/as participantes	<ul style="list-style-type: none">- Média de idades: 17.2 [min: 15; max: 18]- Nacionalidade: Todos/as portugueses/as (cerca de metade eram descendentes de africanos/as; 1 Roma)- Tipo de ofensa: 52,7% - crimes contra as pessoas; 41,6% - ofensas à propriedade; 5,7% outros crimes- Medida Educativa – Tempo médio: 18,7 anos ; Regime: 50% semi-aberto/ 40% aberto/ 10% fechado		<ul style="list-style-type: none">- Média de idades: 38.75 [min: 29; max: 53]- Sexo: 9 feminino; 3 masculino- Técnicos/as superiores: 4 ; técnicos/as profissionais: 8- Tempo médio de trabalho no CE: 12 anos [min. 3; max: 31]- Tempo médio de trabalho com as raparigas: 5 anos [min: 6 meses; max: 14 anos]	

Apesar de sabermos que o tamanho dos grupos focais-tipo é de 6 a 8 participantes, foi necessário jogar com as condições presentes no local e com os tempos reais (dos/as técnicos/as e da instituição) para a investigação, o que resultou num número menos uniforme em cada grupo. Não consideramos, contudo, que esta questão seja uma limitação do estudo por dois principais motivos. No caso dos grupos maiores, a presença de três investigadoras no momento da realização dos grupos focais (estrategicamente distribuídas pelo grupo) ajudou na dinâmica e na gestão da informação recolhida e observada. No caso do grupo menor, houve uma maior envolvimento e espaço na discussão dos tópicos.

A calendarização e os espaços de realização dos grupos focais foram desenhados e escolhidos por conveniência (e.g. nos dias em que estivessem todas as jovens, no período das trocas de turnos de forma a poder apanhar diferentes técnicos de diferentes turnos...), mas garantindo que se desenvolveriam em ambientes naturais (e.g. salas de reunião, salas usadas pelas raparigas...). Cada sessão teve aproximadamente uma hora e meia. Este tempo também teve de ser concertado com o/a diretor/a do centro educativo, de forma a não prejudicar o bom funcionamento da instituição.

Em cada sessão, foi sempre garantida a presença, no mínimo, de dois facilitadores. Um para conduzir a entrevista de grupo e o outro para observar a linguagem corporal, os comentários dos/as participantes e outros temas emergentes.

Na primeira sessão com os/as técnicos/as, uma das facilitadoras fez uma breve recolha de informação demográfica e profissional (i.e., idade, função, tempo de trabalho na justiça juvenil, tempo de trabalho em centro educativo e tempo de trabalho com raparigas em centro educativo) (ver Quadro 5 e 6).

Quadro 5: Caraterização dos/as técnicos/as do CE 1 que participaram no grupo focal

ID	Ano nascimento	Sexo	Função	Há quanto tempo trabalha na justiça juvenil	Há quanto tempo trabalha em Centro Educativo	Há quanto tempo trabalha com raparigas em Centro Educativo
1	1977	M	Coordenador Equipa de Programas	14anos Desde 1999 Início em CE	14 anos Desde 1999 Início em CE	4 anos Desde que é Coordenador
2	1975	F	TSRS*	13 anos Desde /2000 Início em Equipa Tutelar	12 anos Desde 2001 Início em CE	6 anos Desde Novembro de 2007
3	1973	F	TPRS – Responsável de Coordenação	17 anos Desde 1996 Início em CE	17 anos Desde 1996 sempre em CE	2 anos
4	1975	F	TPRS**	13 anos Desde 2001 Início em CE	13 anos Desde 2001 Iniciou em CE	+ - 11 anos Desde 2003
5	1963	M	TPRS	27 anos Desde 1986 Início em CE	27 anos Desde 1986 Iniciou em CE	+ - 14 anos. Desde 2000
6	1984	F	TPRS	5 anos Desde 2009, Início em CE	5 anos Desde 2009 Início em CE	5 anos Desde 2009
7	1960	M	TPRS	31 anos Desde 1982 Início em CE	31 anos Desde 1982 Início em CE	Há meio ano.
8	1967	F	TPRS	8 anos Desde 2005 Início em CE	8 anos Desde 2005 Início em CE	Há cerca de um ano

* Técnico Superior de Reinserção Social

** Técnico Profissional de Reinserção Social

Quadro 6: Caraterização do/as técnico/as do CE 2 que participaram no grupo focal

ID	Ano nascimento	Sexo	Função	Há quanto tempo trabalha na justiça juvenil	Há quanto tempo trabalha em Centro Educativo	Há quanto tempo trabalha com raparigas em Centro Educativo
1	1979	F	Técnico Superior	Desde 2003 (espanha), como TP	Desde Outubro 2010	Desde 2007/2008 (espanha)
2	1981	F	Assistente social	Desde Outubro 2010	Desde Outubro 2010	Trabalha com rapazes e raparigas
3	1979	F	Técnico Profissional	Desde Outubro 2010	Desde Outubro 2010	Só está com as raparigas quando faz as férias de outra técnica
4	1984	F	Técnico Profissional	Desde Outubro 2010	Desde Outubro 2010	Desde Outubro 2010

O grupo de técnico/as que participou nos grupos focais tinha uma média de 39 anos. Era composto maioritariamente por mulheres. Ao nível da função exercida, quatro eram técnico/as superiores e oito técnico/as profissionais, com vasta experiência profissional em

Centro educativo (média de 12 anos), e uma média de 5 anos de experiência a trabalhar com raparigas.

No caso das raparigas, a informação foi recolhida previamente, através da análise dos seus processos individuais (ver Quadros 7 e 8).

Quadro 7: Caraterização das jovens internadas no CE 1 que participaram no grupo focal

ID	Data nascimento	Nacionalidade	Zona de residência	Escolaridade/ n.º retenções	Ilícitos cometidos	Duração, Regime da Medida de Internamento e n.º medidas anteriores
1	1996	Portuguesa	Lisboa e Vale do Tejo	2.º ano curso profissional 1 retenção	1 crime continuado de furto	24 meses MI Regime semiaberto Sem medidas anteriores
2	1996	Portuguesa	Lisboa e Vale do Tejo	6.º ano	Crime de furto simples; Crime de violência após apropriação; Crime de furto simples; Crime de ofensa à integridade física simples e roubo; dois crimes de roubo na forma tentada; crime de roubo	24 meses MI Regime semiaberto 1 MPP; 1 MCG
3	1996	Portuguesa	Lisboa e Vale do Tejo	2.º ano Curso CEF 2 retenções	Falsificação de documentos	12 meses MI Regime aberto Nenhuma medida anterior
4	1998	Portuguesa Afro descendente	Lisboa e Vale do Tejo	7.º ano 2 retenções	1 crime de roubo	21 meses MI Regime semiaberto / aberto 1MCG; 1MI
5	1996	Portuguesa Afro descendente	Lisboa e Vale do Tejo	6.º ano 5 retenções abandono	1 crime de ofensa à integridade física qualificada	24 meses MI Regime semiaberto 1 MPP
6	1996	Portuguesa Afro descendente	Lisboa e Vale do Tejo	6.º ano abandono	1 crime de burla na forma continuada; u1 crime de furto	18 meses MI Regime aberto 1 MCG
7	1998	Portuguesa Etnia cigana	Região Centro	5.º ano Absentismo	1 crime de tráfico de estupefacientes e 1 crime de condução sem habilitação legal	3 meses MI Regime fechado 1MPP; 1 MCG
8	1998	Portuguesa Afro descendente	Lisboa e Vale do Tejo	6.º ano 1 retenção	Injúria agravada, crime de ofensa à integridade física qualificada, crime de ofensa à integridade física simples, crime de ameaça, crime de ameaça agravada e crime de dano	18 meses MI Regime semiaberto 1 MPP; 1MI
9	1998	Portuguesa	Lisboa e Vale do Tejo	6.º ano 1 retenção	Furto qualificado 1 crime de violência doméstica 1 crime agravado de injúria 1 crime de roubo	24 meses MI Regime semiaberto 1 MCG
10	1998	Portuguesa	Lisboa e Vale do Tejo	5.º ano abandono	5 crimes de ofensa à integridade física simples 1 crime de ameaça Crime continuado de furto qualificado	18 meses MI Regime fechado MPP

11	1997	Portuguesa	Lisboa e Vale do Tejo	5.º ano 3 retenções	1 crime de furto simples 1 crime de tráfico de estupefacientes de menor gravidade 1 crime de injúria agravada	24 meses MI Regime semiaberto 1 MCG; 2 MPP
----	------	------------	-----------------------	------------------------	---	--

Legenda: MI – Medida de Internamento; MPP – Medida de Promoção e Proteção; MCG – Medida Cautelar de Guarda

Quadro 8: Caracterização das jovens internadas no CE 2 que participaram no grupo focal

ID	Data nascimento	Nacionalidade	Zona de residência	Escolaridade/ n.º retenções	Ilícitos cometidos	Duração, Regime da Medida de Internamento e n.º medidas anteriores
1	1996	Portuguesa	Lisboa	6.º ano 3 retenções	Crime de ofensa à integridade física qualificada; Crime de injúria; Crime de ameaça	24 meses MI Regime semiaberto Sem medidas anteriores
2	1996	Portuguesa	Norte	6.º ano 1 retenção	Ofensa à integridade física	8 meses MI Regime aberto Intervenção CPCJ
3	1997	Portuguesa	Lisboa	6.º ano 3 retenções	1 crime de roubo	3 meses MCG Regime semiaberto 2 MPP
4	1996	Portuguesa	Lisboa	6.º ano 2 retenções	1 crime de violência doméstica; 1 crime de ofensa à integridade física qualificado; 1 crime de ofensa à integridade física	24 meses MI Regime semiaberto 1 MPP
5	1996	Portuguesa	Lisboa	- absentismo	Crime de Furto qualificado	18 meses MI Regime semiaberto 2 MPP, 1 MCG
6	1999	Portuguesa	Lisboa	6.º ano 1 retenção	Dois crimes de furto qualificado	12 meses MI Regime semiaberto 1 MPP
7	1996	Portuguesa	Lisboa	6.º ano 2 retenções	Dois crimes de ofensa À integridade física qualificada	18 meses MI Regime aberto 1 MPP
8	1995	Portuguesa Afro-descente	Lisboa	5.º ano 2 retenções	Um crime de ofensa à integridade física qualificada e um crime de violência depois de subtração	12 meses MI Regime aberto

Legenda: MI – Medida de Internamento; MPP – Medida de Promoção e Proteção; MCG – Medida Cautelar de Guarda

As jovens participantes no grupo focal tinham, em média, 17 anos de idade. Eram todas portuguesas, ainda que cerca de metade fossem afro descendentes e uma de etnia cigana¹⁶. A

¹⁶ “As estatísticas criminais portuguesas trabalham apenas com nacionalidades e não com etnicidade ou com fenótipo, o que faz com que a existência de grupos étnicos não seja formalmente reconhecida pelo Estado. O registo direto ou indireto por parte do Estado de dados relativos à etnicidade é impedido por lei, de forma a não reforçar estereótipos ou a racialização da sociedade (Cabecinhas, 2007, Cunha, 2010), como previsto no Decreto-Lei 28/94, de 29 de Agosto, atualizado pela Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro. Além de não reconhecer etnias, as estatísticas relativas à criminalidade só têm a categoria genérica de estrangeiros, sem distinguir entre residentes – quer documentados, quer não documentados – ou visitantes. A utilização de variáveis tão latas como “português” e “estrangeiro” não permite fazer análises estatísticas mais completas” (Duarte e Gomes, 2014: 153).

maioria (53%) cumpre medida tutelar de internamente pela prática de crimes contra as pessoas e, 42 % por crimes contra a propriedade. O tempo médio de internamento é de 19 meses, entre regimes semiabertos (50%) e abertos (40%).

Todas as sessões foram gravadas em áudio, depois de pedida a autorização para proceder à gravação. Foi usado o método de conversa informal, através de um guião de entrevista semiestruturado, construído especificamente para cada uma das sessões e para os/as diferentes participantes (raparigas internadas ou profissionais). Apesar destas diferenças, expressas nos diferentes guiões (cf. Anexo 4), a sessão 1 foi conduzida com o objetivo de se falar sobre a relação entre feminilidades e desvio: a) o que significa ser rapariga hoje; b) que tipo de situações colocam as raparigas em risco (motivações, razões, tipos de transgressão/ atos ilícitos...); e c) qual a relação e a importância dos grupos de pares e amigos/as, família, professores e sistema de justiça. A sessão 2, foi mais orientada para discutir as áreas críticas de intervenção e o *'What Works'* (práticas eficazes/ineficazes): d) identificar necessidades de intervenção para as raparigas delinquentes; e) analisar as práticas e as áreas críticas de intervenção com raparigas delinquentes [diferenças entre rapazes e raparigas nesta questão]; e f) expectativas de género.

O/As participantes foram sempre avisado/as que não teriam de comentar ou discutir casos correntes ou pessoais. Muitas das questões foram formuladas de modo a não implicar diretamente e pessoalmente as raparigas ou os profissionais. O uso de questões indiretas permitiu aos/às participantes discutir tópicos mais sensíveis sem se implicarem diretamente na discussão. Nos grupos focais com as raparigas, apesar destes cuidados, em algumas situações a discussão tendiam a pessoalizar-se, trazendo para o grupo as quezílias e os problemas que existiam entre elas.

A sessão 1 (para qualquer um dos grupos) iniciou-se sempre com uma atividade inicial de quebra-gelo ou apresentação. Era importante manter a coesão do grupo e garantir o seu interesse em participar na segunda sessão. A sessão 2 foi mais dinâmica e composta por atividades mais práticas, que obteve grande participação quer das raparigas, quer do/as técnico/as.

Uma das atividades, a mais significativa e que mobilizou mais esforços, consistiu em apresentar aos/ às participantes várias áreas de intervenção (família, escola/ formação, consumo de substâncias (álcool, droga, tabaco), autoimagem (beleza e higiene), sexual e dos afetos, saúde (doença), psicológica, relação com os outros, e justiça) e pedir-lhes que: 1. as hierarquizassem por ordem de importância dentro do Centro Educativo (que áreas são mais

prioritárias e concentram mais atividades); 2. caso fossem ele/as a escolher, que identificassem as áreas onde atribuíam mais atividades; 3. caso mandassem, e olhando para cada uma das área, o que fariam de diferente e o que fariam a mais/acrescentavam.

Em cada uma das fases foi pedido que o/as participantes explicassem o porquê das suas escolhas. Sempre que oportuno ou necessário, principalmente junto dos/as técnico/as, que explicassem se consideravam haver diferenças entre rapazes e raparigas nas diferentes atividades desenvolvidas em cada uma das áreas de intervenção. No caso da sessão com as raparigas acrescentou-se, no final desta atividade, uma outra que consistiu numa espécie de *statement* final, em que cada uma das jovens escreveria uma recomendação para mudar o sistema. Essa recomendação deveria ser escrita num post-it e colada junto do quadro que foi sendo construído por elas ao longo da atividade anterior. Foi pedido a cada jovem, de forma voluntariosa e facultativa, que antes de colar o post-it dissesse em voz alta a recomendação e explicasse o porquê da escolha.

Os dados recolhidos por áudio foram transcritos na íntegra, e foram lidos a partir da análise de conteúdo e da análise temática. Os dados foram organizados pelos diferentes domínios de interesse e temas de análise. Estes temas foram alvo de comparação entre os dois grupos participantes, de forma a identificar se o tema era específico de um grupo ou uma tendência transversalizada. Estes dados foram lidos de forma cruzada com os dados recolhidos das entrevistas semiestruturadas aos/às informantes privilegiados.

De forma a garantir a privacidade e o anonimato dos/as participantes, os seus nomes reais foram substituídos por números.

III - Apresentação dos principais resultados: vozes a partir de dentro

Neste capítulo pretende-se apresentar os principais resultados dos grupos focais realizados com as raparigas em cumprimento de medida tutelar de internamento e com os/as técnicos/as de centro educativo, e das entrevistas realizadas aos/às informantes privilegiados/as. Os dados serão apresentados em torno das três grandes questões que nortearam os guiões de entrevista: as relações entre feminilidades e desvio; as necessidades e as áreas críticas de intervenção com raparigas delinquentes; e se faz sentido que a intervenção tutelar educativa seja *gender-responsive*.

3.1. Feminilidades e desvio: expressões da delinquência feminina a três vozes

Quadro-resumo

Dimensões	Grupos Focais		Entrevistas
	Raparigas	Profissionais	Informantes privilegiados
Ser rapariga hoje	Maior liberdade e mais vontade de se afirmar.		
	Mais presença no espaço público.		
	Menos controlo pelos pais. Referem-se a si próprias como iguais aos rapazes, mas destacam diferenças, inerentemente ligadas a uma espécie de “ condição feminina ”: gravidez e maternidade, sensibilidade, controlo da moralidade sexual, educação familiar diferencial	Imaturidade afetiva (crescimento precoce) – maior vulnerabilidade social, pessoal e sexual. Maior preocupação com a imagem.	Um papel em mudança. Discurso ainda conforme os papéis de género atribuídos pela sociedade.

Motivos para o desvio	Influência do grupo de pares; Necessidades económicas; Experimentação.	Influência do grupo de pares; Necessidade de aceitação e integração. Perda da relação com a família e ausência de limites e imposição de normas.	Procura de autonomia e desejo de se afirmar Questões de saúde mental
	Mesmos motivos entre rapazes e raparigas, mas elas reclamam para si maior capacidade de pensamento, esperteza e ousadia.		
		“Efeito de bairro” Fatores de risco iguais (entre rapazes e raparigas) impactos diferentes, relacionados com a socialização de género diferenciais	
Principais comportamentos desviantes/ criminais	Roubo, agressão, consumo de estupefacientes Provocação, humilhação e mentira.	Roubo, agressão, consumo de estupefacientes + <u>ameaça e injúria</u> (mais significativo nas raparigas). Não há relação direta entre consumos e prática delitiva. Prostituição, vida sexual precoce e percursos escolares de insucesso. Agravamento da prática delitiva no sistema de promoção e proteção.	
	Suposta igualdade de género no delito juvenil não tem respaldo nas estatísticas. Razões apontadas: invisibilidade social das raparigas; oportunidades diferenciais para o crime; as raparigas são mais organizadas e menos impulsiva.		
Reação da sociedade (família, escola, vizinhança, polícia, tribunais...) ao comportamento desviante feminino	São olhadas e tratadas de forma diferente (quando comparadas com os rapazes na mesma situação), por causa das expectativas em torno do papel de género masculino e feminino. Polícia e tribunais são mais duros com os rapazes e mais protetores com as raparigas. As polícias mulheres são mais duras com as raparigas do que os polícias homens. Uma vez no sistema, os rapazes têm um tratamento preferencial.		

3.1.1. Ser rapariga hoje

Quando questionadas sobre o que é ser rapariga hoje, as jovens descreveram haver muito **mais liberdade** do que há uns anos. A sensação e constatação dessa liberdade é vista num duplo sentido. Ao mesmo tempo que expressa uma conquista, reflete também uma preocupação, a ideia de haver liberdade a mais:

_ Eu acho que é diferente porque antes não tinham muita liberdade e só ficavam presas em casa a fazer trabalhos de casa.

_ Acho que são mais livres, andam na rua...

***E**¹⁷: Achas que ser rapariga é diferente hoje de antigamente?*

_ Sim, é diferente.... não o ser rapariga porque o ser rapariga é sempre o mesmo mas as.... os direitos, os deveres e a liberdade, que elas

“as mulheres conseguiram perceber que também tinham o direito a trabalhar, tinham direito a andar na rua, tinham direito a divertir-se, não era só o homem que mandava, e então começaram a trabalhar nesse sentido e conseguiram atingir aquilo que queriam, se calhar até demais” (FG_R)

¹⁷ Deve ler-se: Entrevistadora.

disseram é diferente hoje. (...) há naquilo que as pessoas sentem e a forma como as pessoas são na sociedade, as mulheres neste caso. Acho que é diferente. hoje é muito diferente acho, há outras oportunidades.

_ Acho que é muito diferente hoje, porque a mulher tem... conseguiu afirmar-se de maneira diferente, tomou posição. (...) as mulheres conseguiram perceber que também tinham o direito a trabalhar, tinham direito a andar na rua, tinham direito a divertir-se, não era só o homem que mandava, e então começaram a trabalhar nesse sentido e conseguiram atingir aquilo que queriam, se calhar até demais.

E: porque é que tu achas demais?

_ Porque hoje em dia já há tanta liberdade e há tanta coisa que há mulheres, estamos a falar de mulheres que vão para além daquilo que se calhar se esperava há uns tempos atrás, há liberdade a mais.” (FG_R_1¹⁸).

“_ Agora noto mais que as raparigas são mais liberais. (...)A educação não é a mesma.

_ As raparigas é que estão diferentes. (...) eu é que sei e mais nada, os meus pais são os meus pais, mas eu é que sei.

_ As raparigas agora saem mais cedo de casa.

(...)

_ Os pais não tem controlo. Não têm mão.

_ Vejo a diferença, a minha irmã nos tempos dela, agora tem 26, chegava a casa e não estendia a roupa era logo chapada. Mudou, as coisas mudaram. Eu estou em casa, a minha mãe manda-me fazer e eu simplesmente não faço. Se quiser sair, saio. Antes também quem é que deixava a filha sair a noite? Ninguém. Agora as filhas saem quando bem lhes apetece. Em casa são uma coisa, estão quietinhas, agora na rua são outras. Eu digo, mulher é pior que homem.

_ As raparigas agora são mais espertas.

_ As raparigas abrem o olho mais cedo”. (FG_R_2¹⁹);

A este respeito, a perspetiva dos técnicos/as não é assim tão diferente das narrativas das raparigas em torno de uma **maior liberdade, emancipação, independência e afirmação**; ao mesmo tempo que se revelam preocupados/as com uma certa precocidade e imaturidade afetiva, que as coloca numa situação de maior vulnerabilidade social e pessoal.

“_ Tm²⁰: Eu acho que também há uma **maior vontade de se afirmar** (...) Por exemplo: uma rapariga hoje consegue confrontar muito mais facilmente um outro rapaz (...) consegue fazer frente e dizer “não tenho medo de ti ou falo tão bem como tu”

_ Tf²¹: As **meninas assumem um papel mais de liderança, de confronto, de importância**”.

_ Tf: Elas hoje criam independência muito mais cedo porque no meu tempo não estava na rua até tantas horas tão cedo. Acho que tem tudo a ver com fatores da sociedade: os pais trabalham mais e menor é a disponibilidade. Acho que isso tudo influencia a diferença entre o antes e o agora.” (FG_T_1).

“_ Talvez tenha sensação que agora elas são livres ou seja, no sentido de elas estarem mais à vontade para dizerem o que pensam, o que sentem, ou no sentido de fazerem tudo o que lhes apetece.

¹⁸ Deve ler-se: Focus Group com as Raparigas no Centro Educativo 1

¹⁹ Deve ler-se: Focus Group com as Raparigas no Centro Educativo 2

²⁰ Deve ler-se: Técnico masculino

²¹ Deve ler-se: Técnico feminino

(...)

_ as jovens estão mais independentes no sentido de quererem a carreira, os estudos, mas por outro lado, grande parte acho que está carente em termos afetivos. (...). Em termos de carência afetiva, e transpondo para aqui, fazem aquilo que lhes apetece, gerem como lhes apetece e acham que são capazes e responsáveis de o fazer mas, por outro lado, integram-se em grupos que não têm a mínima noção de onde se estão a integrar e quando se apercebem já têm um estilo de vida que é completamente disruptivo.

_ E acham que são muito adultas, mesmo com 14 e 15 anos dizem “eu já sou mulher, já sou muito adulta”. (FG_T_2).

A fragilidade dos laços de vizinhança e o estímulo criado pelas tecnologias, que torna tudo muito rápido, são fatores apontados pelos/as técnicos/as como explicativos destas mudanças comportamentais, mas são as mudanças a nível dos modelos familiares e educativos que reúnem consenso nos discursos dos técnicos:

“_ Também agora os miúdos não têm muito respeito pelas pessoas. Se fazem alguma coisa e alguém chama a atenção, ninguém lhes pode dizer nada... (...) a mãe também não diz nada.

_ A questão das mudanças familiares é transversal a todas. A dada altura já não se percebe muito bem quando é que as mudanças começaram e eles próprios não sabem, em termos de história de vida. Sei lá, para mim é fácil dizer que o meu pai é o Manel e a minha mãe é a Maria, casaram, tiveram x filhos. Muitos deles não conseguem fazer isto porque a confusão é tanta. Eu acho que muitos deles não sabem fazer este percurso de vida pessoal. (...) Mas a sensação que eu tenho é que muitas das raparigas já passavam grande parte do dia na rua. Começaram por sair todos juntos para fumar o tabaco, depois o haxixe e depois passou para outras coisas e muitas têm história de prostituição, coisas que mesmo elas próprias não sabem muito bem como é que as coisas são passadas”. (FG_T_2).

Quer para as jovens, quer para técnicos/as, o facto de serem raparigas não as impede de sair e terem práticas de lazer como os rapazes, numa **espécie de paridade de género**, particularmente nas conquistas relacionadas com o trabalho produtivo e reprodutivo, que atribuem às mudanças sociais e à emancipação feminina, mas também, como veremos mais à frente, no próprio comportamento desviante.

“_ Já está num patamar igual ao do homem.

(...)

_ ... possivelmente uma mulher nos tempos antigos poderia ficar só a tomar conta do lar, do marido e dos filhos e hoje não há tempo. Têm hobbies.

_ porque há mulheres que fazem coisas que os homens fazem, e os homens fazem coisas que as mulheres fazem já, por exemplo, numa relação nem sempre é aquela coisa de que o homem é que manda, muitas vezes já é a mulher que...os homens já fazem as coisas da casa, já cozinham, já tudo, eu acho que não tem já tanto haver com o ser mulher ou ser homem.

_ No trabalho, por exemplo, antes as mulheres não trabalhavam e agora, trabalhos que diziam que eram para homens, as mulheres também já fazem....é isso” (FG_R_1)

“_ Tf: As mulheres não têm hoje o papel que tinham há uns anos atrás, felizmente. (...) Digamos que há um mix, as atividades são mais partilhadas entre rapazes e raparigas e elas

acham-se capazes de desenvolver o mesmo tipo de atividades que os rapazes. E daí que os crimes das raparigas hoje em dia serem mais semelhantes aos dos rapazes, se calhar.

(...)

_ Tm: *Aqui há uns anos atrás, a mulher era submissa, e acho que as jovens demonstram isso mesmo. É a luta constante em medir forças.*

_ Tf: *Há um equilíbrio de género. Acho que não há tanta diferença” (FG_T_1)*

Apesar de todas estas conquistas, as jovens não deixam de partilhar aquilo que são para elas diferenças, inerentemente ligadas a uma espécie de **“condição feminina”**: ser mais sensível, ser desafiada pela gravidez e pela maternidade, ser controlada pelas expectativas em torno de uma moralidade sexual feminina ou ser sujeita a formas de educação familiar diferencial.

_ *Há coisas que é óbvio que as mulheres são diferentes mas isso é...*

E: *São diferentes como?*

_ *Mais sensíveis.*

(...)

_ *Eu acho que a mulher acaba por ser mais sensível em termos de ter um fardo maior. (...) Ser ela a suportar o bebé durante nove meses, ser ela a amamentar, pronto, a fazer o bem todo em relação a um bebé.*

_ *Eu acho que os homens podem também ser sensíveis em relação aos bebés...*

_ *Eu também concordo (...), só que eu acho que essa tarefa é mais para a mãe do que para o pai, apesar do pai conseguir.*

_ *... o corpo mesmo da mulher e isso, está mais preparado.”*

(...)

“_ *Há mulheres que em casa são uma coisa e depois saem para a rua e andam...*

_ *Risos*

_ *Se tem uma relação e mesmo sendo mulher, tem de se preservar a ela própria, não vai para a rua de qualquer maneira ou ter atitudes de qualquer maneira, tem de ter respeito e acho que não tem essa noção” (FG_R_1)*

“_ *tenho irmãos e eu acho que há diferenças. Por exemplo eu quando era pequena tinha prai uns 7 anos, ia para a rua e diziam-me às oito e meia tens de estar em casa, se não estiveres já sabes... mas se o meu irmão mais novo chegasse às dez ele não fazia nada. A mim dizia-me “Ah tu és mulher, tu és uma flor. E não sei quê.*

_ *Na minha também é diferente [a educação] porque as mulheres em casa tem de estar mais cedo, tem de limpar a casa e os homens não é assim.*

_ *É, sabe porque? É machista, eu tenho seis irmãos, somos só três raparigas, os meus irmãos podem fazer o que quiserem, podem falar o que eles quiserem e a minha mãe se ela tiver que chamar a atenção não chama tão grave como chama a nós a atenção. É essa a diferença lá.*

_ *As raparigas são sempre diferentes.*

_ *A mulher já vem dos tempos antigos, é sempre diferente.*

_ *É a mesma coisa que tipo um homem que tem várias mulheres, tem um nome mais suave, agora uma mulher que anda com vários homens é uma...*

_ *Uma bandida...*

_ *E: como é que vocês acham que as raparigas se sentem com isto?*

_ *Mal.*

_ *Mal.*

_ *Mal.*

_ *Injustiçadas.*

_ Diferentes, tipo quer dizer só porque é homem pode fazer tudo, eu acho que também a mulher engravida e o homem não.” (FG_R_2).

As questões da moralidade sexual parecem ser transversais aos discursos das raparigas e dos/as técnicos/as, sendo que para estes últimos são encaradas, inclusive, como um dos principais motivos que trazem as jovens ao sistema.

“_ Tf: E há aqui uma questão que é a liberdade sexual. Não há nenhuma miúda aqui com 13 ou 14 anos que não tenha iniciado já a sua vida sexual.

_ Tm: Já com gravidez e tudo.

*_ Tf: Mas mesmo sem gravidez, quase todas elas já iniciaram a vida sexual. Portanto, se calhar toda esta **libertinagem sexual é um dos motivos que as faz vir para aqui**. E mais uma vez isto está relacionado com os contextos sociais. Há uns anos atrás as raparigas não iniciavam a vida sexual tão cedo, não saíam de casa para estar com o namorado. Há aqui muitas miúdas que antes e virem para aqui estavam em casa do namorado ou em casa dos pais do namorado. Isto são fatores a ter em conta. Não é suposto uma rapariga aos 13 anos estar já a viver com o namorado e isto tem tudo a ver com o social e com a liberdade sexual. (FG_T_1)*

“_ Eu acho que acontece porque a própria sociedade fomenta o facto de as mulheres sobressaírem, das mulheres usarem determinado tipo de roupa, serem as mais giras.

*_ Há também uma **preocupação com a imagem**, ela tem que ser a melhor em tudo, tem que ter mais rapazes atrás, tem que ter melhor aparência. Em relação às questões da sexualidade, eu acho que elas são mais precoces.*

_ Eu acho que as raparigas só ligam às roupas, à imagem, aos namorados; não pensam nas outras coisas à volta.

_ E em relação a isso, por exemplo, a gravidez é uma coisa banalizada entre elas. (...)“ah, eu estive grávida x vezes” ou “eu estou grávida”, isto não é um choque, e encarado com uma naturalidade, que me choca um bocado.

_ [as grávidas] elas são um sucesso aqui dentro.

_ Uma rapariga com um filho, olha que bom! Porque é uma pessoa responsável, mais adulta, mais madura.”. (FG_T_2)

As ideias expostas anteriormente são partilhadas também pelos/as informantes privilegiados/as que foram entrevistados/as. Para estes/as, a “rapariga hoje” é resultado de uma **evolução emancipatória da mulher** (“*Elas ocupam o espaço público de outra maneira não é? (...) têm mais liberdade efetivamente.*” IP4) que se mantém apesar de considerarem haver uma tendência para se olhar para o sexo feminino como alguém que tem que seguir determinados **padrões sociais**. Como refere uma das entrevistadas: “*as mulheres estão muito mais libertas para tudo (...) mas penso que nós olhamos pra mulher ainda como aquele ser que tem de ser muito... normativo ou muito mais recatado.*” (IP5). Por isso, o discurso de emancipação é tendencialmente acompanhado pelo discurso da “condição feminina”, ao qual as jovens aderem também. Ideia que é na sua essência retratada pela IP1:

“se falar com elas [raparigas], as experiências delas têm sempre a ver com o papel tradicional no seio do casal, no seio da família. Elas têm um discurso híper-recuado. Elas

saem do mundo criminal para entrarem no mundo bom; e o mundo bom é um mundo da dominação da mulher, de admiração masculina, terem filhos, terem um emprego regular. Portanto, o quadro existencial delas não se alterou. Isto tem a ver com o fenómeno comunicacional fortíssimo. (...) Há uma falta de contenção relativamente àquilo que é permitido ou relativamente àquilo que é proibido em nome de falsos valores que faz com que tudo isto desencadeie diabos que estão dentro de nós, e em maior grau na adolescência”.

3.1.2. Motivos para o desvio

Quando questionadas sobre os **fatores e os motivos que, na sua opinião, as levam a enveredar pelo desvio**, a maioria das jovens sublinha que os fatores são iguais para rapazes e raparigas, destacando principalmente três: a **influência do grupo de pares**, a que elas chamam de ‘más companhias’; a **necessidade económica** (fatores de risco como a gravidez ou ser mãe, a pobreza ou pertencer a famílias desestruturadas) e a **experimentação**. Não deixam, contudo, de mostrar como todos estes fatores se combinam de forma complexa nas suas vidas.

“_ Eu acho que os motivos das raparigas são os mesmos do que os rapazes, às vezes por influencias, [outras vezes] por necessidade...

*_ Influência dos amigos que fazem coisas ou então também o facto de roubar, pode ser necessidade (...) se a pessoa não tem de comer em casa, por exemplo, não vai passar fome, tem necessidade de roubar. **Acho que os factos que influenciam as raparigas, são os mesmos que influenciam os rapazes. Nesse ponto não vejo nenhuma diferença.***

_ Concordo.

_ Concordo.” (FG_R_1)

“_ Os motivos das raparigas são os mesmos do que os rapazes e todas as pessoas.

_ Acho que os factos que influenciam as raparigas são os mesmos que influenciam os rapazes. (...)

_ Eu agora acho que já não existe diferença em nada “(FG_R_2).

“_ Há raparigas que experimentam para não serem rejeitadas pelo grupo. É só para se integrarem.

_ Podem ser necessidades, pode ser coisas em casa, pode ser da tua cabeça, aventuras, ter dinheiro na mão. Isso depende.

_ Pode estar na rua, já não ter família, ter que se orientar, não ter dinheiro e vai roubar. E pronto.

_ Podemos nem sequer ter nada.” (FG_R_2)

Também para os/as técnicos/as a **influência do grupo de pares** e a **necessidades de integração e aceitação nesses grupos** são fatores fundamentais na explicação do comportamento desviante e delitivo das jovens.

“_ Eu acho que o grande motivo é a questão da integração com o grupo de pares.

*_ Sim, **querem ser aceites**, querem-se dar com os mais velhos, querem que gostem delas e fazem o que eles andam a fazer.” (FG_T_2).*

“_ isto funciona como em todos os grupos: para serem aceites num grupo, elas têm que fazer as mesmas asneiras que o grupo: se consomem drogas, elas consomem; se roubam carros, elas roubam carros, se assaltam pessoas, elas assaltam pessoas; se agridem, elas agridem também.(...)”. (FG_Tm_1).

Uma influência que não deixa de ser atribuída, também, por um lado, à **desvinculação e à perda de relação com a família e, por outro, a ausência de limites e imposição de normas e regras**. As jovens procuram junto do grupo de amigos/as a atenção que lhes falta em casa para compensar o “não querer saber” (FG_Tm_1) por parte do pais.

“_ Tf: Quando elas se desvinculam da família, quem acaba por lhes dar atenção são precisamente as pessoas que estão cá fora e então agarram-se às pessoas que, para elas, são as mais-que-tudo. São pessoas que as valorizam, que as acompanham para tudo.(...)”

*_ Tf: A questão de não ter um carinho ou uma atenção diária na rotina, acho que faz com que elas procurem mesmo o amor e o carinho nesses grupos. **Não é a questão dos crimes, mas mais a questão de se identificarem com o grupo e procurarem essa atenção.***

(...)

_ Tm: ... Daquilo que nós vemos e mesmo daquilo que nós conversamos fora do centro, no bairro, a grande diferença é haver ou não o tal vínculo familiar, a tal afetividade, a tal preocupação, o apoiar.

*_ Tf: Não é só o vínculo ou a afetividade (...) tem que ver com os limites, com a imposição de regras, etc. Muitos deles tratam os pais como se fossem pares e muitos **pais também os tratam como se fossem pares, como o melhor amigo. E o papel parental não é este**”. (FG_T_1).*

Apesar de estes serem os principais motivos sublinhados pelos/as técnicos/as, eles/as não deixam de estabelecer uma certa relação com os comportamentos delinquentes, ou seja, “quando estamos a falar na questão dos furtos, dos roubos, aí por norma são o grupo e tem muito a ver com o facto de se os outros fazem, eu também faço. A questão das agressões são completamente impulsivas. Já dentro de casa, quando lhes querem impor determinados limites, há uma reação e às vezes chega à agressividade.” (FG_T_2).

Concordam que estes fatores/motivos **não são muito diferentes entre rapazes e raparigas, mas o impacto pode, de facto, ser diferente**, devido a socializações de género diferenciais, como fica claro na opinião de alguns técnicos do CE1 e de informantes privilegiados/as:

*“_ Tm: Não sei se nas miúdas, **a família não afetará mais**. É quase uma questão natural, moldarem as miúdas para serem aceites no seio familiar. (...) E tendo em conta isso acho que as miúdas são educadas, em certa medida, para virem a ser esposa...e aceites na família como a menina prendada. Não sei até que ponto esta questão não as afetará mais do que os rapazes já que ele é educado para ir à vida. Aliás nós dizemos ao rapaz “Faz-te homem” e à menina dizemos “Vais ser a nossa menina”.*

_ Tf: Há certos tipos de crime que uma pessoa começa a pensar: “Mas foi uma rapariga que fez isso?” Ainda se ouve muito este tipo de comentários.

_ Tf: Aliás, quando nós falamos no trabalho do centro educativo em raparigas. “Raparigas? Mas há Raparigas no centro educativo?” Acham que não é possível as raparigas cometem crimes assim.

_ Tf: E associam as raparigas aos crimes mais leves. Mas não. Mas associam muito mais, lá está, por causa do papel feminino” (FG_T_1).

“_ a rua sem supervisão é um fator de risco para a delinquência, mas rapazes e raparigas estão expostos de forma diferente, (...) as raparigas ainda continuam a ser mais controladas do que os rapazes(...)”. (IP2)

“_ Os fatores de risco não são de todo os mesmos, existe uma questão à partida que tem a ver com a questão ambiental e do contexto e os fatores de risco mais perigosos são a desmedida liberdade e as raparigas não têm a mesma liberdade.”. (IP_3)

Quando se introduziu na discussão a **dimensão de classe social**, os/as participantes deste estudo partilham a opinião de que o que leva as jovens de classe média e alta a transgredirem, são questões relacionadas, por um lado, com a ausência de normas, regras e limites e, por outro, com o facto de se quererem mostrar aos amigos/as e experienciarem coisas novas.

“E: E se a rapariga de uma classe social mais alta, os motivos são os mesmos?

_ Eu acho que nesse caso tem um pouco a ver com a educação que o pai dá, ou que a mãe dá. (...) Se a mãe ou o pai não conseguirem dar a devida educação, a filha ou o filho começa a ir pelos maus caminhos.

_ Também para se mostrar. Para mostrar uma coisa que não são, muitas vezes não tem necessidade e fazem porque querem-se demonstrar em frente aos amigos.

_ Na minha opinião é para se demonstrarem, para serem aceites.

_ Concordo com o que elas disseram, mas por vezes também por terem em demasia as coisas e quando os pais (...) lhes põem limites, arranjam outra maneira de ter as coisas que tinham antes.” (FG_R_1)

“_ Há pessoas ricas que querem [roubar].

_ Às vezes até fingem que não são ricas. (...)

_ Sim, só para terem uma experiência diferente.” (FG_R_2).

“_ Tf: Na família não interessa o poder económico que tem mas sim o poder de impor regras, impor limites, o saber dizer que não.

_ Tf: E depois também os recursos que têm, as pessoas que conhecem” (FG_T_1)

“Normalmente as de classe alta para transgredir é mais como um prazer. Não tanto por necessidade ou mau trato [falando das raparigas de classe baixa]. (FG_Tf_2).

“Existem casos mais graves de raparigas de classes sociais elevadas que têm acesso a tudo, mas que pela afirmação social ou mais pelo comportamento de oposição (...), para chocar a família, cometem crimes a vários níveis. Com as classes mais baixas tem a ver não tanto com uma questão económica mas como uma questão de circunstância social, estão no bairro, estão expostas.”. (IP2)

No campo dos motivos, os/as técnicos/as destacam também o ‘efeito bairro’ e as aprendizagens que se fazem nestes espaços, numa lógica de exposição. “O bairro é um hábito” (FG_Tm_1), é “o modelo que têm” (FG_Tf_1). “Vão-se habituando desde crianças a fazerem aquelas asneiras e depois vão-se apurando, apurando, apurando até que chegam aqui ao centro (...) vêm carregadíssimos de vícios (FG_Tm_1). “Com as classes mais baixas tem a ver não tanto com uma questão económica mas como uma questão de circunstância social, estão no bairro, estão expostas.”. (IP2).

As jovens, apesar de considerarem que não existe uma diferença de género significativa nos fatores que estão na base do comportamento desviante de rapazes e raparigas, não deixam de **reclamar para si uma maior capacidade de pensamento, esperteza e ousadia.**

“Acho que uma rapariga tem capacidade para pensar duas vezes, mais depressa do que um rapaz.” (FG_R_1);

“As raparigas têm muita lata” (FG_R_2)

“_ Mas tu disseste ao principio que nos éramos mais espertas.

_ Sim, somos mais espertas ... é por isso é que somos menos [no sistema de justiça]” (FG_R_2)

Ideia partilhada também pelos/as técnicos/as, que consideram que elas “são mais ousadas” (FG_Tm_1), crescem “mais cedo e isso faz com que elas sejam mais inteligentes ao tentar ocupar os espaços delas na rua” (FG_Tf_1). Uns vão um pouco mais longe dizendo que “elas conseguem ser piores que os rapazes (...). Elas, quando é para agredir, agredem mesmo a sério (...). Mesmo as relações entre elas (...) se se puderem lixar uma à outra, lixam-se (FG_Tm_1). A base desta diferença, segundo os/as técnicos/as, estaria, mais uma vez, na sua condição feminina.

“_ Tf: Os sentimentos delas, acho eu. Querem mais atenção.

_ Tf: Elas são muito mais absorventes.

_ Tf: Sim. São mulheres.

_ Tm: Querem mais carinho. Na maior parte das vezes elas vêm lá de fora e não tiveram pais” (FG_T_1)

Este discurso da igualização dos comportamentos é sublinhado por uma das informantes privilegiadas que considera que “os miúdos sentem-se iguais na sua adolescência e isso perpassa. Essa igualdade, ainda que não se faça cumprir, continua a existir no seu imaginário (...)” (IP1) .

3.1.3. Comportamentos desviantes e delinquentes

Segundo as jovens, os **principais ilícitos cometidos por raparigas** passam **pelo roubo, a agressão, o consumo de estupefacientes** (haxixe, erva, alucinogénios, cocaína) e o tráfico de droga.

“_ É o roubo e a agressão.

_ E hoje em dia também é o consumo de droga.

E: Em relação ao consumo, vocês falaram de alucinogénios e haxixe, há mais algum tipo de estupefacientes?

_ Cocaína.

E: Heroína?

_ A heroína eu acho que é mais consumida pelos adultos.

_ Agora, hoje em dia é tudo. Hoje em dia é tudo.

_ A maior percentagem acho que continua a ser o haxixe, o fumo.

_ É, a erva, como é que se chama a erva?

_ Weed.

E: E por exemplo, álcool e tabaco?

_ Mas isso não são drogas.

_ Mas é considerado droga.

_ Sim, também não considero.

_ É viciante, mas também não considero.

_ [sobre álcool]É verdade, qualquer adolescente que vá sair, é normal que já tenha experimentado álcool.” (FG_R_1)

Estas práticas são apontadas, também, pelos/as técnicos e pelos/as informantes privilegiados/as (“... na maioria das vezes é o mesmo, isto é, furto, roubo, drogas” (IP3)). O consumo de drogas (drogas haxixe, sintéticas, bloom, álcool...) é identificado como sendo “transversal a todas as raparigas” (FG_Tf_1), “são habituais” (FG_T_2), ainda que considerem que, pela sua experiência, é abusivo fazer uma relação de causalidade entre o consumo e a prática delitiva.

“_ Tf: Dos processos que temos, não há uma causalidade direta entre uma coisa e outra ou seja, lembro-me talvez de um caso ou outro em que “não me lembro, porque na altura estava completamente drogada quando fiz as coisas”, por exemplo. No resto não acontece. Agora, indiretamente acho que sim.

_ Tf: Não, elas podem estar sob o efeito de álcool e drogas quando roubam, mas o motivo não é para consumir.

_ Tf: roubar para ir comprar, não” (FG_T_1)

Além do consumo de drogas, referem também os crimes de roubos e furto, de ofensa à integridade física e de ameaça ou injúria, considerando que estes últimos são mais significativos nas raparigas do que nos rapazes. O que também vai ao encontro das ideias partilhadas pelas raparigas que destacam a **provocação, a humilhação e a mentira como ‘asneiras’ relevantes nas práticas femininas**. Hoje aumentadas por força das tecnologias de

comunicação e informação (“*tem a ver com o poderem gravar e expor*” (FG_T_2)). Segundo um dos informantes privilegiados a agressão das raparigas que até pode parecer impulsiva já foi pensada, elas sublimam a agressividade de uma maneira diferente, “*Não através de uma violência objetiva mas através de sms’s ordinários, bullyings devastadores*” (IP1).

Além deste rol de comportamentos desviantes e delinquentes consensualmente partilhados pelas jovens e pelos/as profissionais, os/as técnicos/as **acrescentam a prostituição, a vida sexual precoce e percursos escolares de insucesso** (reprovações, absentismo, abandono...). Segundo eles/as, grande parte das jovens que chegam ao sistema vêm por **prática de crimes menos graves, tendencialmente ligadas à promoção e proteção**. A grande maioria já se conhece e partilha dos mesmos problemas e experiências desviantes. Situação que surge com preocupação no discurso dos/as profissionais e dos/as informantes privilegiados que concordam na ideia que grande parte das jovens que entram nos Centros Educativos vêm de Lares de Infância e Juventude.

“_ Tf: eu acho que *há uma percentagem maior dos crimes que são cometidos no seguimento da desproteção com as raparigas do que com os rapazes. A entrada para os rapazes é mais direta e para as raparigas eu noto que há um crescendo.*

_ Tf: *A maior parte das raparigas daqui conhecem-se de casas anteriores.*

_ Tf: *Sim, há um grande número de raparigas que vêm de colégios da segurança social. E quase todas do mesmo. (FG_T_1)*

“_ Ir para uma instituição não ajuda.

_ *Nós não temos muita noção porque conhecemos as miúdas depois de virem de uma instituição e não antes, mas a ideia que eu tenho é que agrava.*

_ *Na maioria agrava e porquê? Porque se juntam muitos que já tinham estilos de vida semelhantes” (FG_T_2).*

“*não é a resposta social que está a falhar, é a organização das respostas. (...), e eu volto à questão dos riscos e das necessidades, que a necessidade de cada uma daquelas miúdas é do tipo A e nós damos a resposta do tipo B e portanto o quê que acontece?” (IP3)*

Quando questionadas sobre as **diferenças de género na prática desviante**, num primeiro nível de discurso, as raparigas consideram que “*(...) hoje em dia elas fazem tantas asneiras como os rapazes*”; “*É tudo farinha do mesmo saco*”. (FG_R_1); “*Furtos, mulher, ah a mulher faz tudo. (...) Eu agora acho que já não existe diferença em nada.*” (FG_R_2). Mas quando começamos a aprofundar um pouco mais, as jovens explicitam que este discurso de uma certa paridade na prática criminal, não é estatisticamente real. Aliás, ideia que também foi partilhada pelos/as técnicos/as e pelos/as informantes privilegiados/as. Esta constatação de que existem mais rapazes do que raparigas no sistema de justiça, encontra explicação em três ordens de razão.

A primeira prende-se com o processo (individual e social) de invisibilização das raparigas no mundo do crime:

“Para mim há raparigas que, se calhar existe mais raparigas que vendem droga, mas simplesmente não se expõe tanto, não se mostram” (FG_R_2).

“_ ... eu acho que isso dos grupos não concordo, hoje em dia há tantos grupos de raparigas, como há de rapazes. Acho que vai-se buscar um bocado aquilo pelo antigamente, que os homens tem aquele pensamento que eles é que tem o poder (...), então há sempre essa tendência para haver mais rapazes a cometer crimes. Mas eu acho que os crimes são os mesmos, eu acho que por aí é igual só que os rapazes tem sempre esse pensamento de que eles são mais do que as mulheres, isso continua, o pensamento acho que continua sempre a ser assim”. (FG_R_1).

“Eu acho que o nosso olhar é muito menos atento. O rapaz já há tendência para vir um dia a andar à porrada, muitas vezes já achamos que é sempre aquele. Elas as primeiras vezes acho que já é desvalorizado, depois não pode ser. (FG_T_2)

A segunda, relaciona-se com as oportunidades para o crime, que são diferenciadas entre rapazes e raparigas.

“_ Depende dos crimes.

E: em que é que tu achas que são diferentes?

_ As violações, essas coisas todas. (...)

_ Com o homem é diferente, nenhuma mulher, eu acho, no meu ver, uma mulher não ia chegar e violar um homem.

_ O homem tem mais tendência de fazer as porcarias que as mulheres. Eu acho isso.

_ Buscar droga a outro país e transportar. A maior parte das mulheres faz isso por causa dos filhos, para os sustentar.

_ Roubar as lojas de roupa. Isso é mais as mulheres.

_ os rapazes é mais puxar, carjacking, traficar, mais ...

_ a mulher não tem assim tanta corrida ...

E: o que é puxar?

_ Eu estava no comboio e estava um rapaz e estava um senhor ao pé da porta, depois o rapaz saiu da outra porta né e quando ouviu o barulho que estava a fechar ele tirou o fio de ouro.

_ É puxões.” (FG_R_2).

“_ Tf: Acho que a motivação para os crimes é diferente. Por exemplo, os rapazes roubam porque querem ter um carro, querem conduzir. As miúdas roubam mais roupa. E, portanto, dá-se mais depressa falta de um carro do que de roupa.

_ Tm: E, provavelmente, as raparigas furtam muito mais vezes a Zara e não são apanhadas.

_ Tf: E mesmo no roubo de roupa, o próprio segurança não tem o mesmo comportamento se for uma rapariga a roubar e se for um rapaz a roubar.”. (FG_T_1).

“_ Acho que as raparigas roubam mais em lojas (...)Tenho duas e uma tem um esquema espetacular. É um processo em massa que por telemóvel se organizam e ainda por cima utilizam o transporte escolar para se deslocarem de loja em loja.” (FG_T_2).

“Têm níveis distintos de violência. Os rapazes são, por natureza, violentos. (...) e são por um descontrolo das suas pulsões. Isto tem a ver com o instinto de sobrevivência. (...) (IP1).

A terceira razão parte da ideia de que as raparigas são mais organizadas e menos impulsivas do que os rapazes, na mesma situação, manifestando formas de “*sublimar a agressividade de uma maneira muito diferente dos rapazes*” (IP1).

“ _ Acho que há mais rapazes.

_ É mais elevado nos rapazes.

E: E porque é que acham que isso acontece?

_ Porque as raparigas não começam muito cedo...

_ Eu acho que as raparigas por vezes conseguem ter mais cabeça.

_ *Sim, conseguem ter mais cabeça do que os homens, os homens fazem tudo por impulso, às vezes, não digo que as mulheres também não façam. (...) As mulheres pensam mais e os rapazes fazem logo.*

_ *Elas fazem as coisas com antecedência.*

_ *O quê? Os planos?*

_ *Sim, os planos.*

(...)

_ *as raparigas estão mais reduzidas. (...) Sim, por exemplo, em centros educativos, vê-se muito mais rapazes do que raparigas.*

_ *Eles são mais bandidos.*

_ *Ou então fazem as coisas mais por impulsividade. Há muitos grupos, eles formam muitos grupos e há uns, para entrar nos grupos, eles tem de fazer outras coisas que os outros não fazem.*

_ **E:** E isso não acontece nas raparigas?

_ *Acontece, mas não muito.*

_ *Acho que as raparigas têm um melhor poder de encaixe, de ouvir mais o outro, de resolução para o problema, e os rapazes são mais de não, quero fazer é agora, não...acabam por não ter o poder de encaixe.” (FG_R_1)*

“ _ **Tf:** *Eles fazem muito mais.*

_ *Tf: Elas são muito mais premeditadas...*

_ *Tf: Eu acho que mais facilmente se apanha uma rapaz do que uma rapariga.*

_ *Tf: Eles agem por impulso, enquanto elas não; premeditam”. (FG_T_1)*

“as raparigas são muito mais meticolosas. Eles é um impulso, é uma reação. Não quer dizer que no caso delas não haja mas a grande maioria das coisas são pensadas. Essa coisa de ir bater nela porque anda com o meu namorado, o impulso é só naquela hora quando se está a puxar os cabelos, mas aquilo já foi muito bem pensado, já houve trocas de mensagens.” (FG_T_2)

“Eles são mais violentos porque têm mais força, há um discurso informal de que o rapaz pode andar à pancada. (...) Nas raparigas isto também existe embora as raparigas tenham tendência em sublimar a agressividade de uma maneira muito diferente dos rapazes.” (IP1).

3.1.4. Controlo informal e formal

Outra linha interessante de discussão prendeu-se com a forma como a sociedade (e.g. família, escola, vizinhança polícia, tribunais) reage ao comportamento desviante e delinvente cometido pelas raparigas. Foi **unânime a ideia de que a forma como são**

olhadas e tratadas é, na generalidade, diferente quando comparado com os rapazes na mesma situação. E essa diferença está relacionada, como vimos anteriormente, com a expectativa em torno dos papéis de género masculino e feminino, muito marcada por aquilo que são representações tradicionais desses papéis, como nos dizem as jovens: “as famílias ficam mais decepcionadas quando as mulheres fazem porque dizem que são princesas (FG_R_1); “Eu acho que os nossos pais ficam mais espantados quando são as raparigas a fazer asneiras... Porque para eles nos nós ainda brincamos com bonecas e essas coisas assim, *somos princesas para eles* (FG_R_2).

Não é apenas na família que estes papéis de reproduzem, nas relações de vizinhança eles também ficam bem claros, sendo, inclusive, um motivo de alguma vergonha para a família.

E: E por exemplo na vizinhança, no bairro?

_ É diferente!

_ É como dizer “Sua Maria rapaz, só andas com homens”.

_ Eles não chamam Maria rapaz, acho eu, chamam outra coisa, não é?

(...)

_ Sim, (...) bandidas.

_ Só porque estamos ali em cima do muro...

E: O que é que é bandida?

_ Mal comportada, que faz ilícitos.

(...)

_ Um rapaz é como se fosse normal, uma rapariga já é um escândalo.

_ [no bairro] Ficam a espalhar já pelo bairro todo.

_ Era isso que eu ia dizer.

_ A outra conta á amiga, depois vai-se a ver, em dois dias já o bairro todo sabe. Olham-nos de maneira diferente.

_ Com os rapazes é diferente. ‘Os homens sacodem as calças’. (FG_R_1).

_ se for assim cusco é, vai dizer “olha ali aquela bandida, a tua filha é uma bandida” não sei quê.

_ A minha mãe, quando os meus vizinhos perguntam por mim diz que estou estudar no Porto... não diz que estou num centro educativo...”(FG_R_2).

Uma ideia que as próprias jovens legitimam: “eu também penso nisso, quando eu tiver a minha filha, vou-lhe por ganchinhos e não sei o quê, toda fofinha, e depois passado uns anos está aí toda maluca, *é por isso que as pessoas falam, é normal*. Os rapazes é brincar, a brincadeira deles é só carros, tiros, correr, policia e ladrões” (FG_R_1).

A escola surge como um contexto em que o tratamento é igual: “Na escola pelo menos eu acho que é igual. Se um rapariga fizer porcaria ou uma rapaz a atitude vai ser igual (unânime) (FG_R_2). Mesmo sublinhando-se que “há raparigas que são piores que rapazes”.) (FG_R_1).

Relativamente à polícia, é unânime também, entre as jovens e os/as técnicos/as, que a sua ação é diferenciada em razão do género do/a jovem e marcada, internamente, pelas diferenças de género. Ou seja, partilham da ideia de que, na generalidade, **a polícia é mais dura e usa de mais agressão física com os rapazes, ao passo que é mais protetora com as raparigas. E que as mulheres-polícia são muito mais duras com as raparigas.**

“E: ... a polícia age de forma igual ou diferente?

_ É diferente.

_ Ao rapaz, dão porrada.

E: E nas raparigas, o que é que acontece?

_ Também batem, mas depende.

_ Eles comentam o teu corpo. “És bonita” não sei quê...” “Uma menina tão bonita a portar-se mal”.

Risos

_ Os policias quando chegam a um grupo de rapazes, se a rapariga estiver lá no meio se calhar eles vão abordar ela de maneira diferente, (...)a eles vão-lhes bater, a nós não. Só que se for a mulher policia, já pode fazer isso, já nos pode tocar, já nos pode revistar.

*_ Por isso é que **as mulheres policias são mais abusadas.***

_ Sim, as mulheres policias são mesmo agressivas.

(...)” (FG_R_1)

“_ Ou então ficam a dar conselhos “ah isso não é vida para ti”

_ Os homens chegam e dão conselhos...” (FG_R_2)

“_ Tf: São muito mais duros com os rapazes. Eles têm um bocado de proteção às meninas.

_ Tf: Eles tentam primeiro criar uma relação com elas (...). Enquanto que o rapaz não, leva na hora e conta mesmo.

_ Tf: Mas mesmo as próprias miúdas dizem quando vêm um agente homem e uma agente mulher: “Eu fui mesmo muito mal tratada por aquela mulher, aquela agente era horrível” (FG_T_1)

Quando questionadas sobre os tribunais, a opinião esteve longe de ser unânime.

“_ No tribunal, é igual.

_ Eu acho que não porque se a mulher tiver um filho, por exemplo, se ela for a julgamento e se for a primeira vez, o juiz vai olhar duas vezes para o caso dela e se for preciso até a mete em pena suspensa devido aos filhos e se for preciso ao homem já não acontece isso.

_ Não, não, não concordo.” (FG_R_1)

Um consideram que o tratamento é igualitário, enquanto outras defendem a tese do cavalheirismo (“... o juiz se for preciso perdoa mais uma mulher que um homem” FG_R_2).

Ideia partilhada pelos/as técnicos/as e pelos/as informantes privilegiados/as:

“_ Tf: E mesmo o tribunal. Desculpam-se um bocado as miúdas, porque são miúdas. Acho eu. (...) Eu acho que os próprios juizes dão proteção à mulher”. (FG_T_1)

_ “É mais difícil haver uma condenação mais grave para uma rapariga do que para um rapaz, porque há sempre uma maneira de... existe uma certa permissividade em relação às raparigas, a nível da gravidade da medida aplicada” (IP2)

Para outras ainda, sublinha-se uma certa discricionariedade: “*Isso depende do juiz; Depende do dia; Depende dos crimes anteriores... depende do bairro*”. (FG_R_2).

Apesar de acreditarem que rapazes e raparigas recebem tratamentos diferenciais, elas sentem que, uma vez internadas em centro educativo, os rapazes recebem um tratamento preferencial. Mas sobre este tema falaremos nos próximos pontos.

3.2. Necessidades e áreas críticas de intervenção com raparigas delinquentes

Quadro-resumo

Grupos Focais		Entrevistas
Raparigas	Profissionais	Informantes privilegiados
Querem ter voz mais ativa e que as entendam.	As raparigas são mais apelativas e sensíveis (do que os rapazes nas mesmas condições), pedem mais acompanhamento e querem compreender todo o processo	Sugerem que a formação dos/as técnicos/as é muito importante.
Reivindicam um staff justo, cuidadoso e que as respeite. As raparigas precisam de profissionais que se preocupem com elas e que não as julguem.	As raparigas verbalizam mais os seus sentimentos e as suas emoções	Necessidade de formação não só ao nível da intervenção com crianças e jovens como na intervenção de género.
Têm necessidade de perceber o processo.	As raparigas procuram mais independência e autonomia, mas sonham e idealizam muito	Melhoria dos espaços para se poderem realizar outras atividades.
Pedem maior atenção às questões da autoimagem.	Limitações do sistema	Não concordam com centros educativos mistos, porque isso poria em causa os princípios da própria intervenção tutelar educativa
Não entendem porque razão não se podem relacionar com os rapazes.		
Precisam de atividades práticas que lhes deem habilidades para o dia a dia.		

3.2.1. Do que dizem necessitar, ao que os/as profissionais dizem que elas necessitam

Quando as raparigas falam sobre as suas necessidades na intervenção, existe algum **consenso discursivo**, particularmente em torno do **papel ativo que gostariam de ter no processo educativo e da necessidade de um staff em quem elas possam confiar**.

Uma das dimensões mais significativas que emergiu nos grupos focais realizados com as raparigas foi a necessidade que sentem de **ter voz**, de serem ouvidas e compreendidas, e de terem os seus sentimentos

“*Que nos ouvissem mais...*”.
(FG_R_2)

validados (“*Que nos ouvissem mais, se preocupassem mais com nós*”). (FG_R_2)).

Reivindicam um **staff justo, cuidadoso e que as respeite**. Muitas das jovens expressaram que precisam de profissionais em quem possam confiar, que se preocupem com elas e que não as julguem. Contudo, elas descrevem que muitos/as técnicos/as não gostam de trabalhar com elas e por isso consideram que o sistema deveria selecionar melhor a equipa técnica.

“_ Deviam chamar assim mais vezes as pessoas para estarem a par daquilo que se passa, daquilo que pensamos (...)” (FG_R_1)

“_ Os técnicos, há aqueles que se podem confiar e aqueles que não. _ há outros que não se importam, que podem ver a chorar, podem ver que está mal, se for preciso ainda gozam consigo, ainda me mandam bocas” (FG_R_2)

A este respeito, é consensual entre as jovens que a relação com os/as técnicos/as se revela um fator elementar no percurso institucional. A boa relação proporciona um bom ambiente e uma boa integração no centro educativo, ambiente este que as raparigas valorizam na sua evolução, como se refere uma das jovens do CE2: “*pede-se para falar com eles e eles próprios até dizem, desabafa, diz tudo o que queres, mas não te prejudiques*” (FG_R_2). Os/as técnicos/as com comportamentos mais assertivos, acabam por ser mais pedagógicos, mais flexíveis e menos disciplinares, destacando-se entre os restante e promovendo um melhor comportamento das jovens (Azevedo e Duarte 2014).

Além disto, precisam de **perceber como funciona todo o processo**, quer o judicial, quer o de reinserção social. As raparigas sentem que nunca perceberam realmente o que lhes pode acontecer no sistema. E quando estão internadas em centro educativo começam cedo a preparar a sua saída, o que faz com que reclamem mais por atividades que lhe dê habilidades da vida prática, que depois tenham influência direta na sua vida diária.

Elas pedem mais atenção para as **questões da autoimagem**, porque relacionam a autoimagem à autoestima. Consideram que há uma desvalorização deste aspeto.

“_ Não podemos ter cuidados que nos fazem sentir bem, como raparigas e como pessoas (...)

“_ Eles não se preocupam com a tua autoimagem (...) Nós aqui para eles não temos qualquer conceito de beleza” (FG_R_1)

Como os Centros Educativos têm unidades residenciais masculinas e femininas no mesmo espaço físico, elas não conseguem compreender as razões para não se poderem relacionar com os rapazes.

“_ Eu acho que uma coisa que está mal (...) é normal um rapaz se relacionar com uma rapariga, Nós não podemos falar com eles porquê?”

_ antes de começar alguma festa (momento em que se cruzam) dizem logo “o primeiro que olhar vai logo para o quarto.” (FG_R_1)

Para os/as informantes privilegiados/as “os centros educativos não podiam ser nunca mistos” (IP3), porque isso poria em causa os princípios da própria intervenção tutelar educativa. Como refere a IP 1: “É preciso não esquecer que elas cometeram crimes. Estão num processo de reinserção ou de inserção. Estas miúdas têm que se concentrar verdadeiramente nos seus próprios problemas, e esta concentração, se houvesse um quotidiano com os rapazes, seria um elemento de distração”. A tensão existente, apontada pelas jovens, poderia ser ultrapassada, segundo a IP 1, por atividades lúdicas em conjunto (bailes, idas à praia, idas a museus, cinemas).

“Também devo dizer que eu não estou de acordo que os centros educativos sejam mistos. (...) Estou de acordo com saídas em conjunto. Agora no interior do Centro educativo não estou.” (IP1)

“sou a favor da co-educação em quase tudo (...) em centro educativo o convívio tem de ser zero, abaixo de zero, porquê? porque distrai muito, então nestas idades distrai muito. (...) A escola e aquilo que é esperado deles aqui dentro ficaria para terceiro o quarto plano, porque estavam preocupados no romance ou na questão da imagem (...), portanto isso seria trágico para eles e seria uma carga de trabalhos para os funcionários, a tentar perceber os papéis que andam de um lado para o outro, a dizer eu gosto de ti ou vamos fugir os dois. (...) o centro educativo existe por um motivo: para poder parar e poder criar reflexão sem distrações. Tudo aqui tem que ser conquistado, está previsto no centro educativo que podem receber visitas de namoradas/os que tenham, no caso de estarem em determinada fase. Podem ganhar o direito a ir de fim de semana a casa” (IP2)

“a convivência em centro educativo em conjunto, na minha opinião seria a convivência de género em contexto não real. Parece-me até muito perigoso fazer isto” (IP3)

“é a questão de haver mais conflitos... a questão sexual no meio, de enamoramentos e de competição” (IP4)

Ainda a este respeito, uma das entrevistadas considera que poderia até ser um projeto interessante, mas que implicaria uma reestruturação total do sistema, “trabalhar condições tão diferentes, ter muitos mais recursos, ter espaços adequados...” (IP5)

Para os/as técnicos/as, as raparigas são **mais apelativas e sensíveis** (do que os rapazes nas mesmas condições), pedem mais acompanhamento e procuram entender o desenrolar do processo, verbalizando mais os seus sentimentos e as suas emoções. Constatação que vai ao encontro do que foi referido pelas raparigas. Pedem mais atenção e carinho,

“O leque de preocupações delas é maior. Preocupam-se com mais áreas do que os rapazes. (...) são mais apelativas. Nós temos que estar muito mais disponíveis para responder a todas estas questões” (FG_Tf_1)

características que fazem com que o trabalho se torne mais duro e cansativo.

“_ Tf: O leque de preocupações delas é maior. Preocupam-se com mais áreas do que os rapazes. Depois, o tipo de respostas que damos não podem ser meramente simples. Tem que haver este trabalho de elaboração, de justificação para elas. Depois, porque são mais apelativas. Nós temos que estar muito mais disponíveis para responder a todas estas questões. E depois porque têm um ritmo muito diferente de resolução dos problemas. Não é tão rápido, tão prático como se calhar nos rapazes.

(...)

_ Tf: elas andam sempre à procura de justificação.

_ Tf: As raparigas mais que os rapazes.

_ Tf: As raparigas questionam muito.” (FG_T_1)

É interessante, a este propósito, a reflexão feita pela IP 4: “acho que na prática, se formos ver em toda a intervenção [com as raparigas], o que acaba por resultar é isto, é mais tempo de intervenção técnica, mais tempo de tutoria, mais tempo de programa, mais tempo...”.

Para os/as técnicos/as, as raparigas **procuram mais independência e autonomia**, mas **sonham e idealizam muito**, portanto, a intervenção deverá levar em consideração esta característica, no sentido de não aumentar os sentimentos de frustração durante o internamento em Centro Educativo e pós-saída.

“_ Tf: Nas raparigas, esta *vontade da independência e de construir uma nova vida*, está presente em muitos casos.(...)

_ Tm: Mas só podemos ter uma intervenção nesse tipo se houver a oportunidade de concretizar porque senão a única coisa que vamos criar é a frustração no internamento.” (FG_S_1)

Além destes pontos, falaram também das limitações sociais, políticas e institucionais que o sistema apresenta. Para os/as técnicos/as, a sociedade não se preocupa realmente com estes/as jovens, porque eles/as são delinquentes. Não há uma vontade política de prevenção da delinquência ou de desenvolver uma intervenção sensível ao género.

“_O que eu penso é que não há uma cumplicidade social nisto. São jovens, são delinquentes, são aqui despejados e pronto (...) (Tf_FG_1)”

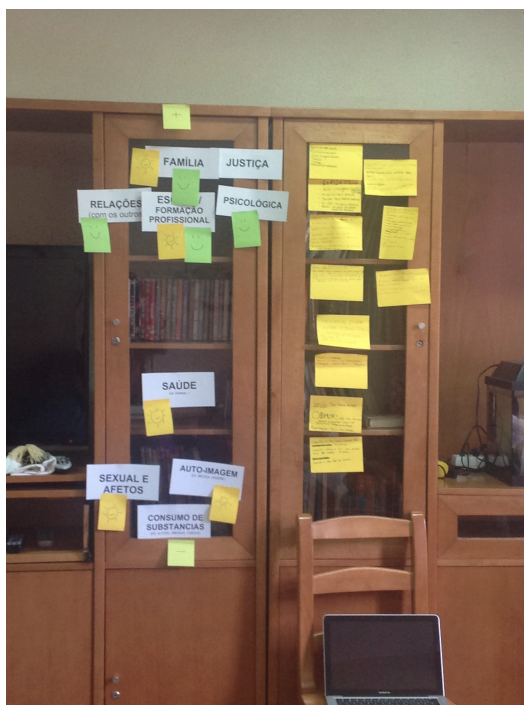
3.2.2. Áreas críticas de intervenção

Foi pedido às jovens e aos/às técnicos que hierarquizassem, por ordem de importância, as áreas que são mais prioritárias na intervenção dentro do Centro Educativo e que

concentram mais atividades; e caso fossem ele/as a escolher, que nova ordem de importância criariam e/ou em que áreas atribuíam mais atividades (cf. pág. 30).

Apesar de a hierarquização das áreas apresentar algumas diferenças, que se pode dever ao facto de um dos centros educativos, à data do estudo, ser de gestão semiprivada²², as jovens destacaram como áreas de intervenção com maior importância e mais atividades dentro do centro educativo: a Justiça (que é transversal a todas), a Escola/ Formação e a Família. Secundadas pelas áreas Psicológica, da Saúde (doença) e Relação com os Outros. Seguido da Autoimagem e Sexual e Afetos. A menos intervencionada seria a área do Consumo de Substâncias (Ver Fotografias 1 e 2)

Fotografia 1: Atividade com as raparigas, no CE 1



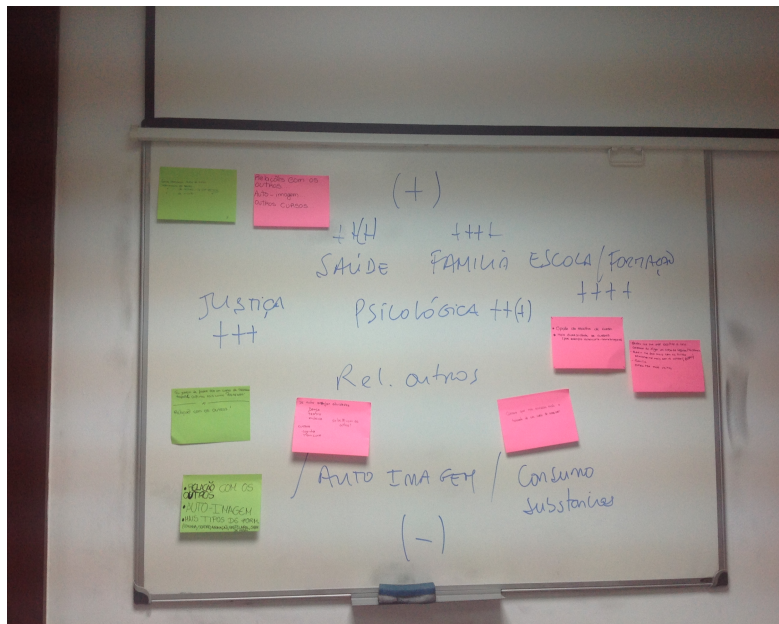
Recomendações das jovens (post'its amarelos):

- *Ter mais convívio com a família. Comida melhor. Autoimagem (roupas). Saúde. Saídas- telefonemas mais tempo.*
- *Melhor alimentação. Autoimagem - roupas pessoais. Família: mais convívio. Mais idas ao médico. Ter mais autonomia nas saídas. Variar os cursos de formação.*
- *Mais visitas da família e mais tempo nas chamadas. Melhor comida. Mais variedade de cursos.*

²² A experiência da gestão semiprivada de centros educativos em Portugal inicia-se em 2010, na Madeira e em Vila do Conde e dura até 2014. Numa gestão co-partilhada, a dimensão operativa e de intervenção com os/as jovens ficou entregue à União Meridianos e a direção ficou na responsabilidade da DGRSP. Apesar de não haver um estudo de avaliação do impacto desta gestão semiprivada, foram utilizadas novas técnicas, novas rotinas, novas formas de agir e de intervir.

- Ter mais tempo de telefonemas e visitas com a família. Mais idas ao médico. Mudar os cursos. Termos as nossas roupas pessoais: autoimagem. Fazer saídas mais lúdicas.
- “Estar mais tempo com os nossos familiares. Irmos mais vezes ao médico. Usarmos as nossas roupas. Podermos pelo menos fumar. Estar mais com os nossos amigos. Mudar a comida. Estudar lá fora”
- “Mais tempo de chamadas recebidas e efetuadas e mais visitas. Mais variedade nos pratos confeccionados. Podermos usar a nossa roupa pessoa. Podermos estudar lá fora e cá dentro podermos fazer o curso que quisermos”
- “A comida devia ter outra qualidade. A nossa higiene/ autoimagem devia ser mais cuidada e devia haver mais tempo de vistas e chamadas”
- “Devíamos poder cuidar melhor da nossa imagem. Ajuda a ter mais autoestima”
- “Família: ter mais tempo para falar. Comida: não nos deviam obrigar a comer o que não gostamos. Melhor alimentação: Formação: Mais variada”
- Escola: mais cursos. Família: mais tempo nos telefonas. Psicológico: atendimento mais frequente.
- Família: ter mais tempo de telefonemas. Sexual e afetos: ter um quarto privativo. Saúde: mais idas ao médico

Fotografia 2: Atividade com as raparigas, no CE 2



Recomendações das jovens(post'its):

- Mais atividades: dança, teatro, música
- “Gostava que nos ouvissem mais e também de um curso de manicure”
- “Quería ter por onde escolher os cursos. Gostava de fazer um curso de cozinha/ pastelaria. Quería relacionar-me mais com os outros. Família... queria ter mais visitas”
- “Opção de escolha de curso. Mais diversidade de cursos”
- “Autoimagem. Outros cursos. Relação com os outros”
- “Workshops de teatro, leitura e moda”
- “Mais tipos de formação (cozinha, teatro, animação, pastelaria, serviço de mesa). Autoimagem. Relação com os outros”
- “Eu gostava de poder ter um curso de restauração e cozinha tais como pastelaria”

Atentando a uma postura de concordância e algum conformismo face à hierarquização desenhada, elas propõem apenas alterações nas atividades já existentes nas diferentes áreas de intervenção. As propostas apresentadas vão ao encontro do que alguns estudos (Bloom & Convigton, 2001) já têm apontado. **As jovens necessitam de atividades e respostas que apoiem o diálogo, melhorem as relações com os outros e consigo próprias (autoimagem e autoestima) e lhes dê habilidades da vida prática, contribuindo para uma melhor integração social à saída.** Apesar das propostas apresentadas, não deixa de ser consensual a ideia de que “mesmo que tenhamos mais atividades não podemos fazer coisas que queremos. Temos de andar como eles querem” (FG_R_1).

As áreas de intervenção de receberam mais contributos de mudança, por ordem de importância, foram:

- Maior investimento na autoimagem e na alimentação.

“_ O cabelo dos africanos é diferente. (...)

_E acho que aqui podiam ter mais cuidado com o nosso cabelo e não têm. Porque nos tiram os produtos que nós temos e não podemos usar aqui.

(...)

_A roupa não nos faz sentir bem, porque a roupa é aqui do centro e outras coisas que podemos ter que nos fazem sentir bem lá fora.” (FG_R_1)

- Intensificar a relação com os/as outros/as e com a família. Neste campo as jovens propunham poder estar mais com a família e com amigos (“*Eu acho que devíamos ter mais visitas (FG_R_1)*”; “*Eu acho que devíamos ter visitas de amigos” (FG_R_1)*). Poder haver mais convívio entre unidades masculina e feminina (“*que as unidades estivessem juntas para a gente conviver” (FG_R_2)*”; “*Na escola podia não ser, mas as refeições acho que devíamos fazer com eles (FG_R_1)*). E aumentar o número de horas de tutoria. As tutorias são referenciadas como importantes na intervenção, pois são um espaço de comunicação, reflexão e aprendizagem:

“Nós deveríamos ter tutoria uma vez por semana.

(...)

_as vezes demoram muito tempo, nós pedimos para falar e às vezes não dá e depois vai adiando, adiando e as coisas demoram um bocado a ser resolvidas; (...) num espaço de x tempo acho que deviam chamar assim mais vezes as pessoas para estarem a par daquilo que se passa, daquilo que pensamos, sim acho que deviam estar mais a par das situações, mais dentro, não estão ainda o suficiente (FG_R_1).

- Na área da Escola/ Formação sugerem uma maior variedade de cursos e opções de escolha (“*Nós temos que ter mais tipos de formação (FG_R_2)*”), como cozinha e pastelaria, maquilhagem profissional e estética ou geriatria. Uma questão que surge como sensível

também para os informantes privilegiados que consideram que seria politicamente impossível e insustentável haver possibilidade de escolha, porque são respostas caríssimas.

- Mais atividades lúdicas e recreativas relacionadas com dança, música, teatro, leitura ou moda.

Fora das áreas de intervenção, mas transversal a todas elas é a opinião unânime de que existe um excesso de regras e controlo, cuja importância educativa não é compreendida:

“_ *Olha é tudo muito em excesso;*

_ *Aqui é tudo muito excesso as regras são mesmo muito excesso;*

(...)

_ *Temos que fazer solicitações.*

_ *Já que nós lá fora não temos regras nenhuma, aqui temos regras a mais; A gente nunca tem o nosso espaço estamos sempre vigiadas sempre 24 por 24;*

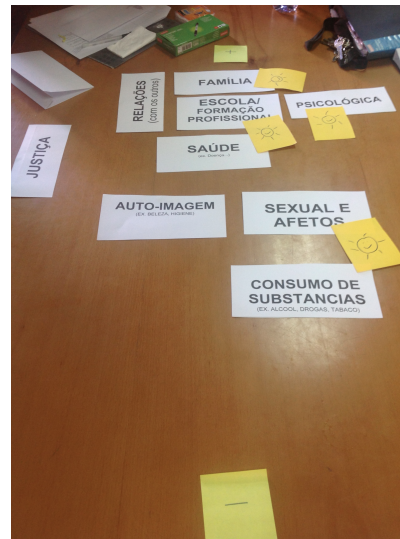
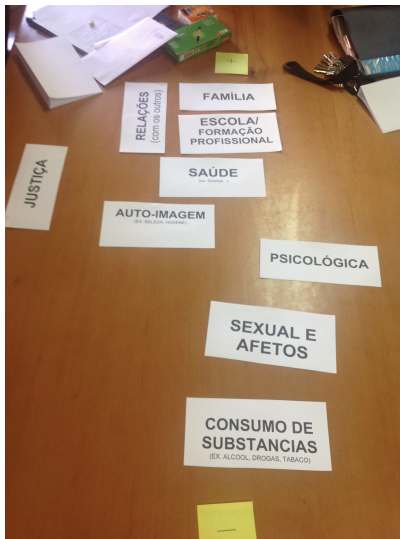
_ *Eu acho que é um exagero cada porta que a gente passa tem que dizer com licença, com licença, outra com licença outra com licença, andar sempre junta à parede.*

_ *(...) eu vejo pessoas que já saíram (...) andaram aqui dois anos a engolir isto tudo e chegam lá fora e é uma festa, fazem o que elas quiserem, não respeitam nada nem ninguém e é uma festa. As pessoas saem daqui revoltadas” (FG_R_2)*

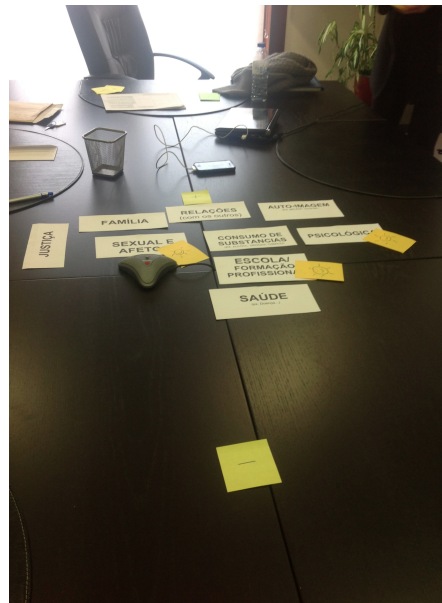
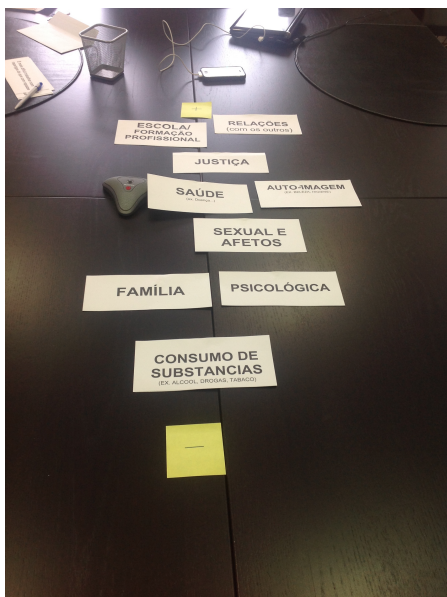
Como já foi concluído em outras investigações (Neves, 2007; Mando e Almeida, 2009; Azevedo e Duarte, 2014) existe um certo distanciamento entre a filosofia do sistema normativo e a perceção que os/as jovens têm sobre a mesma. Tornando-se importante perceber se o cumprimento das normas institucionais se pode estar a sobrepõe ao objetivo da reeducação e transformação da pessoa.

Quando foi pedido aos/às técnicos/as para hierarquizarem as áreas de intervenção dentro do centro educativo, encontramos perceções diferenciadas, que poderão ser explicadas, como vimos anteriormente, pelo facto de um dos centros educativos, à data do estudo, ser de gestão semiprivada. Menos discrepante parece ser a hierarquização das áreas que, segundo os/as técnicos/as, precisariam de maior priorização e/ou mais atividades (Ver fotografias 3 e 4).

Fotografia 3: Atividade com o/s técnicos, no CE 1



Fotografias 4: Atividade com o/s técnicos, no CE 2



Para os/as técnicos/as do CE 1 a Família e a Escola/ Formação continuam a ser das áreas mais importantes e onde é preciso continuar a investir, mas acima de tudo a inovar.

“ _ Tf: os jovens que saem daqui e têm que frequentar de novo o ensino, sentem uma frustração. Porque não conseguem acompanhar. E esse deve ser um dos fatores que leva a reincidência. Eu penso que *seria muito bom abrir aqui exceções em que eles em vez de estudar, pudessem trabalhar, ter salário, sentirem-se úteis, ter um esquema de vida rotineiro. Há miúdos que saem daqui sem saber ler e com equivalência ao 9ºano.*

_ Tm: Em termos ideias, eu acho que deveria haver uma intervenção mais forte na família, por forma a consciencializa-los do tipo de educação que lhes deveriam dar. Por vezes eles não sabem como educar ou pensam que estão a fazer bem e não estão.

_ Tm: Seria o ideal mas é o ponto mais difícil que nós temos” (FG_T_1)

A este respeito, é interessante a perspectiva de uma das técnicas do CE 2 sobre a importância Escola/ Formação. Ela explica que se deveria diminuir o tempo de Escola.

“não digo de importância (...) eles têm aqui o que lá fora não conseguem, mas eu acho que o tempo que isso ocupa, retira tempo para se trabalhar aquilo que efetivamente depois lá fora pode fazer a diferença. Porque aqui a escola, eles vão levar a certificação, mas as ferramentas que depois lhe permitiriam fazer esse percurso lá fora não são trabalhadas o suficiente porque eles estão oito horas por dia a ter aulas. É óbvio que o absentismo escolar é um fator, mas o absentismo escolar deve-se a outros mais pessoais, mais individuais, mais familiares, mais ligados a esta questão dos consumos e de relação. E isso é que devia ser a base de trabalho porque aqui é que se produz mudança. É claro que a certificação ajuda mas se o resto não estiver, eles não vão usar isso para absolutamente nada.

(...)

E: Então (...) na escola e na formação retirariam horas para incluir atividades?

_ Seria o período da manhã ou da tarde, não vou dizer qual porque um deles deveria ser dedicado a outras componentes” (FG_T_2)

E é neste princípio que as técnicas do CE 2 valorizam e colocam quase no mesmo patamar as áreas da Relação com os Outros, Sexual e Afetos, Autoimagem, Consumos de Substâncias e área Psicológica.

“_ O tabaco é transversal a todos, acho que não há aqui nenhum que nunca tivesse fumado.

_ E o álcool...

_ Acho que aqui é a área que está em maior falhar. Ninguém se debruçou a pensar num programa ou numa intervenção pontual nesse campo.

_ As outras, não tanto como necessário, vão-se fazendo, com maior ou menor atenção, agora a questão dos consumos, para já nós aqui não fizemos assim nada muito estruturados.

(...)

_ Eu a única coisa que poderia trocar era a questão do sexual e afetos que poderia passar para cima ou equiparar. Porque, de facto, nelas tem muito a ver com a questão da autoimagem e da relação com os outros.

(...)

_ Pois, elas têm noções de beleza que eles não têm. Mas a depilação é porque não deixamos.

_ Aqui o que poderia ser diferente é que as raparigas que chegam aqui e estão grávidas, terem uma formação, diferente dos rapazes e também das outras raparigas. Portanto, também dentro da educação sexual, mas mais direcionado para o facto de que elas serem mães. E falar sobre isto com os rapazes, tudo bem podem aprender, mas não faz muito sentido.

E: E, por exemplo, vocês subiram aqui a parte psicológica. Que atividades é que fariam?

_ Eu acho que o GPS três vezes por semana. Eu acho que o GPS lhes faz muito bem.

_ Há outro tipo de programas e projetos que poderiam ser, por exemplo, mais ligados ao autocontrolo.

_ haver mais esse tipo de projetos em que, por exemplo, se senta um grupo escolhido com o mesmo tipo de características, e se trabalhar com ele, acho que era muito importante.

(...)

_ Aqui há um risco que é a anorexia ou a bulimia, e não estou a dizer que os rapazes não possam também ter, mas as raparigas eu acho que têm mais risco.

_ (...) Aquilo que podia ser incluído, se houvesse mais tempo, eram atividades muito pontuais e que já se vai falando, era a questão da alimentação saudável. (...) aqui o comer é um prazer, também não nos podemos esquecer disso. Sabem que podem comer determinada quantidade, a partir daí é uma opção delas e nas raparigas muitas vezes assiste-se ao empanturrar porque eu lembro-me de algumas me dizer “já estou tão cheia” e eu “então não comas mais”, e o prato fica limpo. A menos que pensem em emagrecer, a comida é sempre pouca”.

3.3. Será a intervenção em Centro Educativo orientada segundo o género?

Quadro-resumo

Grupos Focais		Entrevistas
Raparigas	Profissionais	Informantes privilegiados
<p>A base de intervenção é a mesma (<i>gender-neutral</i>) mas reclamam a necessidade de tratamento diferenciado em algumas questões</p> <p>Há respostas (serviços, atividades) direcionadas para as especificidades femininas (como a gravidez e a maternidade), baseadas nos modelos tradicionais de papéis de género</p>	<p>A base de intervenção é a mesma (<i>gender-neutral</i>) e as diferenças de género na intervenção são orientadas em aspetos básicos do dia a dia, mas admitem que “um dia, a boa vontade pode não ser suficiente”</p> <p>Perceções diferentes sobre a necessidades de uma intervenção orientada para o género.</p> <p>É mais difícil trabalhar com raparigas, mas elas são mais colaborativas</p> <p>Uma intervenção orientada segundo o género não é vista como prioridade. Os profissionais dão muito mais importância às características pessoais do que ao conhecimento especializado.</p>	<p>Perceções não unânimes: uns/mas consideram que a intervenção não é, de todo, orientada para o género (sendo, por isso, <i>gender-neutral</i>) e outros/as consideram que é orientada.</p> <p>A intervenção orientada para o género é feita através de perceções baseadas nos papéis sociais tradicionais de género.</p> <p>As raparigas acabam por ser prejudicadas nos centros educativos.</p> <p>Investimento na reformulação dos espaços físicos e na formação especializada dos/as técnicos/as são as prioridades apontadas.</p>

As raparigas e os profissionais **partilham da ideia de que a base de intervenção em Centro Educativo é igual para rapazes e raparigas, uma intervenção neutra** em termos do género, que vem expressa em leis e regulamentos. Os dois grupos assumem uma posição positiva e de concordância relativamente a este modelo de intervenção, subestimando a dimensão de género na intervenção, principalmente por não questionarem o modelo no que às diferenças de género diz respeito.

“Nós somos diferentes, mas a intervenção tem de ser igual para todos” (FG_R_2)

Para as raparigas, **embora a intervenção seja igual, chamam a atenção para a necessidade de haver um tratamento diferencial**, ainda que apresentem algumas dificuldades em concretizar em quê.

[acerca do modelo de intervenção]

“_ É igual para todos, faz parte.

_ Na primeira parte deve ser igual, mas em termos, tipo, de cuidados com as raparigas e cuidados com os rapazes acho que devia de haver se calhar uma diferença (FG_R_1)

“_ tipo nós somos diferentes, (...) nós por natureza somos, não é mais frágeis porque eu não gosto de dizer mais frágeis, tipo precisamos de coisas que eles não precisam. Temos mais necessidades do que eles. (FG_R_2)

Para os/as profissionais, a intervenção está regulamentada para ser a mesma (“O que está no regulamento, na lei, não diferencia” (FG_Tf_1)). Se há técnicos/as para quem a intervenção não deve ser diferente (“... se me mudassem e à segunda trabalhasse na 2, à terça na 3, a intervenção não iria mudar (...) porque digo as mesmas coisas na 2, na 3 ou na 4.(FG_T_2)), a grande maioria dos profissionais sentem que **as diferenças entre rapazes e raparigas existem, e que são levadas em consideração nas atividades diárias e nas relações quotidianas**. Admitem contudo, que um dia, “a boa vontade não será suficiente”.

“_ A base é a mesma, mas por exemplo, nos rapazes é preciso ser assertivo, nas raparigas é preciso ser duplamente.

(...)

_ Eu trabalhei com rapazes e raparigas e a base é a mesma. A única diferença que notei em mim é que com os rapazes não me casava nem metade, não insistem tanto.

_ Todas as raparigas são assim.

_ Pois são, quase todas.

_ Há umas que não chateiam tanto mas a maior parte...” (FG_T_2)

“_Tf: Em termos de regulamentos, de leis eu acho que não. Se existe, somos nós que fazemos no relacionamento com os jovens.

_ Tf: O que está no regulamento não diferencia. O que nós fazemos, nós próprias já criamos alterações ao regulamento por elas serem raparigas em coisas tão simples como quantidade de roupa, ou os tipos de produtos de higiene. (...). Os TPRS’s também adequam o tipo de projetos, o tipo de programas que fazem.

_ E: Mas acham que é importante esta diferenciação?

_ Tf/Tm: Tem que ser.

_ Tf: E às vezes temos de inventar e reinventar-nos para fazer as meninas sair daqui, ou fazer algo diferente” (FG_T_1)

Raparigas e profissionais partilham também da opinião de que **existem algumas atividades que estão direcionadas para as idiossincrasias femininas** (como a gravidez, a maternidade, as atividades de lazer), mas que são **baseadas nos modelos reprodutivos dos papéis tradicionais de género**.

“O que eu acho é que aqui tentam-nos instruir que é para as coisas das mulheres, né? É lavar a roupa. Nós temos de saber fazer essas coisas. E faz sentido”

(FG_R_1)

“Alguma intervenção sim: a preparação para ser mãe”

(FG_T_2)

“O que eu acho é que aqui *tentam-nos instruir que é para as coisas das mulheres, né? É lavar a roupa. Nós temos de saber fazer essas coisas. E faz sentido.*”(FG_R_1)

_Tf: *Eu acho que elas poderiam sentir-se mais mulheres, por vezes. Acho que era importante, por exemplo, chegar ao fim de semana e poder pintar as unhas para elas sentirem-se mais mulheres (...).*

_Tm: *Se bem que há coisinhas que elas fazem deste lado que eles não fazem (ex. esticar o cabelo). E é importante que isso fique também ciente. Elas fazem tranças, elas têm cremes xpto...*

_Tf: *Mas elas querem sempre mais.*

_Tm: *Se nós formos a ver, facto a facto, hoje as miúdas têm uma caixa a mais de coisas que os miúdos não podem ter. E não podemos passar a imagem de que tratamos as miúdas e os miúdos da mesma forma porque isso não é verdade.*

_Tf: *Elas fazem mais trabalhos manuais também.*

_Tm: *Os cursos também são diferente, os projetos também são direcionados para elas. Podíamos ter um espaço diferente, sim.*

(...)

_Tf: *uma coisa que elas faziam muito era trabalhos de ponto de cruz. Passavam fins de semana a fazer.” (FG_T_1)*

“_Alguma intervenção sim: a preparação para ser mãe.

[Acerca das atividades]

“_Eu acho que a maior parte é igual [falando sobre as atividades], lá poderia haver uma ou outra coisa que se direcionasse mais...

_ como manicure e tricot (FG_T_2).

É, no entanto, interessante verificar que **nenhum/a deles/as (raparigas e técnicos/as) critica esta posição**. O que pode ajudar a explicar, também, que apesar de ser unânime a perceção de que as necessidades entre rapazes e raparigas são diferenciadas e que estas diferenças trazem desafios à intervenção, **os/as técnicos/as têm perceções diferentes sobre a necessidade de uma intervenção baseada no género**. Para alguns/mas, as diferenças entre rapazes e raparigas não justificam uma intervenção diferenciada (“*Eu acho que não. São pequenas diferenças, não são coisas que nos travam muito o caminho.*” (FG_T_2)). Para outros/as, a abordagem deve ser diferente, ainda que apresentem algumas dificuldades em especificar e concretizar em quê.

_Tf: *Eu por acaso tive a experiência de trabalhar com rapazes noutra centro e com raparigas aqui. (...) Mas acho que, a nível de experiência, as raparigas são muito mais complicadas. Eu notei muita dificuldade em relação, por exemplo, ao respeito. Eu digo à boca cheia que consigo ter mais respeito por um rapaz do que por uma rapariga. (...). Não sei, há ali uma questão psicológica que o género feminino sempre foi mais desafiador ao TPRS feminino do que os rapazes.*

_E: *Concordam todos?*

_Tf: *Eu não. Eu por acaso não sinto isso. Há aquelas fases de mais desafio quer de um lado quer do outro. Eu quando entrei praqui senti que elas tentaram testar todos os limites, quanto a isso não hajam dúvidas. Fui muito mais testada aqui do que outros tempos na masculina (...).*

_ Tf: *Eu trabalhei 7 ou 8 anos com os rapazes e acho que era mais dura com eles, até o meu tom de voz, e nunca tive, tirando uma ou outra situação pontual, mas nunca tive grandes situações de conflito com os rapazes. Logo que entrei aqui, entrei logo em conflito com elas. Agia da mesma forma com elas como agia com os rapazes. Isso, se calhar até foi bom, porque fez-me pensar que o tipo de intervenção que fazia com os rapazes não poderia ser o mesmo que faria com as raparigas”. (FG_T_1).*

Esta falta de unanimidade foi evidente, também, nas entrevistas realizadas ao/às informantes privilegiados/as. Uns/mas consideram que não há uma intervenção dirigida para rapazes e para raparigas, porque a lógica de intervenção é *gender-neutral*, não deixando de refletir as implicações menos positivas que este modelo pode ter para as raparigas, que são colocadas num sistema pensado e construído para rapazes.

*“terem as mesmas oportunidades passa por olhar para as diferenças.”
(IP_5)*

“Não, não acho. De todo. Acho que não existe. Pelo contrário. Elas são altamente prejudicadas nos Centros Educativos. Têm instalações mais pequenas, não têm instalações para terem atividades físicas em condições e adaptadas. Os cursos são muito reduzidos e são cabeleireiros, manicures e cozinheiras. (...)” (IP1).

“não me parece nada que eles sejam sensíveis à questão do género, (...) e parece-me que se calhar deveriam ser”. (IP5)

Para outros/as essa distinção existe, no entanto é feita segundo os papéis de género tradicionais, como se refere o IP 2 *“_O que pode ser diferente, em primeiro lugar, é a questão biológica, implica logo que tenhamos isso em consideração pela questão da gravidez (...) o acompanhamento personalizado de ginecologia (...)”*

Apesar das diferentes opiniões, é unânime a ideia de que é necessário atender às diferenças entre rapazes e raparigas, que os programas deveriam ser adaptados às idiossincrasias de género, mas nunca subtraindo as mesmas oportunidades:

“(...) devem ter as mesmas oportunidades, eu acho é que terem as mesmas oportunidades passa por olhar para as diferenças.” (IP5)

“ Eu acho que deve haver sempre uma atenção ao género, não é? Deve ser equitativa. Idêntica nunca poderá ser, porque são raparigas, têm outras necessidades, quer dizer, precisam de outras coisas. Não resolver as coisas dando dois pontapés numa bola”. (IP4)

Foi neste contexto que se trouxe à discussão a **necessidade de formação nas questões de género**. Outro assunto que também não reuniu consenso.

Para a maioria dos/as técnicos/as a formação nas questões de género **não foi vista como uma prioridade**. Não no sentido de não acharem importante, mas porque valorizam muito mais as características pessoais e emocionais do/a técnico/a, do que propriamente o conhecimento especializado.

“_ Eu penso que não, porque nós vamos tendo a mesma base dentro do centro e também nós técnicos depois vamos nos alertando.

(...)

_ Eu tive mesmo de me adaptar a trabalhar na unidade.

_ Mas lá está, isso tem a ver contigo, com a tua maneira de ser.

_ Mas vocês já são técnicas há algum tempo, mas para uma pessoa que nunca trabalhou nisto, se calhar precisava de saber destas diferenças para trabalhar com jovens rapazes ou raparigas.

_ Mas eu acho que é a mesma coisa que explicar como trabalhar com jovens mais jovens ou mais velhos, há uma diferença também. E se calhar maior do que aquela que nós fazemos com as raparigas.

_ E: Mas a questão é se ter conhecimento dessas diferenças pode melhorar a intervenção ou direccionar a intervenção?

_ Eu acho que não é fundamental, mas também não fazia mal nenhum. É obvio que se já se vai alerta para determinadas características, para determinadas dificuldades ou capacidades, já se vai alerta”. (FG_T_2)

“Eu acho que não é fundamental [formação], mas também não fazia mal nenhum” (FG_T_2)

Uma ideia que é confirmada por uma das informantes privilegiadas que refere que apesar de ser *“consensual que como técnicos nos comportamos de maneira diferente quando estamos a acompanhar raparigas e quando estamos a acompanhar rapazes, do ponto de vista mesmo da relação interpessoal (...), neste momento os técnicos respondem a estas coisas ainda pelas sensibilidades pessoais. É verdade, e não é?”* (IP4)

Esta questão é interessante porque os/as técnicos referem várias vezes que se sentem desafiados/as pelos comportamentos das raparigas e que nem sempre sabem qual é a melhor abordagem a utilizar. Contudo, **ao contrário do que a literatura internacional aponta, eles/as não procuram estratégias e informação prática acerca da forma como hão de intervir com as raparigas para obter maior sucesso.**

O que vai permanecendo constante nos seus discursos é a perceção de que trabalhar com raparigas é mais exigente. Segundo os/as profissionais, as raparigas apresentam mais necessidades emocionais, são mais exigentes a nível relacional e pedem mais disponibilidade, embora colaborem muito mais nas atividades propostas. Ideia igualmente corroborada pelos/as informantes privilegiados/as.

E: Existe um maior investimento a estabelecer a relação com as raparigas ou com os rapazes?

_ Tf: É diferente. Em qualquer um deles a intervenção relacional traz maiores e melhores resultados do que a não relacional. De qualquer das formas, as raparigas são peganhentas.

_ Tm: São mais frágeis.

_ Tf: Absorvem-nos mais. Dão abraços e todos os dias pedem para falar e choram.

_ Tf: O investimento é diferente.

E: Mas acham que é mais difícil trabalhar com raparigas do que com rapazes?

_ Tf/Tm: Sim, sem dúvida.

_ Tf: (...) Não é a questão de ser mais difícil, é mais cansativo, psicologicamente. O desgaste é maior com as raparigas”.

(FG_T_1)

“Eu acho que não é de ser mais difícil. É a questão de serem mais exigentes e exigem maior disponibilidade”

**“as raparigas são peganhentas”
(FG_T_1)**

“As raparigas são muito menos e esta casa muitas vezes circula em função delas”

“Elas falam com toda a pessoa que tenha ouvidos, eles não”

**“A fazer atividades. Aí é fantástico!”
(FG_T_2)**

“_ Tf: Eu acho que não é de ser mais difícil. É a questão de serem mais exigentes e exigem maior disponibilidade. Porque o leque de preocupações delas é maior. Preocupam-se com mais áreas do que os rapazes. Depois, o tipo de respostas que damos não podem ser meramente simples. Tem que haver este trabalho de elaboração, de justificação para elas. Depois, porque são mais apelativas. Nós temos que estar muito mais disponíveis para responder a todas estas questões. E depois porque têm um ritmo muito diferente de resolução dos problemas. Não é tão rápido, tão prático como se calhar nos rapazes. A mágoa vai ficando, e até aquilo se diluir, vai contaminando as outras colegas e outras situações.

_ Tf: Nas raparigas, se há mau ambiente com uma, é facilmente contaminado para todas elas e isso nos rapazes não.

(...)

_ Tf: É facilmente detetável que existe algum tipo de problema entre elas.

_ Tm: Elas demoram muito mais tempo a resolver. Os rapazes resolvem, quase sempre, com o físico (...). Enquanto elas é mais difícil, remoem e chegamos ao pé delas: “Então, queres fazer as pazes com ela?” “Não, nunca mais a quero ver.

(...)

_ Tm: As vezes em que eu senti os jovens a esticarem-se mais, foi aqui deste lado. Foi com as miúdas. E eu sou aquele que quando chega lá meto a cara 33 e acabou-se. Mas mesmo assim, onde eu senti mais desafio foi aqui. Porque ali quando chego de cara fechada acabou, aqui ainda consigo ouvir uma ou outra a resmungar. Mas mesmo assim, tenho que adequar o meu discurso. Mesmo sendo durinho, não posso ser tão duro como com os rapazes. Tenho que ser mais explicativo.

_ Tf: Porque elas são muito mais argumentativas, acho eu. E depois não percebem até onde podem ir. (...)” (FG_T_1)

“_ Eu acho que é mais cansativo. Tens que ser muito mais assertiva e estar muito mais atenta ao que dizes e ao que fazes porque tudo dá aso a más interpretações. Não estou a dizer que nos rapazes também não possa acontecer, mas não é tão comum e tão desgastante, esta própria instabilidade emocional que é tão evidente, acho que acaba por desgastar muito mais os técnicos que estão todo o dia com elas porque é um autêntico circo.

_ Eu acho que se tem que estar muito mais atento ao que se diz e como se diz (...). As raparigas são muito menos e esta casa muitas vezes circula em função delas. Por outro lado, acho que é muito mais fácil quando elas estão disponíveis para falar sobre determinadas coisas.

_ A fazer atividades. Aí é fantástico! Porque elas têm muito mais competências, têm mais aptidão para o desenho, por exemplo.

_ Têm mais abertura do que eles, mesmo quando é para falar. Elas falam com toda a pessoa que tenha ouvidos, eles não. Eles não falam com qualquer técnico. Eles têm que gostar da pessoa primeiro para começarem a falar mesmo em conversas normais. Elas não.” (FG_T_2)

“...toda a gente nota que trabalhar com raparigas e trabalhar com rapazes é diferente não é? Eu fiz a aventura de de começar um GPS com raparigas e com rapazes, quer dizer não dá (risos). Teria que arranjar estratégias para que num grupo misto as raparigas não absorvessem todo o momento de debate e discussão. Porque se calhava a primeira a ter a palavra de ser uma rapariga os rapazes já não tinham nada para dizer (risos). (...) As raparigas, com a mesma idade têm uma maturidade completamente diferente” (IP4)

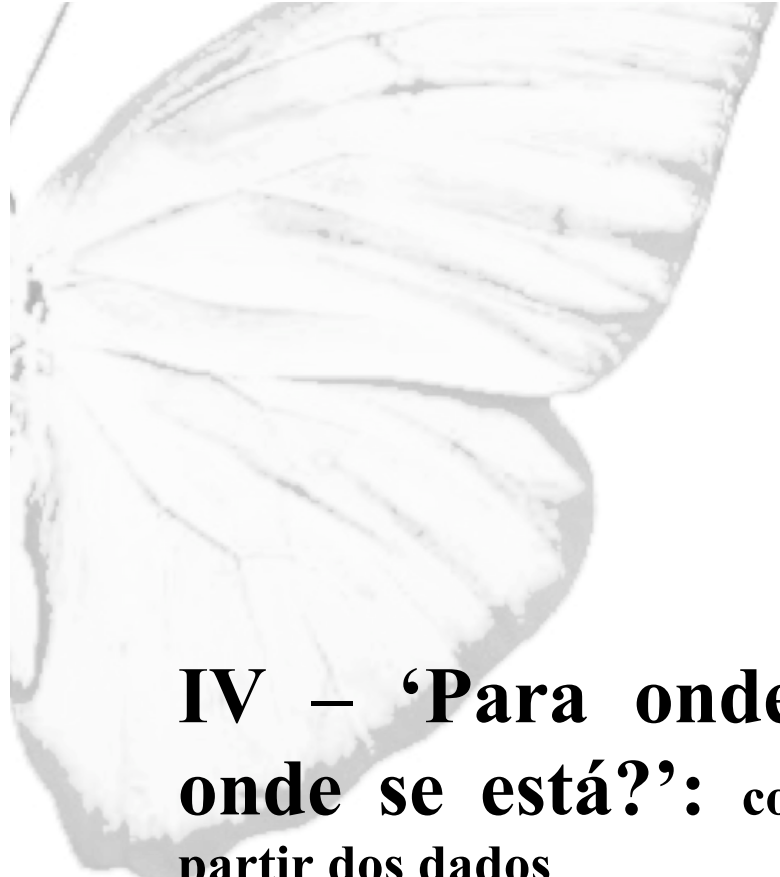
“(...) é um discurso que eu ouço imenso nas prisões e que tu ouves nos centros educativos (...) é [que é] horrível trabalhar com mulheres, meu deus, do que trabalhar com homens (...) eu ouço imensas pessoas dizer que é muito melhor estar em Custóias com, sei lá, mil e tal reclusos com 150% de lotação, do que estar em Santa Cruz do Bispo Feminino. E eu acho que tem a ver com não respeitarmos, aqui, em certa medida, o que são as diferenças entre homens e mulheres. Se calhar de facto é necessário lidar com uns e com outros de forma diferente, se calhar as mulher exaltam-se mais perante determinada coisa, se calhar tem uma forma de responder aos técnicos diferente, mas então não valia a pena tentar perceber o que isto é?” (IP5)

Pelo contrário, a **importância da formação dirigida a técnicos/as que trabalham nestes contextos é vista como uma prioridade por parte de todos/as os/as informantes privilegiados/as**, por forma a tornar a intervenção mais especializada, de acordo com as diferentes necessidades.

“_Acho que há uma grande falha. Se for uma TPRS a intervir, ela age de uma maneira diferente relativamente aos rapazes e às raparigas do que um TPRS, porque um é homem e outro é mulher. Portanto, as pessoas têm formas de agir distintas. Eles têm falhas de formação a todos os níveis, eles não têm uma formação específica para lidarem com crianças” (IP_1).

“Isto da formação é como sabe... pode ser perverso, agora que era importante era. Agora sou apologista de pacotes de pequena dimensão, meia dúzia de horas, não sou apologista de mais.”(IP_3).

Consideram, também, que envolver pessoas de fora, nessa formação, poderia ser muito positivo porque *“habitualmente santos da casa não fazem milagres, há aqui coisas que poderiam ser feitas, por pessoas de fora” (IP_3)*



IV – ‘Para onde ir, a partir de onde se está?’: conclusões e implicações a partir dos dados

“Para onde ir, a partir de onde se está?” é uma provocação feita por Anne Worrall, num texto escrito em 2005, que continua atual e oportuno, quando avança com o debate em torno de uma mudança de paradigma na abordagem à delinquência feminina, defendendo que a visibilidade da rapariga na cena da delinquência estaria no facto de a ‘paternalização’ do comportamento feminino (por controlos sociais formais e informais) estar a dar lugar a um modelo mais punitivo, não por motivos de proteção, mas em razão de uma justiça equitativa. Como resultado “um grupo que até agora tinha sido avaliado como demasiado pequeno e de baixo risco para justificar atenção, está a ser reavaliado e reposicionado” (Worrall, 2005: 72). Mas, talvez, não da melhor forma!

Segundo Garcia e Lane (2013), se a escassez de respostas focadas no género até poderia parecer aceitável no passado, hoje académicos e profissionais concordam que as diferenças de género na intervenção não podem mais ser ignoradas. E que a consciência dessas diferenças deve fazer questionar as respostas institucionais de prevenção, intervenção e tratamento, que continuam a assentar em procedimentos baseados nos conhecimentos obtidos dos estudos feitos com rapazes e para os problemas dos rapazes, apesar de todo o avanço teórico feito com estudos sobre delinquência juvenil feminina. Como resultado, muitas das necessidades específicas das raparigas não são formalmente consideradas e avaliadas.

É, então, neste capítulo do relatório que se pretende retomar os principais pontos de chegada da investigação, (re)lidos à luz dos questionamentos iniciais e das escolhas teórico-metodológicas que foram feitas, bem como apresentar as principais descobertas e contribuições da pesquisa e refletir sobre as suas implicações.

Propusemo-nos fazer uma investigação exploratória que permitisse ouvir as vozes e dar voz às experiências e às suas construções narrativas e discursivas. Neste sentido, **são mais as questões que se levantam e as implicações para a prática que se desenham, do que propostas objetivas de intervenção. Essas sim, encontram neste relatório espaço para serem discutidas, (re)pensadas e aplicadas. Se assim for, este relatório terá cumprido o seu propósito.**

4.1. Síntese das principais conclusões

“As mulheres estão muito mais libertas (...) mas nós olhamos pra mulher ainda como aquele ser que tem de ser muito... normativo ou muito mais recatado.”

É consensual, entre os/as participantes do estudo, a ideia de que existe uma maior liberdade, independência e afirmação das raparigas, em todas as áreas da sua vida, que são atribuídas às mudanças sociais e à emancipação feminina. Uma situação que passa uma primeira imagem de paridade de género, “nós fazemos ou elas fazem o mesmo que os rapazes”, mas que rapidamente cai no discurso das diferenças, que parece continuar ligado a uma espécie de “condição feminina”: ser mais sensível, ser desafiada pela gravidez e pela maternidade, ser controlada pelas expectativas em torno de uma moralidade sexual feminina (um dos principais motivos que continua a trazer as jovens ao sistema) ou ser sujeita a formas de educação familiar diferencial. Um discurso normatizado ao qual as jovens também aderem e para quem o “mundo bom”, leia-se normativo, é o da dominação da mulher, da admiração masculina e da maternidade. Um padrão que não se interrompeu, apesar de elas estarem mais presentes no espaço público e mais visíveis no desvio e na delinquência. Um padrão que se mantém naturalizado nos discursos das jovens e dos/as profissionais entrevistados/as.

“Mas foi uma rapariga que fez isso?”

Quando se falou sobre os motivos e os fatores explicativos do envolvimento das raparigas na delinquência, a influência do grupo de pares, a necessidade de integração e aceitação no grupo, as necessidades económicas, o “efeito de bairro”, a experimentação e a ausência de

limites e imposição de normas e regras, principalmente pela família, foram os principais fatores apontados. Não sendo vistos como exclusivos das raparigas, o impacto destes fatores, esse sim, apareceu como diferente em razão do género. Explicado, mais uma vez, pela força de uma socialização de género diferencial, que cria expectativas em torno dos papéis e dos comportamentos masculinos e femininos e cria os respetivos encaixes sociais, ao *rapaz* dizemos “faz-te homem” e à *menina* dizemos “vais ser a nossa menina”. Como se a delinquência não coubesse no papel de género feminino. Quando cabe, as jovens reclamam para si uma maior ousadia, esperteza e capacidade de pensamento, discurso corroborado pelos/as profissionais que as consideram, inclusive, mais inteligentes ao tentar ocupar os espaços delas na rua, mas, curiosamente, a base da diferença tende a ser explicada pelas características da “condição feminina”: quererem mais carinho, atenção e serem mais absorventes. Algo que se repercute, também, na forma como se olha para os comportamentos desviantes.

“É tudo farinha do mesmo saco”, mas ...

Os principais ilícitos cometidos por raparigas passam pelo roubo e furto, a agressão, o consumo de estupefacientes (haxixe, erva, alucinogénios, cocaína) e o tráfico de droga. Ilícitos que, segundo os/as participantes do estudo, são também partilhados pelos rapazes na mesma condição. Mas são a ameaça ou injúria, a provocação, a humilhação e a mentira que são consideradas mais significativas nas raparigas. Hoje ampliadas por força das tecnologias de comunicação e informação. Ideia já exposta pelos estudos de Holsinger (2000) e Batchelor (2009), que mostravam que as raparigas tendem a utilizar formas indiretas de raiva que podem passar por isolar, ignorar, evitar, criar boatos, ou ostracizar socialmente. E que as suas disputas são marcadas por um elevado nível de abuso verbal, relacionados com quebra de confiança, com o “diz-que-não-disse” e problemas de foro relacional.

Além deste rol de comportamentos desviantes e delinquentes, consensualmente partilhados pelas jovens e pelos/as profissionais, os/as técnicos/as acrescentam a prostituição, a vida sexual precoce e percursos escolares de insucesso (reprovações, absentismo, abandono...). Também aqui, a literatura nacional e internacional nos vem mostrando que grande parte das jovens que chegam ao sistema vêm por prática de crimes menos graves, associado a questões de moralidade sexual e tendencialmente ligadas à promoção e proteção.

Encontramos, também, neste campo, o discurso da paridade de género, contundente na expressão “é tudo farinha do mesmo saco”. Um discurso que, mesmo que não se faça cumprir, continua a existir no imaginário das jovens. Apesar desse discurso, a constatação de

que existem mais rapazes do que raparigas no sistema de justiça é clara para todos/as os/as entrevistados/as. As razões apontadas são de três ordens. A primeira que se prende com o processo (individual e social) de invisibilização das raparigas no mundo do crime. A segunda relaciona-se com as oportunidades diferenciais para o crime. E a terceira razão parte da ideia de que as raparigas são mais organizadas e menos impulsivas do que os rapazes, sublimando a agressividade, que assume outros contornos.

Qualquer uma destas razões converge na ideia, já aqui discutida, de que a forma como as raparigas são olhadas e tratadas pela sociedade (e.g. família, escola, vizinhança polícia, tribunais) é, na generalidade, diferente (quando comparado com os rapazes na mesma situação). E que esta diferença está relacionada com a expectativa em torno dos papéis de género masculino e feminino, muito marcada por aquilo que são representações tradicionais desses papéis. É a família que fica mais decepcionada. É a vizinhança que as rotula de “bandidas”. É a polícia e os tribunais que são mais duros (e no caso das polícias usam de mais agressão física) com os rapazes, e mais protetores com as raparigas (apesar de as mulheres-polícia serem muito mais duras com as raparigas). Apesar de acreditarem que rapazes e raparigas recebem tratamentos diferenciais, elas sentem que, uma vez internadas em centro educativo, os rapazes recebem um tratamento preferencial.

Das necessidades ... “mais tempo de intervenção técnica, mais tempo de tutoria, mais tempo de programa, mais tempo...”

As raparigas internadas em centro educativo reivindicam um papel mais ativo no processo (re) educativo e judicial, e querem ter voz, significando isso, serem ouvidas, compreendidas e os seus sentimentos serem validados. Pedem mais atenção para as questões da autoimagem, porque a relacionam com a autoestima. Pedem um staff justo, cuidadoso, que as respeite e em quem elas possam confiar. Valorizam o aspeto relacional em todas as suas dimensões. Uma ideia partilhada pelos/as profissionais que consideram as raparigas mais apelativas e sensíveis (do que os rapazes nas mesmas condições), que pedem mais acompanhamento e procuram entender o desenrolar do processo, verbalizando mais os seus sentimentos, as suas emoções e idealizações.

Estes aspectos identificados como necessidades (pelas raparigas e pelos/as profissionais) estão expressos, também, nas áreas que identificam como necessitando de mais e maior aprofundamento. As jovens dizem precisar de atividades e respostas que apoiem o diálogo, melhorem as relações com os outros e consigo próprias (autoimagem e autoestima) e lhes dê habilidades da vida prática, contribuindo para uma melhor integração social à saída.

Reclamam por um maior investimento na autoimagem e na alimentação. Pedem para intensificar atividades que promovam uma maior relação com os outros e com a família (mais visitas, mais convívio entre as unidades, mais horas de tutoria – vistas como um espaço de comunicação, reflexão e aprendizagem). Sugerem uma maior variedade de cursos e opções de escolha, e mais atividades lúdicas e recreativas relacionadas com dança, música, teatro, leitura ou moda. Sugestões que são igualmente apontadas pelos/as técnicos/as que propõem, no caso das raparigas, mais atividades nas áreas da educação sexual e dos afetos, onde incluem a autoimagem, da relação com os/as outros/as e na área psicológica.

Vivem a tensão de partilhar o mesmo espaço físico com os rapazes, sem poderem relacionar-se com eles. Um assunto que, não sendo consensual, poderia ser dirimido. Para a maioria dos/as profissionais os centros educativos nunca poderiam ser mistos, porque isso poria em causa os princípios da própria intervenção tutelar educativa. Mas consideram que esta tensão apontada pelas jovens poderia ser ultrapassada por atividades lúdicas em conjunto (idas à praia, idas a museus, cinema). Pensar num projeto desta natureza implicaria uma reestruturação total do sistema e vontade política para desenvolver uma intervenção responsiva ao género.

“Nós somos diferentes, mas a intervenção tem de ser igual para todos”

Raparigas e profissionais partilham da ideia de que a base de intervenção em Centro Educativo é igual para rapazes e raparigas, uma intervenção neutra em termos do género, que vem expressa em leis e regulamentos. Embora a intervenção seja igual, não deixam de chamar a atenção para a necessidade de haver um tratamento diferencial entre raparigas e rapazes, ainda que apresentem algumas dificuldades em concretizar em quê. Algo que pode estar relacionado, por um lado, com o facto de subestimarem a dimensão de género na intervenção e, por outro, pelo facto de não questionarem o modelo existente no que às diferenças de género diz respeito.

Isto não significa que não existam atividades direcionadas para as idiossincrasias femininas - como a gravidez, a maternidade e algumas atividades de lazer -, mas é unânime (ainda que nem sempre consciente) que estas atividades são baseadas nos modelos reprodutivos dos papéis tradicionais de género. Nem as raparigas nem os/as técnicos/as assumiram uma posição crítica face a esta questão, o que pode ajudar a explicar uma certa relutância, sentida nos discursos, quanto à real necessidade de uma intervenção baseada no género. Neste enquadramento, percebe-se a pouca prioridade que os/as técnicos/as atribuem à necessidade de formação nas questões de género. Isto parece dever-se ao facto de valorizarem

muito mais as características pessoais e emocionais do/a técnico/a, do que propriamente o conhecimento especializado. Algo que é contraposto pelos informantes privilegiados que veem a formação dirigida a técnicos/as que trabalham nestes contextos como uma prioridade.

Esta questão é desafiante porque os/as técnicos/as referem várias vezes que se sentem desafiados pelos comportamentos das raparigas e que nem sempre sabem qual é a melhor abordagem a utilizar. É unânime e permanece constantemente nos discursos a percepção de que trabalhar com raparigas é mais desgastante. Elas são menos, mas o centro educativo “*muitas vezes circula em função delas*”. São sentidas como mais apelativas e com mais necessidades emocionais – “*as raparigas são peganhentas*”. São mais exigentes a nível relacional e pedem mais disponibilidade, porque o leque de preocupações delas é maior. Mas são também muito mais colaborativas. Ao contrário do que a literatura internacional aponta, os/as técnicos/as não procuram estratégias e informação prática acerca da forma como hão de intervir com as raparigas para obter maior sucesso.

4.2. Implicações para a prática

As discussões em torno da importância de uma intervenção responsiva ao género no sistema de justiça juvenil português, ainda que não sejam propriamente novas, são recentes e ainda com pouca expressão na investigação, na política e na intervenção. Ao contrário do que acontece no contexto internacional, onde este diálogo tem sido feito a par de uma investigação que tem procurado demonstrar as idiossincrasias femininas nas expressões da transgressão. Consequência disso é a existência de uma literatura, em crescimento, que suporta já direções úteis na prossecução de instrumentos de política, avaliação, tratamento e prevenção sensíveis às necessidades e idiossincrasias das raparigas que começam a estar mais representada nos sistemas de justiça juvenil (Bloom e Covington, 2001; Bloom et al. 2003), como analisamos no capítulo 1 deste relatório.

No contexto português, apesar de a Comissão de Avaliação e Fiscalização dos Centros Educativos (*apud* CFCE, 2012), aconselhar a ponderação da colocação das jovens em espaços próprios, para a concretização de um modelo adaptado ao universo próprio das raparigas, não há investigação feita sobre a exequibilidade, a oportunidade e a necessidade desta proposta. **E é neste contexto que esta investigação ganha ensejo e este relatório utilidade, ao pretender coligir, a partir dos dados, um conjunto de contribuições que sirvam para desafiar e melhorar a intervenção tutelar educativa. Uma intervenção responsiva ao género é oferecida, aqui, como um quadro de reflexão onde se possam**

pensar estratégias e esforços para melhor servir as raparigas no sistema de justiça juvenil, particularmente, as jovens em cumprimento de medida tutelar de internamento em centro educativo.

a) Foi interessante verificar que os resultados obtidos neste estudo são, na generalidade, consistentes com a investigação internacional que tem vindo a realçar a importância de dar voz às raparigas sobre as suas experiências no sistema e sobre as necessidades que identificam na intervenção (Garcia & Lane, 2013). Além disso, essa mesma literatura tem salientado que o desenvolvimento de programas específicos de género para raparigas delinquentes deve levar em consideração modelos mais compreensivos, com práticas sensíveis às necessidades sociais, desenvolvimentais e psicológicas das raparigas (e.g. saúde reprodutiva e mental, maternidade na adolescência, competências parentais, necessidades vocacionais e formativas realistas...), focadas na construção de relações saudáveis consigo e com os outros (particularmente com a família e com os pares), e no desenvolvimento de competências específicas (e.g. comunicação, *coping*, tomada de decisão). Respostas que enfatizem o papel da relação entre os/as profissionais e as raparigas e, para isso, a aposta na formação (cf. Belknap et al., 1997; Bloom e Covington, 2001; Chesney-Lind et al., 2008; Salisbury et al., 2009; Zahn et al. 2009; Holsinger, et al., 1999, 2010; Ravoira et al., 2012; Watson e Edelman, 2012).

b) Os dados do estudo tornam evidente que, quando o género é a dimensão em discussão, torna-se menos claro que comportamentos é que estão a ser alvo de análise, o que parece justificar uma certa desvalorização, contraditória, da dimensão de género na intervenção (quer para as raparigas, quer para os/as profissionais). Contraditória porque a existência de necessidades específicas é percebida e cobrada, mas quer as raparigas quer os/as técnicos/as parecem não conseguir explicar como a intervenção pode e deve ser diferente. Ironicamente, ofereceram poucas recomendações relativamente aos programas e serviços que desejariam ver desenvolvidos e mostram alguma confusão sobre qual é a melhor abordagem. Além disso, as propostas de melhoria de intervenção que foram avançadas expressaram uma certa postura de conformismo com o modelo de intervenção atual, associadas a uma posição pouco crítica relativamente a essas atividades, maioritariamente baseadas em modelos reprodutivos dos papéis tradicionais de género.

É importante que a leitura destes resultados leve em consideração aquilo que Holsinger et al. (2010) e Goodkind (2005) sugerem. As ideologias que estão por detrás de normas e

estereótipos genderizados tendem a minar o desenvolvimento de respostas e serviços específicos de género que são necessários. Fazem-no, por um lado, ao torná-los muito ambíguos, por lhe atribuem um cunho muito emocional e, por outro, mais desgastantes, pelo facto de as raparigas serem vistas como mais exigentes a nível relacional e mais ‘difíceis’ de trabalhar.

Há um certo “mistério” em torno do que são respostas/ programas específicos de género e como colocá-los em prática (Watson e Edelman, 2012). E, neste sentido, além de fazer com que os/as profissionais aceitem a necessidade de uma programação desta natureza, é fundamental fornecer as ferramentas para implementar essas mudanças. Assim, **um dos grandes desafios que se coloca prende-se com a formação (especializada) do pessoal que intervém diretamente com estas jovens** (Belknap et al., 1997; Bloom et al., 2003), com o objetivo de aumentar a sua sensibilidade para as questões de género e superar os estereótipos, tão presentes nos resultados obtidos neste estudo. Uma formação que deve incidir sobre como trabalhar com as raparigas e na compreensão situada das diferenças e idiossincrasias de género.

c) Uma outra provocação que se coloca à prática é o de responder à pergunta: será importante desenvolver diferentes respostas de acordo com diferentes necessidades? Tendo por base a questão ‘*what works?*’, parece ser consensual que Portugal tem um bom modelo de intervenção com jovens delinquentes (Pimentel, 2015b, Cóias, 2015). Contudo, não sabemos efetivamente se esses instrumentos e programas têm bons resultados com e para as raparigas uma vez que elas, por regra, não entram nas avaliações feitas aos instrumentos e programas em curso. Por exemplo, na avaliação da YLS/CMI, Pimentel et al. (2015a) apontam que:

“Sendo as raparigas minoritárias nas populações judiciais, importará, contudo, futuramente acrescentar participantes femininas nas medidas tutelares de execução na comunidade e, especialmente, nas medidas de internamento para estabelecer valores normativos mais sólidos. Deste modo, devem ser usados com a maior precaução os valores normativos apresentados para estes grupos específicos, devendo ser evitadas conclusões comparativas que se baseiem estritamente nesses resultados” (p. 67)

O mesmo sucede com a avaliação da eficácia do GPS que, pelo mesmo motivo, não integra a população feminina, por representar menos de 15% da população em internamento, o que significa não haver N necessário para as análises e para tirar conclusões fiáveis acerca da eficácia do programa em jovens agressoras. Ora, a avaliação é essencial. Devemos ser capazes de avaliar, com precisão, o risco e as necessidades das raparigas envolvidas no sistema justiça e testar a eficácia da intervenção que está a ser conduzida.

Assumindo então a importância de ferramentas responsivas ao gênero, fica aqui o desafio de, por exemplo, se ponderar a **possibilidade de desenvolvimento/adaptação de um instrumento de avaliação suplementar que avalie as necessidades idiossincráticas das raparigas (criminógenas e não criminógenas) e encontrar outras metodologias que possibilitem recolher, continuamente, dados e informações que permitam melhorar o trabalho que é desenvolvido.** É relevante construir uma base de evidências que responda à questão: *'what works, for whom?'*. Para tal, é indispensável valorizar e reconhecer, nos modelos de intervenção, quadros teóricos que atendam às necessidades psicológicas e sociais das raparigas e reflitem a realidade das suas vidas.

d) A uniformidade e os consensos nas respostas dos/as diferentes participantes deste estudo não devem ser ignorados. As questões levantadas pelas raparigas e pelos/as profissionais sobre as necessidades, as áreas críticas de intervenção e a responsividade de gênero devem ser tomadas em consideração, aquando da revisão de práticas profissionais e do desenvolvimento de novos programas e atividades. No centro deste trabalho foi emergindo a ideia de que **há respostas, serviços e recursos que, existindo, precisam de desenvolver um foco específico em termos de gênero, outros, serem criados de raiz.** Destaca-se repensar as atividades lúdicas e formativas que estão orientadas para papéis e vocações tradicionais de gênero. Não que estas respostas não sejam importantes, mas que elas possam ir além do pensamento estereotipado do que é o trabalho tradicional feminino (Bloom e Covington, 2001; Garcia e Lane, 2013). Desenvolver programas relacionados com a educação sexual, a autoestima e a autoimagem, que reconheçam o papel crítico que as relações amorosas e a sexualidade têm na forma como as raparigas olham para si próprias e como veem as suas responsabilidades e papéis sociais de gênero. Uma ideia que é consensual com o estudo de Bloom e Covington (1998), que dizia que as raparigas têm de aprender sobre controlo de natalidade, práticas sexuais seguras, competências parentais, higiene e imagem do corpo/ auto-imagem. Melhorar programas que usem técnicas que permitam às raparigas corrigir deficits educacionais e identificar aspirações de carreira.

A literatura sugere já protocolos que avaliam a responsividade de gênero dos programas (Sokoloff et al. 2008; Covington e Bloom, 2008), e modelos/ programas específicos de gênero para serem usados dentro de unidades residenciais (cf. Chesney-Lind et al. 2008; Zahn et al. 2009). Destaca-se aqui o programa *Girls Circle* (Steese et al. 2006), criado pela *One Circle Foundation*. Considerado um projeto promissor pelo OJJDP (Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention) é um programa específico para raparigas

(entre os 9 e os 18 anos), constituído por módulos/ guias de atividade que abordam temas como imagem corporal, o que é ser rapariga, as relações, como planear para o futuro, as amizades, e a mente/corpo/espírito e família. Tem o objetivo de criar ambientes seguros, direcionado para o trauma, levando em consideração o desenvolvimento psicossocial das raparigas, salientando as suas capacidades e tirando maior partido dos seus talentos, interesses académicos e profissionais e potenciar relações saudáveis.

A reabertura do Centro Educativo de Vila do Conde, com uma unidade residencial feminina, seria um ótimo contexto para se repensarem práticas e para se implementar um modelo de intervenção responsivo ao género, que crie um ambiente – espaço, recrutamento e formação dos/as profissionais, desenvolvimento de programas, conteúdos e materiais – que reflita uma compreensão situada da vida de rapazes e raparigas e responda às suas necessidades (Bloom e Covington, 2001). Categorizar informação, desagregando-a por sexo, não significa fazer uma análise de género (Duarte e Vieites-Rodrigues, 2015).

e) Por fim, parece ser fundamental continuar a **desenvolver mais investigação** sobre os padrões de desenvolvimento feminino e sobre a construção das feminilidades, sobre os contextos e as trajetórias das raparigas na delinquência e nos sistemas de proteção e de justiça juvenil, sobre a natureza e o impacto dos seus fatores de risco e de proteção e sobre a eficácia da intervenção (Duarte, 2012). **Fazer estudos a partir ‘de dentro’, tem sido apontado como uma necessidade.** As raparigas em situações problemáticas e em conflito com a lei precisam de ser ouvidas e os seus pontos de vista incorporados no trabalho que se desenvolve com elas (Worrall, 2005; Ravoira *et al.*, 2012; Garcia e Lane, 2013), ao que se deve juntar as experiências dos/as profissionais e educadores/as, e as perspetivas do sistema que enquadra a intervenção. **Fazer estudos concertados e integradores parece ser o grande desafio.** Boas práticas como o *Girls Study Group*²³, criado pelo *Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention* (Zahn *et al.* 2008; Zahn, 2009; OJJDP), poderiam ser um projeto de grande interesse e oportunidade. Só assim, legisladores, políticos e profissionais podem providenciar serviços adequados e garantir um debate que seja baseado em argumentos científicos e conhecimentos profissionais, e não em estereótipos e crenças populares. Uma tarefa complexa e exigente que implica mudanças a todos os níveis, começando pelo exame crítico

²³ Grupo criado em 2004, constituído por investigadores/as e profissionais, que tinha como grande propósito desenvolver uma base de investigação que sustentasse a tomada de decisões sólidas sobre a melhor forma de prevenir, reduzir e intervir na delinquência e violência femininas.

dos nossos próprios pressupostos e estereótipos sobre as raparigas no sistema de justiça juvenil (Duarte, 2015).

Em jeito de conclusão.

O que se ganha e o que se perde quando dizemos que as raparigas são diferentes dos rapazes? Esta foi uma questão que acompanhou toda esta investigação, desde as primeiras linhas do projeto à redação das suas conclusões. Não estando certa de que conseguimos responder aos desafios e ardis desta questão, reconhecemos que ela tem de ser feita porque defendemos que *one size does not fit all* (Blanchette e Brown, 2006), e que a investigação e a intervenção devem desenvolver-se levando em consideração populações diferenciadas.

Quais são os ganhos? O principal é o de contribuir para um sistema de justiça mais responsivo nas questões de género e, por isso, um sistema mais justo e equitativo. É aceitar que os caminhos das raparigas pelo sistema de justiça juvenil podem ser diferentes do dos rapazes, e é dar conteúdo aos vazios conceptuais das categorias de violência, agressão e delinquência femininas. Só assim é possível adequar as respostas.

Mas responder a esta questão encerra, também, alguns perigos. Um deles é o risco de essencialização da noção de género (Goodking, 2005), que tem como consequência reificar a construção social das diferenças de género que, utilizadas politicamente, podem levar à construção de planos sexistas, solidificadores de mitos. Falar em diferenças não é reforçar o biológico, mas perceber que há experiências que são manifestações de diferentes normas sociais e tratamentos diferenciados. Por exemplo, ao associar as raparigas a um determinado tipo de comportamento agressivo, mais relacional, escondido e indireto, verifica-se a tendência para intensificar o controlo social formal sobre a adolescência feminina, sem nenhum ganho real para a prevenção da violência (Chesney-Lind, et al., 2007: 330). Um outro risco, apontado por Worrall (2005), prende-se com a linguagem. Por exemplo, atualmente a agenda política e de intervenção na justiça juvenil tem-se construído em torno do princípio da avaliação do risco que identifica, classifica e gere os grupos com base nos níveis de perigosidade. Ora, o que estes procedimentos nos têm dito é que nem as raparigas apresentam altos riscos na predição da violência, nem são perigosas, em termos do dano causado. Este pressuposto tem justificado o pouco investimento em respostas específicas de género. Além disto, e como refere Worrall (2005: 78): “quando decisores políticos começam a falar de adaptar programas e instrumentos de avaliação de risco para utilização com mulheres/ raparigas adoptam a linguagem das ‘necessidades’. [...] o ‘discurso das necessidades’ pode limitar-se a substituir o ‘discurso do risco’ e mulheres com ‘necessidades

elevadas' podem converter-se em mulheres com 'risco elevado' que podem então ser submetidas aos mesmos programas que os homens de 'risco elevado'.

Levando em linha de conta as vantagens, sem perder de vista os perigos, incentiva-se as partes interessadas a debater criticamente os dados e as implicações para a prática discutidas neste relatório. É desta forma que se renovam os diálogo e se melhoram as respostas de prevenção e intervenção. **Se as necessidades parecem ser diferentes, então não valia a pena tentar perceber o que isto é?** Fica a interpelação de um dos profissionais entrevistados.

Referências bibliográficas

- Alder, Christine; Worrall, Anne (eds) (2004), *Girl's Violence: myths and realities*. New York: State University of New York Press.
- Andrews, Don; Bonta, James (1994), *The psychology of criminal conduct*. Cincinnati: Anderson Publishing.
- Artz, Sybille (1998), *Sex, Power, and the Violent School Girl*. Toronto: Trifolium Books
- Assis, Simone; Constantino, Patrícia (2001), *Filhas do Mundo: infracção juvenil feminina no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Editora FioCruz.
- Azevedo, Tânia; Duarte, Vera (2014), “Intervenção em Centro Educativo: discursos a partir de dentro”. *Revista Configurações*, 13, 103-117
- Baines, Margaret; Alder, Christine (1996), “Are girls more difficult to work with? Youth workers’ perspectives in juvenile justice and related areas”. *Crime & Delinquency*, 42(3), 467-485.
- Beck, Ulrich; Giddens, Anthony; Lash, S. (1997), *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora UNESP.
- Belknap, Joanne; Dunn, Melissa; Holsinger, Kristi (1997), *Moving toward juvenile justice and youth serving systems that address the distinct experience of the adolescent female* (Report to the Governor). Columbus: Office of Criminal Justice Services.
- Belknap, Joanne; Holsinger, Kristi (2006), “The gendered nature of risk factors for delinquency”. *Feminist Criminology*, 1, 48-71. DOI: 10.1177/1557085105282897
- Bell, Valerie (2012), *Gender-Responsive Risk Assessment: A Comparison of Women and Men*. Tese de doutoramento. University of Cincinnati.
- Blanchette, Kelley e Brown, Shelley (2006), *The Assessment and Treatment of Women Offenders: An Integrative Perspective*. Wiley
- Bloom, Barbara; Covington, Stephanie (2001), *Effective Gender Responsive Interventions in Juvenile Justice: Addressing the Lives of Delinquent Girls* [Online]. Consultado a 21.01.2015, em <http://www.stephaniecovington.com/assets/files/7.pdf>.
- Bloom, Barbara; Owens, B.; Covington, Stephanie (2003), *Gender-Responsive strategies: research, practice, and guiding principles for women offenders*. Washington DC: National

- Institute of Corrections, US Department of Justice [Online]. Consultado a 21.01.2015, em <http://static.nicic.gov/Library/018017.pdf>.
- Burman, Michele; Batchelor, Susan (2009), “Between Two Stools? Responding to Young Women who Offend”. *Youth Justice*, 9: 270-285. DOI:10.1177/1473225409345104
- Burman, Michele; Batchelor, Susan; Brown, Jane (2001), “Researching girls and violence”, *The British Journal of Criminology*. 41, 443-459. DOI. 10.1093/bjc/41.3.443
- Campbell, Anne (1981), *Girl delinquents*. New York: St. Martin’s Press, Inc.
- Carlen, Pat (2007), “A reclusão de mulheres e a indústria de reintegração”. *Análise Social*, XLII (185), 1005–1019
- Carvalho, Maria João Leote (2003), *Entre as Malhas do Desvio*. Oeiras, Celta Editora.
- Carvalho, Maria João Leote (2010), *Do Outro Lado da Cidade. Crianças, Socialização e Delinquência em Bairros de Realojamento*. Tese de Doutoramento em Sociologia, FCSH da Universidade Nova de Lisboa. Consultado a 20.04.2015, em <http://run.unl.pt/handle/10362/6132>.
- Carvalho, Maria João Leote (2015), “Delinquência(s): novos e velhos desafios”. In Neves, Sofia et al. (org.), *Violências na Contemporaneidade no Brasil e em Portugal: Teorias e Práticas*. Maia: Edições ISMAI.
- Carvalho, Maria João Leote (2015), “Rehabilitating and educating for responsible autonomy: two sides of a path to personal and social well-being”. In Carneiro, Roberto (Org.), *Youth, offense and well-being: Can science enlighten policy?* (pp. 227-252). Lisboa, CEPCEP.
- CFCE (2012), *Relatório da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Centros Educativos 2012*.
- Chesney-Lind, Meda (1997), *The female offender*. California: Sage Publication.
- Chesney-Lind, Meda; Jones, Nikki (Ed.) (2010), *Fighting for girls, new perspectives on gender and violence*. EUA: State University of New York Press.
- Chesney-Lind, Meda; Morash, Merry; Stevens, Tia (2008), “Girls’ Troubles, Girls’ Delinquency and Gender Responsive Programming: a Review”, *The Australian and New Zealand Journal of Criminology*, 41 (1), 162-189. DOI: 10.1375/acri.41.1.162.
- Chesney-Lind, Meda; Shelden, Randall G. (1992), *Girls delinquency and juvenile justice*. California: Brooks/Cole Publishing Company.
- Covington, Stephanie; Bloom, Barbara (2006), “Gender-Responsive Treatment and Services in Correctional Settings”. *Women and Therapy*, 29 (3/4), 9-33.
- Covington, Stephanie; Bloom, Barbara (2008), *Gender-Responsive Program Assessment*. Washington DC: National Institute of Corrections, US Department of Justice [Online]

- Cox, Pamela (2003), *Gender, Justice and Welfare. Bad Girls, 1900-1950*, Basingtoke: Palgrave.
- Cunha, Manuela (2002), *Entre o Bairro e a Prisão: tráfico e trajectos*. Lisboa: Fim do Século.
- Cunha, Manuela Ivone (1994), *Malhas que a Reclusão Tece: Questões de Identidade Numa Prisão Feminina*. Lisboa: Cadernos do Centro de Estudos Judiciários. Versão electrónica, consultada a 3.6.2013, em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5237/4/Malhas%20que%20a%20reclus%25C3%25A3o%20tece.pdf>
- Cunha, Manuela Ivone; Granja, Rafaela (2012), “Care and respect: Mothering and relatness in multigeracional prison settings”. In Eljdupovic, Gordana; Jaremko Brom, Rebecca (Eds.), *Incarcerated Mothers Oppression and Resistance* (pp. 106–120). Bradford, Ontario: Demeter Press.
- d’Oliveira, Augusto (1929), *Proteção moral e jurídica à Infância*. Lisboa: Tipografia do Reformatório Central de Lisboa.
- Day, Jacob; Zahn, Margaret; Tichavski, Lisa (2015). "What Works for Whom? The Effects of Gender Responsive Programming on Girls and Boys in Secure Detention". *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 52 (1), 93-129. DOI: 10.1177/0022427814538033.
- DGRS (2009), *Guião da Intervenção Tutelar educativa. Meio institucional*. Lisboa: Ministério da Justiça.
- Duarte, Vera (2016). “E as raparigas? A importância do género na intervenção no Sistema de Justiça Juvenil. Preocupações teóricas, desafios práticos”. In Pedroso, João.; Casaleiro, Paula.; Branco, Patrícia. (Orgs), *Justiça Juvenil: a lei, os tribunais e a (in)visibilidade do crime no feminino* (pp. 61-90). Porto: Vida Económica
- Duarte, Vera; Gomes, Sílvia (2015), A (des)construção de uma história única: Cruzando crime, género, classe social, etnia e nacionalidade, *Revista Psiquiatria, Psicologia & Justiça*, 8, pp. 139-164. Disponível em: http://www.spppj.com/uploads/numero8_julho2..5.pdf
- Duarte, Vera (2012), *Discursos e percursos na delinquência juvenil feminina*. Famalicão: Húmus.
- Duarte, Vera (2015). Delinquência juvenil feminina a várias vozes. Contributos para a construção de uma tipologia de percursos transgressivos. *Sociologia Problemas e Práticas*, 78, 49-66. DOI: 10.7458/SPP2015783640 .

- Duarte, Vera; Carvalho, Maria João Leote (2013), “(Entre) Olhares sobre delinquência no feminino”. *Revista Ex-Aequo*, 28, 31-44. Versão electrónica, consultada a 21.01.2015, em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/aeq/n28/n28a04.pdf>.
- Duarte, Vera; Cunha, Manuela (org.) (2014), *Violências e Delinquências Juvenis femininas: género e (in)visibilidades sociais*. Famalicão: Editora Húmus.
- Duarte, Vera; Rodrigues-Vieites, Luísa (2015), Intervenção com raparigas delinquentes: contributos para uma discussão focada no género. In Gomes, Sílvia; Granja, Rafaela (Ed.), *Mulheres e Crime – perspetivas sobre intervenção, violência e reclusão*. Famalicão: Editora Húmus.
- Farrington, Dave; Painter, Kate (2004), *Gender differences in offending: implications for risk-focused prevention*, Home Office Online Report 09/04. London: Home Office Research, Development and Statistics Directorate.
- Farrington, David (2013), “Saved from a life of crime. Evidence-based crime prevention. Researchers’ advice to policy”. In *The Stockholm Criminology Symposium*, 10-12 Jun. 2013. Consultado a 23.01.2015, em <http://www.criminologysymposium.com/>
- Foley, Allison (2008), “The Current State of Gender-Specific Delinquency Programming”. *Journal of Criminal Justice*, 36: 262–69.
- Fonseca, António Duarte (2000), *Condutas desviantes de raparigas nos anos 90*. Coimbra: Coimbra Editora
- Fonseca, António Duarte (2005), *Internamento de Menores delinquentes. A lei portuguesa e os seus modelos: um século de tensão entre protecção e repressão, educação e punição*. Coimbra: Coimbra Editora
- Fonseca, António Duarte (2015), “Entre a nuvem e Juno: novas questões sobre velhas respostas”. In Duarte, Vera et al. (Org.), *Delinquência Juvenil: Explicações e Implicações*, (pp. 27- 44). Castelo da Maia: Edições ISMAI.
- Garcia, Christal; Lane, Jodi (2013), “What a Girl Wants, What a Girl Needs: Findings From a Gender-Specific Focus Group Study”, *Crime & Delinquency*, vol. 59 (4), 536-561. DOI: 10.1177/0011128709331790
- Gelsthorp, Loraine; Sharpe, Gilly (2006), “Gender, Youth and Justice”. In Goldson, Barry; Muncie, John (Ed.), *Youth Crime and Justice* (pp. 47-61). London: Sage.
- Gersão, Eliana (1990), “Raparigas em internato de reeducação – porquê? Para quê?”, *Infância e Juventude*, 4, 47-51.
- Goodkind, Sara (2005), “Gender-specific service in the justice system. A critical examination”, *Affilia*, 20 (52), 52-70. DOI: 10.1177/0886109904272061.

- Hoge, Robert; Andrews, Don (2002), *Youth Level of Service/Case Management Inventory: User's Manual*. Toronto, Canada: Multi Health Services.
- Holsinger, Kristi; Belknap, Joanne; Sutherland, Jennifer (1999), *Assessing the gender specific program and service needs for adolescent females in the juvenile justice system*. Report to the Office of Criminal Services, Columbus: OH.
- Holsinger, Kristi; Like, Toya; Hodge, Jessica (2010), “Gender-specific programs: where we are and where we need to go”. *Women, girls & Justice*, vol. 11 (1), 1-16
- Hubbard, Dana; Matthews, Betsy (2008), “Reconciling the differences between the “Gender Responsive” and the “What-Works” Literatures to Improve Services for Girls”. *Crime & Delinquency*, 54 (2), 225-258. DOI: 10.1177/0011128706296733
- Kruttschnitt, C. (2013), Gender and Crime, *The Annual Review of Sociology*. 39, 291–308. DOI: 10.1146/annurev-soc-071312-145605.
- Lipsey, Mark (2009), “The Primary Factors that Characterize Effective Interventions with Juvenile Offenders: A Meta-analytic Overview”, *Victims and Offenders* 4:124-47. DOI:10.1080/15564880802612573
- Lipsey, Mark; Howell, James; Kelly, Marion; Chapmann, Gabrielle; Carver, Darin (2010), *Improving the Effectiveness of Juvenile Justice Programs*. Center for Juvenile Justice Reform, Georgetown University, consultado a 05.09.2014 em <http://cjjr.georgetown.edu/pdfs/ebp/ebppaper.pdf> .
- Loeber, Rolf; Farrington, Dave (2001), *Child Delinquents: Development, Intervention, and Service Needs*. California: Sage Editora
- Loeber, Rolf; Farrington, David (Ed.) (2012), *From juvenile delinquency to adult crime*. New York, Oxford University Press.
- Loeber, Rolf; Farrington, David; Howell, James; Hoeve, Machteld (2012), “Overview, Conclusions, and Key Recommendation”. In Loeber, Rolf; Farrington, David (Ed.). *From juvenile delinquency to adult crime* (pp. 315-383). New York, Oxford University Press.
- Luke, Katherine (2008), “Are Girls Really Becoming More Violent? A Critical Analysis”. *Affilia. Journal of Women and Social Work*, 23(1), 23-38. DOI: 10.1177/0886109907310461
- Machado, Helena (2007), *Moralizar para identificar: Cenários da investigação judicial da paternidade*. Porto: Afrontamento.
- Matos, Raquel (2008), *Vidas raras de mulheres comuns: Percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas*. Coimbra: Editora Almedina

- McCarthy, B., Hagan, J. & Woodward, T. (1999), “In the company of women: Structure and agency in a revised power-control theory of gender and delinquency”, *Criminology*, 37, 761-788.
- Moffitt, Terrie (1993), “Adolescence-limited and life course-persistent antisocial behavior: a development taxonomy”. *Psychological Review*, volume 100 (4), 674-701.
- Moore, Lori; Padavic, Irene (2010), “Racial and ethnic disparities in girls’ sentencing in the juvenile justice system”. *Feminist Criminology*, 5: 263-285.
- Nayak, Anoop; Kehily, Mary Jane (2008), *Gender, youth and culture: young masculinities and femininities*. New York: Palgrave Macmillan
- OJJDP, *Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention*. Consultado em <http://www.ojjdp.gov/>
- OJJDP, Girls and the Juvenile Justice System. Consultado em <https://www.ojjdp.gov/policyguidance/girls-juvenile-justice-system/>
- One Circle Foundation. Consultado em <https://onecirclefoundation.org/>
- Patacho, Emília (1931), *Monografia do Reformatório de Lisboa (sexo feminino)*. Vila do Conde: Ministério da Justiça e dos Cultos, Serviços Jurisdicionais e Tutelares de Menores
- Pimentel, Alberto (2011), “Avaliação do percurso dos jovens após a cessação de medidas tutelares educativas: Follow-up 2006-2008”. *Ousar Integrar*, 9, 71-81.
- Pimentel, Alberto (2015b), “Avaliação do risco/ necessidades criminógenas em jovens ofensores”. In Neves, Sofia et al. (Org.), *Violências na Contemporaneidade no Brasil e em Portugal: Teorias e Práticas*. Maia: Edições ISMAI e UNINASSAU.
- Pimentel, Alberto; Quintas, Jorge; Fonseca, Ernesto e Serra, Alexandra (2015a), “Estudo normativo da versão Portuguesa do YLS/CMI – Inventário de avaliação do risco de reincidência e de gestão de caso para jovens. *Análise Psicológica* (2015), 1 (XXXIII), 55-71.
- Ravoira, Lawanda; Patino, Lydia; Graziano, Joseph; Glesmann, C.; Baker, P. (2012), *Voices from the Field: Findings From the NGI Listening Sessions*. Jacksonville, FL: NCCD Center for Girls and Young Women.
- Salisbury, Emily; Van Voorhis, Patricia; Spiripoulos, Georgia (2009), “The Predictive Validity of a Gender-Responsive Needs Assessment: An Exploratory Study”. *Crime Delinquency*, vol. 55, 4: 550-585. DOI: 10.1177/0011128707308102
- Santos, Boaventura (Dir.); João Pedroso e Eliana Gersão (Coord.) (1998), *Relatório do Observatório Permanente da justiça Portuguesa. A Justiça de menores: As crianças entre o risco e o crime*. Coimbra: OPJ - CES

- Santos, Boaventura de Sousa (2003), *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural*. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Sepeda, Arminda (1972), “Relatório das actividades do instituto de Reeducação de S. Bernardino”. *Infância e Juventude*, 69, 21-23
- Sharpe, Gilly (2015), “Re-imagining Justice for Girls: A New Agenda for Research”. *Youth Justice*, 23. DOI:10.1177/1473225415570358
- Sharpe, Gilly e Gelsthorpe, Loraine (2009). Engendering the Agenda: Girls, Young Women and Youth Justice. *Youth Justice*, 9: 195-208. DOI: 10.1177/1473225409345098
- Sokoloff , Kimberly; Sneed, Tammy; Guthrie, Barbara; Benedict, Alyssa (2008), *Program Self-Assessment of the Program Guidelines for Girls’ Services in Connecticut*, DCF-CSSD Girls’ Programs Standards and Certification Project
- Steese, Stephanie; Dollete, Maya; Phillips, William; Matthews, Gail; Taormina, Giovanna (2006), “Understanding Girls’ Circle As An Intervention on Perceived Social Support, Body Image, Self-Efficacy, Locus of Control and Self-Esteem. *Adolescence*, 41(161): 55-74.
- Steffensmeier, Darrel; Allan, Emilie (1996), “Gender and crime: toward a gendered theory of female offending”, *Annual Review Sociology*, 22, 459-487.
- Steffensmeier, Darrel; Schwartz, Jennifer; Zhong, Hua; Ackerman, Jeff (2005), “An Assessment of Recent Trends in Girls' Violence Using Diverse Longitudinal Sources: Is The Gender Gap Closing?”, *Criminology* 43(2), 355-406. DOI: 10.1111/j.0011-1348.2005.00011.x.
- Steffensmeier, Darrel; Schwartz, Jennifer; Zhong, Hua; Ackerman, Jeff (2005), “An assessment of recent trends in girls’ violence using diverse longitudinal sources: Is the gender gap closing?”, *Criminology*, 43 (2), 355-406.
- Van Wormer, Katherine (2010), *Working with Female Offenders: A Gender-Sensitive Approach*. Hoboken. NJ: Wiley and Sons
- Watson, Liz; Edelman, Peter (2012), *Improve the juvenile justice system for girls: lessons from de states*. Georgetown: Georgetown Center on Poverty, Inequality and Public Policy.
- WHO (2011), *Gender mainstreaming for health managers: a practical approach*. Geneva: Department of Gender, Women and Health.
- Wong, Thessa; Slotboom, Anne-Marie; Bijleveld, Catrien (2010), “Risk factors for delinquency in adolescent and young adult females: A European review”. *European Journal of Criminology*, 7(4): 266-284. DOI: 10.1177/1477370810363374.

- Worrall, Anne (2005), “Raparigas em risco? Reflexões sobre as mudanças de attitude relativamente à delinquência de mulheres jovens”. *Infância e Juventude*, 2, 71-84
- Worrall, Anne; Gelsthorpe, Loraine (2009), “‘What works’ with women offenders: The past 30 years”. *Probation Journal* 56, 329-345. DOI: 10.1177/0264550509346538
- Zahn, Margaret (2009), *Girls’ Delinquency*. EUA: Temple University Press.
- Zahn, Margaret *et al.* (2008), “Violence by teenage girls: trends and context”, *OJJDP Girls Study Group: understanding and responding to Girl’s Delinquency*, Washington, US Office of Justice Programs. Versão electrónica, consultada a 12.12.14, em: <http://www.ncjrs.gov/pdffiles1/ojjdp/218905.pdf>
- Zahn, Margaret; Day, Jacob; Mihalic, Sharon; Tichavsky, Lisa (2009), “Determining What Works for Girls in the Juvenile Justice System: A Summary of Evaluation Evidence”. *Crime & Delinquency*, 55: 266-293

ANEXOS

2013 *Desvio Juvenil Feminino: padrões, necessidades e intervenção*
Duarte, V. (coord.), Instituto Universitário da Maia (ISMAI)

ANEXO 1

GUIÃO DE ENTREVISTA A INFORMANTES PRIVILEGIADOS

Protocolo de entrevista

Esta entrevista está enquadrada no âmbito de um projeto de investigação sobre *Desvio Juvenil Feminino: padrões, necessidades e intervenção*, desenvolvido no Instituto Superior da Maia, e tem como principais objetivos: 1. caracterizar fatores de risco, fatores de proteção e motivações para o desvio/ crime de jovens institucionalizadas; e 2. identificar e caracterizar áreas-foco para a intervenção com as jovens institucionalizadas. Uma das metodologias adotadas passa por fazer entrevistas a informantes privilegiados (pelos cargos e/ou investigação que desenvolvem) com o objetivo de **conhecer as suas perspetivas sobre a importância de uma intervenção sensível ao género com jovens infratores/as**.

Desde já agradecemos a disponibilidade em responder às questões. As declarações são anónimas e confidenciais. Pede-se autorização para proceder à gravação em audio da entrevista.

[usado o termo comportamento transgressivo para incidir sobre comportamento desviantes e ilícitos criminais]

Guião

I – após terem estado invisíveis no sistema de justiça juvenil durante tanto tempo, há uma ideia crescente de que as raparigas começam a estar mais presentes.

1. concorda com esta ideia de que as raparigas estão a transgredir mais do que antigamente? Porquê?
2. Na sua opinião quais são os principais motivos que levam as raparigas a transgredir? Acha que os motivos são diferentes nos rapazes e nas raparigas?
3. Quais os principais comportamentos transgressivos cometidos por raparigas? (comparação com os rapazes)

II - Apresentação de frases com crenças, mitos e perspetivas de vários autores sobre os fatores de risco (específicos):

- Os fatores de risco são iguais em rapazes e raparigas, mas a exposição estes fatores é diferente entre rapazes e raparigas;
- As raparigas dão mais importância às relações (família, professores, amigos, namorados) do que os rapazes;
- As raparigas são mais influenciadas pelos namorados (mais velhos) do que pelos amigos/as;
- Os juízes castigam mais os rapazes do que as raparigas
- É mais difícil trabalhar com raparigas do que com rapazes.

III – Intervenção

1. Qual é a sua opinião sobre esta questão da intervenção sensível ao género com jovens infratores/as?
2. Acha que a intervenção (no CE) é orientada para as diferenças de género?
 - a. Se sim, em quê? Em que áreas? Acha que é importante e suficiente? O que propunha para melhorar
 - b. Se não, porquê? Acham que é necessário? Porquê?

Exemplo:

- Filosofia da intervenção;
- Os programas levarem em consideração as vozes das raparigas na sua construção
- Formação do técnicos
- Avaliação dos programas

ATA ADICIONAL


Ao Protocolo de Cooperação entre o Instituto de Reinserção Social, agora designado de Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, e o Instituto Superior da Maia.

Nos termos das cláusulas I e II do Protocolo de Cooperação entre o Instituto de Reinserção Social, agora designado de Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), e o Instituto Superior da Maia (ISMAI), estabelece-se a seguinte ata adicional respeitante à realização de uma investigação científica integrada na Unidade de Investigação em Criminologia e Ciências do Comportamento, adiante designada por UICCC, unidade orgânica permanente do ISMAI que visa promover a formação e investigação interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar de nível superior nas áreas da Criminologia e das Ciências do Comportamento.

Considerando que a cooperação entre ambas as instituições, ao nível do estudo e investigação, pode contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico traduzível no aumento do conhecimento sobre a criminalidade juvenil feminina e contribuir para a melhoria da intervenção tutelar educativa junto das jovens em cumprimento de medida tutelar educativa;

Considerando que a UICCC tem em curso um projeto de investigação que foca precisamente a problemática da delinquência feminina, a qual é de especial interesse para a DGRSP, que tem a responsabilidade de executar as medidas tutelares educativas;

Acordam a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, na qualidade de 1º outorgante, representado pelo seu Diretor-Geral, Dr. Rui Sá Gomes e o Instituto Superior da Maia, na qualidade de 2º outorgante, representado pelo seu Presidente do Conselho de Direção, Professor Doutor Domingos Oliveira Silva, aditar esta ata ao protocolo de cooperação já existente, nos termos e com os fundamentos seguintes:



Cláusula I
Âmbito e Fins

O presente protocolo de cooperação visa definir os princípios da cooperação técnica entre os dois outorgantes com o objetivo de desenvolvimento do projeto de investigação científica: *Desvio Juvenil feminino: padrões, necessidades e intervenção*, integrado na UICCC, junto da população de jovens do género feminino que se encontram em cumprimento de medidas tutelares educativas.

Cláusula II
Obrigações Gerais do Primeiro Outorgante



À DGRSP cabe:

- a) Facilitar o acesso aos Centros Educativos e Equipas de Reinserção Social que têm jovens do género feminino em cumprimento de medidas tutelares educativas, respetivamente de internamento e na comunidade, designado em cada unidade operativa um interlocutor da DGRSP para colaborar na recolha de dados e nas entrevistas com as jovens;
- b) Facilitar o acesso a elementos de caracterização constantes dos dossiers individuais das jovens, respeitando a reserva prevista na Lei Tutelar Educativa;
- c) Fornecer dados complementares, relativos ao funcionamento das unidades residenciais femininas dos Centros Educativos;
- d) Colaborar nos relatórios intercalares e finais da investigação realizada.

Cláusula III
Obrigações do Segundo Outorgante

Ao ISMAL, representado pela UICCC, cabe:

- a) Desenvolver a investigação de acordo com o projeto em anexo, designado por: *Desvio Juvenil feminino: Padrões, necessidades e intervenção*;
- b) Fornecer dados sobre o desenvolvimento do estudo à DGRSP, numa perspetiva de investigação-ação, colaborando na implementação de melhorias de intervenção com



as raparigas em cumprimento de medida tutelar educativa, em especial no caso da medida de internamento em Centro Educativo;

c) Colaborar nos relatórios intercalares e finais da investigação realizada.

Cláusula IV
Financiamento do projeto

1. As despesas inerentes ao desenvolvimento da investigação são da responsabilidade da Equipa de investigação da UICCC;
2. Podem, no decurso da investigação, acordarem os outorgantes por uma candidatura a fundos comunitários, para o desenvolvimento de um programa nacional ou transnacional, sendo o ISMAI a entidade promotora e a DGRSP entidade parceira.

Cláusula V
Grupo de Acompanhamento

O desenvolvimento da parceria desenvolvida ao abrigo do presente protocolo será monitorizado pela Unidade de Investigação em Criminologia e Ciências do Comportamento do ISMAI e pela Direção de Serviços da Área Tutelar Educativa da DGRSP.

Cláusula VI
Vigência do Protocolo

O presente protocolo vigora pelo período de duração do projeto de investigação, podendo ser estendido por mais tempo ou cessado por acordo entre os dois outorgantes, ou por denúncia de uma das partes, com a antecedência mínima de 60 dias.

Cláusula VII
Integração de lacunas

As lacunas eventualmente detectadas no clausulado do presente protocolo serão supridas por acordo de ambas as partes.

Cláusula VIII
Entrada em vigor

O presente protocolo entra em vigor no primeiro dia útil do mês seguinte à data da sua assinatura.

Lisboa, 22 de abril de 2013

Dr. Rui Sá Gomes
O Director -Geral da DGRSP



Prof. Doutor Domingos Oliveira Silva
Presidente do ISMAA



ANEXO 3

GRELHA DE CONSULTA DE PROCESSOS TUTELARES

1. Dados pessoais

Data nascimento ____/____/____

Naturalidade _____

Nacionalidade _____

Zona de residência _____

Observações:

2. Dados familiares

Dimensão do agregado familiar²⁴: _____

Constituição do agregado familiar:

Parentesco ²⁵	Idade	Estado Civil	Nacionalidad e ²⁶	Habilitações literárias	Situação Profissional	Contacto com a justiça ²⁷	Motivo	Situação jurídica

Observações²⁸ (sobre as condições sócio-económicas e familiares)

3. Percurso escolar antes do cumprimento de medida

Ultimo ano frequentado: _____

Número de retenções e em que anos

Retenção escolar	Ano(s)

²⁴ Incluindo o/a jovem.

²⁵ Relativamente ao/à jovem.

²⁶ Se for estrangeiro/a especificar se está em situação regular ou irregular.

²⁷ Resposta sim ou não.

²⁸ Em todas as observações devem ser devidamente asseguradas as fontes de onde foram retiradas.

Qualidade da frequência escolar

Absentismo		Bom rendimento	
Abandono		Comportamento Disruptivo	
Baixo Rendimento		Bom comportamento	
Assíduo		Sem informação	

4. Caracterização da vida quotidiana (e.g. tempos livres, atividades desportivas, lúdicas e culturais)

--

5. Relação com os pares²⁹

--

6. Consumo de substâncias (consumos ocasionais/ regulares álcool e drogas, abuso de substância)

Substância(s)	Tipo	Idade da 1.º experiência	Tempo de consumo	Frequência	Tratamento
Álcool					
Drogas					

7. Caracterização da situação de saúde

Doença	Física	Psiquiátrica	Medicação
Doença passada			
Doença atual			

8. Histórico no sistema de promoção e proteção (da mais recente para a mais antiga)

Medida aplicada ³⁰	Data aplicação da medida	Motivo	Por determinação de:	Tipo de instituição	Tempo de estadia

²⁹ Identificar: os elementos que constituem o grupo (idades, características); tipo de relação (como se relaciona com os colegas e como se posiciona enquanto elemento do grupo); que/quais os factos ilícitos cometidos com o grupo; importância que o grupo de pares apresenta para o jovem (modelo de referência).

³⁰ Em conformidade com o disposto no art. 35.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro).

Observações³¹ (sobre o comportamento do/a jovem no cumprimento das medidas)

9. Histórico no sistema tutelar educativo (da mais recente para a mais antiga)

Infração(ões) ³²	Data dos factos	(co) autoria	Medida Tutelar aplicada ³³	Tempo da medida	Data da aplicação da medida	Data da execução da medida	Estado da medida ³⁴

Observações³⁵ (sobre o comportamento do/a jovem no cumprimento das medidas)

10. Acontecimentos Marcantes na História de Vida

Acontecimento	Data

11. Fatores de risco e de proteção a considerar (análise da YLS)

Histórico dos principais documentos constantes no dossier tutelar

³¹ Em todas as observações devem ser devidamente asseguradas as fontes de onde foram retiradas.

³² Referir tipologia de infração.

³³ Em conformidade com o disposto no art. 4.º da LTE (Lei n.º 166/99, de 14 de setembro).

³⁴ Explicitar se a medida já foi cumprida, se está em execução ou a aguardar. Apontar, também, se o processo está pendente ou se a medida foi revogada pelo seu insucesso.

³⁵ Em todas as observações devem ser devidamente asseguradas as fontes de onde foram retiradas.

ANEXO 4

Guião *Focus Group* com as raparigas e com os/as técnicos/as

Guião *Focus Group* com as raparigas

Sessão 1 - Foco da sessão na relação entre feminilidades e desvio

Metodologias
Composição/Estrutura do <i>FocusGroup</i>: Número estimado de grupos: 2 grupos por centro educativo; Composição estimada de cada grupo: 5-7 raparigas ; Disposição das jovens em círculo; O moderador informa as participantes sobre: 1) o propósito das sessões; 2) as regras de participação; 3) as questões de confidencialidade (Anexo 3); Atividade inicial de quebra-gelo. Cartões, canetas...
Objetivos
Perceber as suas percepções, representações e discursos sobre: <ul style="list-style-type: none">- características/ traços da personalidade;- as feminilidades atuais;- motivações, razões e tipo de transgressões nas raparigas;- como a sociedade (família, vizinhança, escola, polícia, tribunal) reage ao comportamento desviante cometido por raparigas;- as diferenças entre rapazes e raparigas (nos contextos de socialização, no desvio...).
Questões e Atividades
Atividade inicial ‘quebra-gelo’: Pede-se às raparigas que pensem numa figura pública que gostassem de ser e qual o motivo. Será a colega do seu lado direito/esquerdo, que apresenta a colega, e diz-nos que figura pública gostaria de ser e qual a justificação.
Atividade de autoimagem: Pede-se às raparigas que escolham uma palavra de entre várias palavras e justifiquem essa escolha: Impulsiva, Leal, Trabalhadora, Negativa, Confiante, Madura, Sensível, Corajosa, Equilibrada, Agressiva, Calma, Irritada.
Na vossa opinião, o que é ser rapariga hoje? Como é que acham que se sentem as raparigas hoje? Acham que há lugar na sociedade para as raparigas? O que é ser rapariga na rua/em casa? Porquê?
Qual a vossa opinião sobre os motivos que levam as raparigas a fazer asneiras (que sejam indisciplinadas na escola/ experimentem tabaco, roubem, etc.). Acham que os motivos são diferentes entre raparigas (e.g. classe social)? Acham que os motivos são diferentes para rapazes? Porquê?
Na vossa opinião, quais são as principais asneiras/ porcarias, que são cometidos por raparigas? Pedir para hierarquizar por gravidade. Acham que os rapazes cometem asneiras/ porcarias diferentes? Porquê?
Acham que os rapazes praticam mais ilícitos, mais asneiras do que as raparigas? Porquê?

<p>Acham que a sociedade reage de forma diferente ao comportamento das raparigas que fazem asneiras? Família? Vizinhança? Escola? Polícia? Tribunal? Penalizam +/- Acham que reagem de forma diferente quando falamos de rapazes? Porquê?</p>
<p>Perguntas sobre a utilização das tecnologias Qual a importância das tecnologias (telemóvel, internet) para os jovens hoje em dia.</p> <p>Que tipo de atividades os/as jovens costumam fazer na internet?</p> <p>Que perigos é que vocês veem na internet</p> <p>Que atividades na internet vos deixam mais desconfortáveis/ incomodadas/ que não gostam (e.g. mandar muitas mensagens, mensagens com conteúdos impróprios, partilhar fotografias, desconhecidos entrarem em contacto com as raparigas...)</p> <p>Vocês acham que os jovens utilizam as tecnologias para fazer mal uns aos outros? Deem exemplos. Porque é que umas raparigas vêm para os CEs e outras não? Porquê?</p>

Sessão 2 - Foco da sessão nas áreas críticas e no ‘*What Works?*’ (práticas eficazes/ineficazes)

<p>Metodologias</p> <p>Composição/Estrutura do <i>FocusGroup</i>: Número estimado de grupos: 2 grupos por centro educativo; Composição estimada de cada grupo: 5-7 raparigas ; Disposição das jovens em círculo; O moderador informa as participantes sobre: 1) o propósito das sessões; 2) as regras de participação; 3) as questões de confidencialidade (Anexo 3); Atividade inicial de quebra-gelo. Cartões, canetas...</p>
<p>Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificar e caracterizar áreas críticas para a intervenção com as jovens institucionalizadas (em risco e/ ou em conflito com a lei); - Explorar a viabilidade/necessidade da criação de um programa específico de género para raparigas em contexto de desvio; - Inventariar boas práticas e modelos de intervenção que levem em consideração respostas mais sensíveis e específicas de género;
<p>Questões e Atividades</p> <p>De que forma é que se poderia prevenir a entrada das raparigas nos CE’s? Uma vez que vocês estão cá dentro, que conselhos dariam a outras raparigas?</p> <p>Numa situação ideal, quando há algum problema, a quem é que as raparigas deviam pedir ajuda? Mas isso acontece? Porquê?</p> <p>O que é que acham que os/as juizes/as deviam saber sobre as raparigas quando aplicam uma medida?</p> <p>O que é que acham que os/as técnicos/as deviam saber sobre as raparigas que entram no CE para trabalharem com elas/ convosco? (Levar alguns exemplos)</p> <p>O que é que vocês acham sobre a intervenção em Centro Educativo? (exemplos. Funcionamento e o modelo educativo – o papel das normas e das regras...); Papel e relação com os técnicos/ direção); Acham que há diferenças entre rapazes e raparigas na intervenção?</p> <p>Atividade:</p>

Apresentar várias áreas de intervenção/ pedir às jovens que as hierarquizem/ e perguntar porquê?/ Achar que há diferenças nestas áreas entre rapazes e raparigas?
FAMÍLIA, ESCOLA/ FORMAÇÃO PROFISSIONAL, CONSUMO DE SUBSTANCIAS (ALCOOL, DROGAS, TABACO), AUTO-IMAGEM (beleza e higiene), SEXUAL E DOS AFETOS, SAÚDE (ex. Doença...),PSICOLÓGICA, RELAÇÕES (com os outros), JUSTIÇA

De todas, quais são as que concentram mais atividades dentro do CE? / Na vossa perspetiva, é igual nos rapazes?

Se fossem vocês a escolher, em que áreas atribuíam mais atividades? / Na vossa perspetiva, é igual para os rapazes?

Se vocês mandassem, e olhando para cada uma das área, o que fariam de diferente e o que fariam a mais/acrescentavam?

Atividade final:

Cada uma de vocês vai escrever 1 recomendação/ vai-se levantar e dizer em voz alta a recomendação-para mudar o sistema. Expliquem o porquê de escolherem essas recomendações.

Exemplos: Do contacto/experiência que vocês tiverem com a polícia, com os tribunais, com os técnicos, que recomendações/sugestões deixariam a essas pessoas? O que poderiam essas pessoas fazer melhor?

Guião *Focus Group* com os/as técnicos/as

Sessão 1 - Foco da sessão na relação entre feminilidades e desvio

Metodologias
Composição/Estrutura do <i>FocusGroup</i>: Número estimado de grupos: 1 grupo; Composição estimada de cada grupo: 5-7 técnicos/as; Duração estimada de cada sessão: (+/-) 60m; Número de sessões estimadas: 2/3 para cada grupo; Gravação da sessão através de áudio e/ou vídeo com recurso à transcrição; O moderador informa os/ as participantes sobre: 1) o propósito das sessões; 2) as regras de participação; 3) as questões de confidencialidade
Objetivos
Objetivo Geral: Explorar os sentidos e significados que as/os técnicas/os e profissionais que trabalham diretamente com as jovens atribuem às suas práticas transgressivas e ao trabalho com elas; Perceber as suas percepções, representações e discursos sobre: <ul style="list-style-type: none">- as feminilidades atuais;- motivações, razões e tipo de transgressões nas raparigas;- como a sociedade (família, vizinhança, escola, polícia, tribunal) reage ao comportamento desviante cometido por raparigas;- as diferenças entre rapazes e raparigas (nos contextos de socialização, no desvio...).
Questões e Atividades
Atividade inicial/ apresentação ³⁶

³⁶**Apresenta os teus sapatos**

Faça com que todos os elementos do grupo se apresentem pelo nome, apresentando os seus sapatos também. Podem dizer simplesmente qualquer coisa acerca destes ou, se gostarem, dar-lhes um nome. A maior parte das pessoas, de todas as idades, acha esta uma ideia estranha mas divertida. É muito rápido e fácil de pôr em prática e com boa disposição garantida. As crianças e jovens mais tímidos não precisam de

<p>Vamos começar com <u>perguntas gerais</u>:</p> <p>Como caracterizariam as raparigas (em geral) hoje? (e.g. características, comportamentos, atitudes...)</p> <p>Comparação com:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o passado (focar áreas se necessário - família, escola, rua); - com os rapazes (e.g. características, comportamentos, atitudes, e áreas)
<p>Qual a vossa opinião sobre os motivos que levam as raparigas a cometerem comportamentos desviantes (<i>assumimos como comportamento desviante: indisciplina na escola, experimentação de tabaco, álcool, drogas, fugas de casa, prostituição, etc</i>)</p> <p>Qual a vossa opinião sobre os motivos que levam as raparigas a cometerem ilícitos?</p> <p>Acham que esses motivos nas raparigas são diferentes de acordo com a classe social? (repetir a pergunta se os motivos forem diferentes entre comportamentos desviantes e ilícitos)</p> <p>Acham que os motivos são diferentes nos rapazes e nas raparigas? Porquê?</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Na vossa opinião, quais são os principais comportamentos desviantes cometidos por raparigas? (tentar hierarquizar...); - Na vossa opinião, quais são os principais delitos cometidos por raparigas? - Essa hierarquização é a mesma para os rapazes? <p>(Acham que são diferentes entre raparigas?)</p>
<p>Acham que os rapazes praticam mais comportamentos desviantes e mais ilícitos do que as raparigas? Porquê?</p> <p>Perguntas sobre a utilização das tecnologias</p> <ul style="list-style-type: none"> - Que perigos é que vocês veem na internet para os jovens? Ver os jovens quer como vítimas, quer como agressores; - Na vossa opinião, como é que as tecnologias podem ser usadas como ferramenta para a prática de ilícitos/comportamentos danosos por jovens?
<p>De que forma reage a sociedade ao comportamento desviante/comportamento criminal das raparigas que fazem asneiras?</p> <p>Família? Vizinhança? Escola? Polícia? Tribunal? Penalizam +/-</p> <p>Acham que reagem de forma diferente quando falamos de rapazes?</p> <p>Porquê?</p>
<p>Porque é que umas raparigas vêm para os CE's e outras não?</p> <p>Porquê?</p>

Sessão 2 - Foco da sessão nas áreas críticas e no 'What Works?' (práticas eficazes/ineficazes)

<p>Metodologias</p> <p>Composição/Estrutura do FocusGroup:</p> <p>Número estimado de grupos: 2 grupos por centro educativo;</p> <p>Composição estimada de cada grupo: 5-7 raparigas ;</p> <p>Disposição das jovens em círculo;</p> <p>O moderador informa as participantes sobre: 1) o propósito das sessões; 2) as regras de participação; 3) as questões de confidencialidade (Anexo 3);</p> <p>Atividade inicial de quebra-gelo.</p> <p>Cartões, canetas...</p>
<p>Objetivos</p>

falar muito, mas aqueles que se sentirem mais corajosos poderão usar a sua imaginação livremente. É um bom quebra-gelo para usar no primeiro encontro com um grupo novo.

- Identificar e caracterizar áreas críticas para a intervenção com as jovens institucionalizadas (em risco e/ ou em conflito com a lei);
- Explorar a viabilidade/necessidade da criação de um programa específico de gênero para raparigas em contexto de desvio;
- Inventariar boas práticas e modelos de intervenção que levem em consideração respostas mais sensíveis e específicas de gênero;

Questões e Atividades

Quem são as raparigas com quem vocês trabalham no CE?
Como são as raparigas com quem trabalham no CE?

Atividade1: Factores de risco específicos

Apresentação de frases com crenças, mitos e perspetivas de vários autores sobre os fatores de risco (específicos):

- Os fatores de risco são iguais em rapazes e raparigas, mas a exposição a esses fatores é que é diferente;
- As raparigas dão mais importância às relações (família, professores, amigos, namorados) dos que os rapazes;
- As raparigas são mais influenciadas pelos namorados (mais velhos) do que pelos amigos/as;
- As raparigas têm mais problemas mentais (ideação suicida, depressão, ansiedade) do que os rapazes
- É mais difícil trabalhar com raparigas do que com rapazes.

Atividade 2: Necessidades de intervenção

Apresentar várias áreas/ pedir aos técnicos que as hierarquizem/ e perguntar porquê?/ Acha que há diferenças nestas áreas entre rapazes e raparigas?(Áreas de intervenção que eles consideram mais importantes, não tem a ver com aquilo que eles têm no Centro mas com a opinião deles)

De todas, quais são as que concentram mais atividades dentro do CE? / Na vossa perspetiva, é igual nos rapazes?

Se fossem vocês a escolher, em que áreas atribuíam mais atividades? / Na vossa perspetiva, é igual para os rapazes?

Olhando para cada uma das áreas, o que fariam de diferente e o que fariam a mais/acrescentavam?

Acha que a intervenção no CE é orientada para as diferenças de gênero?

- Se sim, em quê? Em que áreas? Acha que é importante e suficiente?
- Se não, porquê? Acha que é necessário? Porquê?

Tendo em consideração a intervenção com as jovens e as características das mesmas, o que acham que vai acontecer quando elas saírem do Centro?

ANEXO 5

Projeto Desvio Juvenil Feminino: padrões, necessidades e intervenção
UICCC – Instituto Universitário da Maia
2013-2015

Consentimento informado

(adaptado da Organização Mundial de Saúde, 2004)

A presente investigação, coordenada pela Professora Doutora Vera Duarte do Instituto Superior da Maia, tem como principais objetivos: 1. caracterizar fatores de risco, fatores de proteção e motivações para o desvio/ crime de jovens institucionalizadas; e 2. identificar e caracterizar áreas-foco para a intervenção com as jovens institucionalizadas.

Os dados recolhidos são confidenciais e serão mantidos sob anonimato, destinando-se apenas a fins de investigação científica.

Aceitas participar deste estudo? Sim ___ Não ___

Declaro que tomei conhecimento dos objetivos da investigação, na qualidade de participante

(Assinatura da jovem)

Declaro que tomei conhecimento dos objetivos da investigação, na qualidade de responsável pela instituição

(Assinatura do/a responsável pela instituição)

Declaro que me comprometo a respeitar todas as diretrizes éticas por forma a que esta investigação seja realizada em condições de segurança e respeito pelas partes envolvidas

(Assinatura do/a investigador/a)

_____, ____ de _____ de _____
(Localidade) (Dia) (Mês) (Ano)

